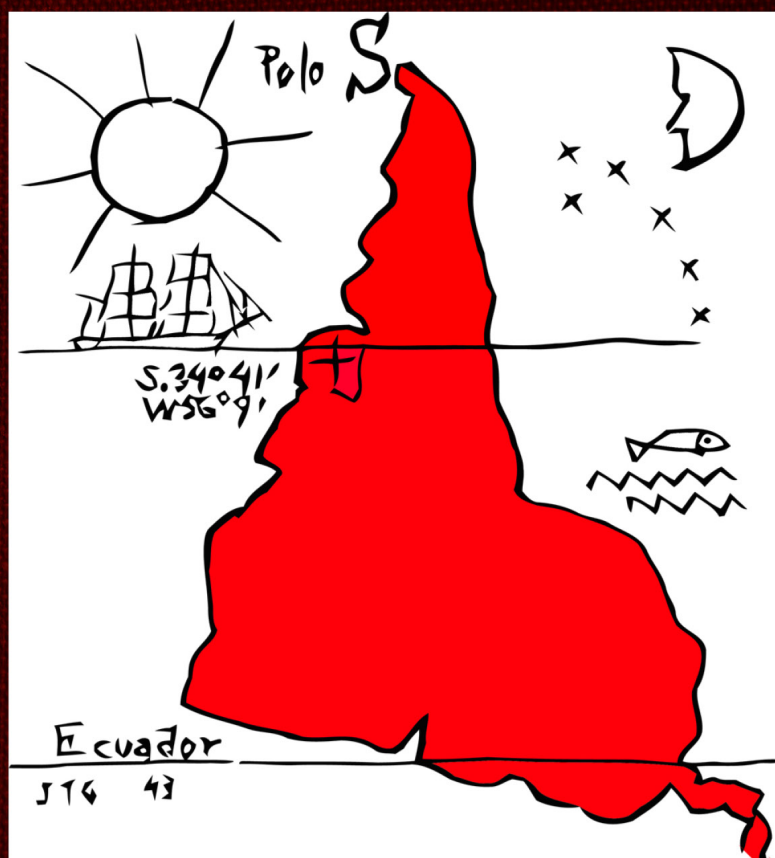


NÚCLEO PRÁXIS

de PESQUISA, EDUCAÇÃO POPULAR e POLÍTICA
da UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do
pensamento crítico marxista



n. 1 | 2019

VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do
pensamento crítico marxista

VEIAS ABERTAS

revista de debate e difusão do pensamento crítico marxista

São Paulo | 2019 | Número 1

Editores;

Yuri Martins-Fontes L., Paulo Alves Junior, Solange Struwka.

Conselho Editorial:

Eduardo Januário, Felipe Santos Deveza, Joana Aparecida Coutinho, Paulo Alves Junior, Pedro Rocha Fleury Curado, Solange Struwka, Yuri Martins-Fontes L.

Conselho Consultivo:

Ândrea Francine Batista, Argus Romero Abreu de Moraes, Carlos Alberto Borba, Givanildo Manuel da Silva, Gustavo Koszeniewski Rolim, Gustavo Velloso, Jean-Ganesh Faria Leblanc, John Kennedy Ferreira, Marcos Vinícius Pansardi, Mateus Fiorentini, Maurício Orestes Parisi, Natalia Tahara, Paulo Iannone, Paulo Yasha da Fonseca, Renato Cesar Fernandes, Rita Matos Coitinho, Roberto Pasquale, Rogério Vincent Perito, Wanderson Fabio de Melo, Yodenis Guirola.

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação:

Yuri Martins-Fontes e Manuela Sanchez (@contextos_criticos).

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO | 7

ARTIGOS

ENTRE A SAÚDE CONCRETA E A SAÚDE ABSTRATA: UMA POLÊMICA COM O MOVIMENTO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE por Rogério Vincent Perito | P. 13

“QUATRO DIAS PRA FILMAR E QUATRO ANOS PRA MONTAR E SINCRONIZAR”: TEMPO HISTÓRICO E FORMA FÍLMICA EM CÂNCER DE GLAUBER ROCHA por Paulo Yasha Fonseca | P. 25

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E O FASCISMO por John Kennedy Ferreira | P. 44

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A FORMAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA CRÍTICA por Paulo Alves Junior | P. 57

DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO E DO MARXISMO NA RÚSSIA: REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA ESCOLA por Wanderson Fabio de Melo | P. 72

ENSAIOS E DEBATES

CRISE CAPITALISTA, BAIXO NÍVEL CULTURAL E A IGNORÂNCIA COMO IDEOLOGIA: OS CASOS DE ESTADOS UNIDOS E BRASIL por Yuri Martins-Fontes L. | P. 111

A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE EM CAMPONESES QUE FAZEM O USO COMUM DA TERRA: UMA APRESENTAÇÃO por Solange Struwka | P. 134

MEMÓRIAS DE MEMÓRIA: UM RELATO SOBRE A JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA DE 2018 por Yan Victor Leal da Silva | P. 145

UMA SOCIEDADE EM GUERRA CONTRA A POLÍTICA: A CRIMINALIDADE E O PROFANO por Argus Romero Abreu de Moraes | P. 154

A GUERRA NO “LONGO SÉCULO XIX”: TEORIAS DA GUERRA E ANÁLISE HISTÓRICA por Maurício Orestes Parisi | P. 167

APRESENTAÇÃO

REVISTA VEIAS ABERTAS: UM ESPAÇO DE DEBATE E PRÁXIS POLÍTICA

Veias Abertas é um espaço crítico aberto à diversidade de ideias e lutas que se faz presente no debate teórico socialista. Editada pelo Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo, e tendo seu nome inspirado na obra clássica de Eduardo Galeano, a publicação periódica abarca variados temas da vasta gama de conhecimentos das ciências históricas (historiografia, educação, economia etc) e das disciplinas filosóficas.

Sua linha de publicação é guiada pelo materialismo histórico – ou marxismo –, este pensamento-luta de grande abrangência teórica e social inicialmente desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels e depois continuado por grandes pensadores como: Lênin, Rosa Luxemburgo, Lukács, Mariátegui, Gramsci, Benjamin, Mao Tsé-Tung, Thomas Sankara, Ho Chi Minh, Caio Prado, Dunayevskaya, Du Bois, Julio Mella, Fidel Castro, Manuel Marulanda e Florestan Fernandes, entre tantos outros.

Materialismo histórico: o pensamento-luta

Com sua perspectiva teórica totalizante e imbricada à prática (que por sua vez corrige a teoria que a rege), o materialismo histórico inaugura o **pensamento contemporâneo**, sendo cada vez mais essencial para o enfrentamento dos graves problemas sociais e culturais do século XXI – cujas questões estão longe de serem superadas.

Tendo por intenção captar o todo social em sua amplitude, o **marxismo** abrange em sua evolução algumas das questões e percepções de outros pensamentos críticos de viés parcial (ou com focos mais *particulares*), superando assim as tantas faces de rigidez e miopia do pensamento moderno.

Arma crítica complexa que reflete e intervém na realidade, o **marxismo** não se reduz às categorias estreitas do conhecimento moderno,

mas vai além, ao buscar uma compreensão da totalidade concreta que seja tanto **científica** como **filosófica**. Consiste assim em um pensamento de **práxis**, combativo e vivo, que não se limita ao embate de ideias nem é sujeito a dogmatismos, e cuja verdade se constrói no processo histórico.

Fundamentado na história e voltado à transformação social palpável, o **materialismo histórico** orienta-se pela crítica das contradições presentes na sociedade (em última instância materiais, mas sempre com implicações culturais). Um instrumental teórico e prático que, relacionando dialeticamente a crítica científica e a percepção filosófica, é capaz de apreender os novos temas que se impõem à marcha civilizatória – refletindo acerca dos sentidos da História para então, qual uma bússola, guiar projetos coletivamente organizados nos rumos da emancipação humana.

Escopo e temáticas

A revista **Veias Abertas** trata em especial dos aspectos da relação necessária que inter-relaciona: a **teoria** (a crítica que por meio do método dialético examina as contradições, conflitos e mesmo oposições de escolhas do ser social, tendo como imperativo do saber a função transformadora da sociedade); e sua consequente **prática** (as ações revolucionárias planejadas a partir de concepções teóricas efetivamente críticas, cuja realização é parâmetro para as verdades teóricas).

Neste processo interpretativo e ativo, que é portanto objetivo, busca-se dar também especial atenção à consciência da **subjetividade**, perspectiva que está presente em qualquer análise que se pretenda objetiva – pois a capacidade de objetividade na análise e na subsequente práxis política implica a capacidade de **autocrítica** e a experiência de **alteridade**.

Dentre os campos do conhecimento, **Veias Abertas** se dedica sobretudo às **ciências históricas** tais como a historiografia, educação, sociologia, ciência política, relações internacionais, antropologia, geografia

social e psicologia, além de **disciplinas filosóficas** como ética, teoria do conhecimento, estética e filosofia política.

Entretanto são bem-vindas também reflexões de áreas afins, desde que seus questionamentos estejam alicerçados nos princípios da **concepção dialética da história** — apontando para caminhos de superação de aspectos conflitivos da realidade.

Publicamos textos em **português, espanhol e francês**; mas eventualmente podemos considerar a publicação em **outras línguas**. Todas as propostas que nos forem remetidas serão submetidas a avaliação dos Editores. Os escritos são recebidos em fluxo contínuo, e porventura alguns são reunidos conforme a temática em dossiês periódicos.

Novos temas em debate e educação política

Compõem o interesse primordial da publicação os novos temas que se abrem ao marxismo, ensaios que analisem questões urgentes como:

- os que, para além da análise da letra da obra de Marx, possam **ir com Marx para além** de onde Marx pôde ir em seu momento histórico, atualizando os debates deste pensamento contemporâneo cujas questões estão longe de serem superadas;
- os que alicercem um pensamento descolonial efetivamente crítico, que questione a incompletude (e *impossibilidade estrutural* sob o atual sistema) das ditas “independências nacionais” de **nações periféricas** do capitalismo, investigando como esta dependência afeta as possibilidades de emancipação social dos países da periferia do sistema, populações que apesar de suas consistentes diferenças culturais carregam o opróbrio da mesma desgraça — a subalternidade, a liberdade restrita que obstaculiza o desenvolvimento humano em sua plenitude;

- os que abordem a realidade de **crise estrutural** do capitalismo que se aprofunda e vem criando uma situação social que tende ao desemprego crônico, à exclusão social massiva, à ascensão do fascismo e ao colapso ambiental, além de ter por consequência a escalada bélica motivada por forte tensão geopolítica;
- os que reflitam sobre o **declínio da civilização ocidental moderna** (ainda dominante), cujos saberes são limitados, censurados e repletos de elementos ilógicos, e cuja concepção de *progresso* desconsidera o ser humano e a natureza – sendo pautado em um modelo econômico que não enxerga limites nem de miséria nem de destruição natural, em uma ânsia irracional por crescimento infinito;
- e aqueles que se proponham a **difundir e popularizar o pensamento-luta marxista**, tornando-o mais presente entre estudantes e militantes de base, com vistas a um processo de capilarização sociocultural que desafie a hegemonia cultural dominante.

Militância e formação política

Revista de debates teóricos, mas também um veículo que visa promover a transformação da realidade social, **Veias Abertas** tem como público-alvo não apenas o intelectual, mas o leitor crítico não-especialista, o trabalhador, o militante de organizações populares. Assim, a publicação valoriza textos escritos em linguagem sempre que possível **acessível**, educativa, com o máximo de **clareza argumentativa**. Esperamos com isso atuar como meio de divulgação da produção teórica crítica a um público maior, não restrito aos gabinetes confortáveis em que se recolhem tantos bons pesquisadores.

Compreendendo que a ideia de “conhecimento neutro” é uma falácia daqueles que detém o poder, nosso intuito é publicar textos não apenas corretos, eruditos e interessantes, mas textos em que se promovam debates pertinentes, textos em que se sinta que o autor precisou escrevê-los.

Com isto, convidamos a todos que queiram participar do debate socialista dialético a nos enviarem seus escritos sobre tais questões centrais à sociedade e mesmo sugestões de outros textos críticos, ou ainda a entrarem em contato caso desejem se unir ao projeto.

Os Editores

ARTIGOS

ENTRE A SAÚDE CONCRETA E A SAÚDE ABSTRATA: UMA POLÊMICA COM O MOVIMENTO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

Rogério Vincent Perito ^{1,2}

Resumo

O texto discute a necessidade de reposicionar a teoria marxista no campo da saúde, diferenciando entre um “Marx exotérico” (público, mais conhecido), vinculado à modernização capitalista, e um “Marx esotérico” (menos conhecido), cuja crítica ultrapassa os limites da civilização capitalista. Argumenta que, no modo de produção capitalista, a saúde torna-se mercadoria e adquire um duplo caráter: saúde concreta (dimensão humana e biológica) e saúde abstrata (saúde funcional ao valor e à produtividade do trabalho). A crítica a Dejours evidencia que, embora seu conceito de saúde envolva autonomia e bem-estar, ele mantém uma ontologia do trabalho que não problematiza sua forma capitalista. Assim, a realização plena da saúde é inviabilizada pela lógica do valor, da mercantilização e da organização do trabalho, que submete o corpo ao tempo abstrato e à extração de mais-valor. Conclui que uma política de saúde realmente emancipatória só pode existir para além da forma mercadoria.

Palavras-chave: Saúde concreta; Saúde abstrata; Mercantilização da saúde; Crítica da economia política; Teoria social crítica.

1 Economista (PUC-SP); mestre em Saúde Pública (USP). Fundador e coordenador do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo.

2 Texto escrito em 2020 a partir de dissertação de mestrado disponível no banco de teses da USP.

ENTRE LA SALUD CONCRETA Y LA SALUD ABSTRACTA: UNA CONTROVERSIA CON EL MOVIMIENTO SOCIAL EN EL ÁMBITO DE LA SALUD

Resumen

El texto discute la necesidad de reposicionar la teoría marxista en el campo de la salud, diferenciando entre un “Marx exotérico” (público, más conocido), vinculado a la modernización capitalista, y un “Marx esotérico” (menos conocido), cuya crítica trasciende los límites de la civilización capitalista. Se argumenta que, en el modo de producción capitalista, la salud se convierte en mercancía y adquiere un doble carácter: salud concreta (dimensión humana y biológica) y salud abstracta (salud funcional al valor y a la productividad del trabajo). La crítica a Dejours evidencia que, aunque su concepto de salud incluye autonomía y bienestar, mantiene una ontología del trabajo que no problematiza su forma capitalista. Así, la plena realización de la salud se torna inviable debido a la lógica del valor, de la mercantilización y de la organización del trabajo, que somete el cuerpo al tiempo abstracto y a la extracción de plusvalor. El texto concluye que una política de salud realmente emancipatoria solo puede existir más allá de la forma mercancía.

Palabras clave: Salud concreta; Salud abstracta; Mercantilización de la salud; Crítica de la economía política; Teoría social crítica.

BETWEEN CONCRETE HEALTH AND ABSTRACT HEALTH: A CONTROVERSY WITH THE SOCIAL MOVEMENT IN THE HEALTH SECTOR

Abstract

The text discusses the need to reposition Marxist theory in the field of health by distinguishing between an “exoteric Marx” (public, best known), linked to capitalist modernization, and an “esoteric Marx” (less known) whose critique goes beyond

the limits of capitalist civilization. It argues that, within the capitalist mode of production, health becomes a commodity and acquires a dual character: concrete health (human and biological dimension) and abstract health (health that is functional to value and labor productivity). The critique of Dejours shows that although his concept of health involves autonomy and well-being, he maintains an ontology of labor that does not problematize its capitalist form. Thus, the full realization of health is rendered impossible by the logic of value, commodification, and labor organization, which subjects the body to abstract time and the extraction of surplus value. The text concludes that a truly emancipatory health policy can only exist beyond the commodity form.

Keywords: Concrete health; Abstract health; Commodification of health; Critique of political economy; Critical social theory.

*

Pretende-se aqui promover o debate sobre um desenvolvimento teórico e conceitual que compreenda que – mesmo no campo crítico da saúde – é preciso se reposicionar Marx. Por um lado, há um Marx *exotérico*, teorizador da modernidade, representante das luzes, que queria aperfeiçoar a sociedade industrial do trabalho, sob direção do proletariado. A partir da experiência organizativa, que vem da tradição da social-democracia e do trabalhismo, seria possível se constituir a experiência de um capitalismo organizado; a força do proletariado industrial organizado e a crise de 1929 permitiram o mundo conhecer o Estado Social Capitalista. Porém, existe um segundo Marx que precisa ser descoberto no campo da produção teórica da saúde, um Marx *esotérico*, cuja crítica das categorias de base visa mais além do que a civilização capitalista (Jappe, 2006) – visa além do que está dado e acumulado no campo da saúde. Não se trata de fazer terra arrasada, mas de identificar que os experimentos realizados nesta forma social são exclusivos

desta forma social, e funcionais ao processo de produção e reprodução de capital desta forma social.

O artigo busca assim desenvolver um conceito de saúde manipulável no instrumental teórico-conceitual do projeto de crítica da economia política. Pretende-se demonstrar os limites da realização da saúde, enquanto a santa-trindade do capitalismo (mercadoria-dinheiro-capital) ditar a forma econômica e social da produção e da troca. Ou seja, quando a saúde se objetiva em cuidado médico ou em serviço de saúde em geral, por exemplo, quando se coloca no campo das relações sociais de produção e da troca, uma lógica inicia a operacionalização desta prática: a lógica da forma mercadoria. No reino da troca (o mercado), será preciso observar que se trata de uma unidade contraditória de *valor* e *valor de uso* particular: de *valor*, pois é permutável por qualquer outra mercadoria no mundo das trocas do capital; de *valor de uso* particular, pois se trata de uma mercadoria com um valor de uso que *participa ainda da determinação do valor histórico da força de trabalho* (Donnangelo e Pereira, 1976).

Saúde concreta e a saúde abstrata

Nossa estrutura conceitual entende que localizar a saúde no modo de produção capitalista, sob a lógica da forma mercadoria, entendendo que a saúde é uma mercadoria³ especial, conforme apresentada no parágrafo anterior, implicaria apresentar a argumentação em um diagrama que facilitará o nosso movimento lógico:

3 Aqui assumimos uma polêmica com o movimento social da área de saúde, quando utiliza a palavra de ordem de que “saúde não é mercadoria!”. Para este artigo, na forma social do capital, tudo é subsumido pela lógica da forma mercadoria. Nas Aventuras da Mercadoria, Jappe diz: O mundo não é uma mercadoria parece testemunhar uma preocupação menos superficial. No entanto, todos aqueles que repetem este slogan parecem interpretá-lo sobretudo no sentido de que certas coisas como a cultura, o corpo humano, os recursos naturais ou as capacidades profissionais não são coisas que possam simplesmente ser reduzidas a objeto de compra e venda, não devendo portanto estar submetidas ao poder único do dinheiro. Uma tal interpretação releva da esfera dos bons sentimentos e não pode se substituir a uma efetiva análise da sociedade que produz os monstros que se pretende exorcizar. Gritar que o que se passa é um escândalo porque tudo se tornou vendável não é propriamente uma atitude nova e, na melhor das hipóteses, o resultado é expulsar os vendilhões do Templo para vê-los instalarem-se no passeio do outro lado da rua. Uma crítica puramente moral, que recomenda que não se submeta tudo ao dinheiro e que se pense também no resto, não pode ir muito longe: acaba por assemelhar-se aos discursos solenes do presidente da República e das «comissões de ética» (Jappe, 2006).

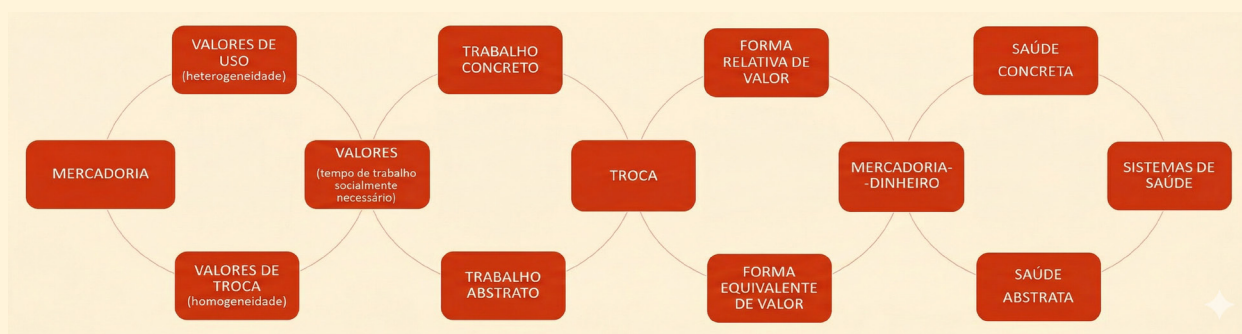


Figura 1 — Movimento lógico da saúde no modo de produção capitalista

Fonte: Diagrama inspirado no modelo de HARVEY (2013).

Este movimento lógico da saúde não expressa apenas uma abstração teórico-conceitual. Ele procura as tensões que a saúde enfrenta na moderna sociedade produtora de mercadorias, o caminho contraditório entre a saúde concreta e a saúde abstrata que parte da organização social em que todas as relações de troca são mediadas pela forma dinheiro. A saúde, neste mundo do valor que se valoriza, possui um duplo caráter, uma dimensão social e uma dimensão biológica. Todavia, no mercado da saúde, não encontraremos prateleiras ofertando a saúde concreta ou a saúde abstrata, assim como não encontramos mercados de valores de troca ou valores de uso.

Trata-se de perceber que a saúde possui uma dimensão de relação social determinada historicamente e que determina aspectos biológicos, assim como aspectos biológicos determinam desafios científicos com forte impacto nas novas determinações sociais, um jogo dialético de co-determinação de oposições transformadas em unidade — da saúde como unidade contraditória. Outro aspecto a ser considerado, na sociedade da produção de mais-valor, o *corpo*: possui uma saúde que reside em si mesmo; mas a saúde externa ao corpo é uma necessidade social (manter o corpo capaz de produzir valor, manter o corpo são para o reino do valor em movimento).

Assim aparece o duplo caráter da saúde, a saúde concreta e a saúde abstrata. Canguilhem nos lembra do frontispício do tomo VI da *Encyclopédie*

française, “*L’être humain*”, nele a saúde é representada sob a forma de um atleta, lançador de peso. A saúde na sociedade da mercadoria foi transformada em uma norma de consumo e posse, diz Canguilhem:

A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais. Daí a sedução que a imagem do atleta exerce ainda hoje sobre nossas mentes, sedução esta da qual o gosto atual por um esporte racionalizado nos parece uma aflitiva caricatura (Canguilhem, 2009).

Desta forma o se manter “saudável” na sociedade do trabalho abstrato é se manter apto ao ingresso na racionalidade abstrata do trabalho, o trabalhador é um Sísifo na valorização do capital. Segundo Dejours (1999) esse ingresso é, per si, motivo de sofrimento, uma vez que a forma do trabalho é marcada pela privação da subjetividade e transforma o humano em vítima de seu próprio esforço laboral.

Conceito de saúde

O segundo desafio é definir o conceito de saúde⁴, distanciando-se da estrutura conceitual que pensa a saúde como uma forma ideal. Poderíamos cair na armadilha do caminho fácil e pensar a definição de “saúde” a partir da famosa proposição da Organização Mundial de Saúde (OMS), que a define como “*um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades*” (WHO, 1946). No entanto, propõe-se repensar esta definição a partir da palestra proferida pelo Dr. Christophe Dejours, em outubro de 1982, para metalúrgicos, da *Confédération Générale du Travail* (CGT), sobre questões de saúde e condições de trabalho.

4 Arouca quando se debruça sobre o conceito de Saúde/Doença, em sua brilhante tese, ele nos lembra que “os conceitos de saúde e doença, normal e patológico, não é o espaço da prática médica, mas sim o da ciência médica e de uma epistemologia da medicina. Trata-se de perguntar por que tipo de necessidade discursiva estes conceitos aparecem no pós-guerra com a definição da Organização mundial de Saúde e ocupam um ponto central no discurso preventivista (Arouca, 1975, p. 111). Por outro lado, o Relatório Final da 8ª Conferência Nacional de Saúde, define saúde no seu sentido mais abrangente, a saúde é a resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, Lazer, Liberdade, acesso e posse da terra e acesso a Serviços de Saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (1988, p. 4).

Segundo Dejours (1984), a proposição da OMS pode ser considerada como um estado ideal, concretamente inatingível, uma mera ficção ou ilusão, alguma coisa que não se sabe muito bem no que consiste, *mas sobre a qual se tem esperanças*. Para ele, a saúde é um fim, um objetivo a ser atingido, e com o atual acúmulo de experiências e novos conhecimentos seria necessário redefinir tal conceito. Entrementes, Dejours considera três elementos para reposicionar a categoria saúde: i) a Fisiologia, ii) a Psicossomática e a iii) Psicopatologia do Trabalho.

Não pretendemos entrar no debate específico, pois se trata de uma pesquisa no campo da crítica da economia política da saúde, todavia é imprescindível compreender que, no modo de produção capitalista, o limite do corpo humano é o limite da extração de valor, substância da forma mercadoria:

- *O limite fisiológico*: movimentos repetitivos no processo produtivo ou no aparecimento de doenças ergonômicas etc.
- *O limite das doenças psicossomáticas*: a relação entre o trabalho e o estresse, a materialização corporal de problemas psicológicos (alergias, dermatites, patologias digestivas, ansiedade, depressão etc.) implica reconhecer que o humano é um ser multidimensional, o humano enquanto uno que congrega aspectos biológicos, psicológicos e sociais.
- *O limite da psicopatologia do trabalho*: elementos como o acesso ou o não acesso ao trabalho (*emprego ou desemprego*), a relação do funcionamento psíquico e a vida mental dos trabalhadores passa pela forma como se *organiza o trabalho*, pelas *condições do trabalho* (condições físicas, químicas e biológicas), o conteúdo *da divisão das tarefas*, o seu modo operatório e a própria *divisão dos homens* no processo produtivo. Trata-se do conteúdo das tarefas e das relações entre os homens (Dejours, 1984).

Constata-se assim que a única força produtiva capaz de produzir o mais-valor possui limites objetivos em seu corpo, limites *no complexo [inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit]* (Marx, 2013, p. 242). As articulações do binômio saúde-doença, ou mais precisamente, o limite tênue entre o estar e o não estar doente operam na relação da humanidade com a produção da riqueza social, portanto, o processo capitalista de produção material da vida humana impõe um limite ao movimento do corpo que trabalha: a possibilidade do adoecer. O primeiro limite da extração de valor relacionado ao corpo do trabalhador é o próprio limite da jornada de trabalho. Deve-se lembrar de Marx, sobre o limite máximo da jornada de trabalho:

A jornada de trabalho possui um limite máximo, não podendo ser prolongada para além de certo limite. Esse limite máximo é duplamente determinado. Em primeiro lugar, pela limitação física da força de trabalho. Durante um dia natural de 24 horas, uma pessoa despende apenas uma determinada quantidade de força vital. Do mesmo modo, um cavalo pode trabalhar apenas 8 horas diárias. Durante uma parte do dia, essa força tem de descansar, dormir; durante outra parte do dia, a pessoa tem de satisfazer outras necessidades físicas, como alimentar-se, limpar-se, vestir-se etc. Além desses limites puramente físicos, há também limites morais que impedem o prolongamento da jornada de trabalho. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer as necessidades intelectuais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura de uma dada época. A variação da jornada se move, assim, no interior de limites físicos e sociais, porém ambas as formas de limites são de natureza muito elástica e permitem as mais amplas variações (Marx, 2013, p. 306).

Por outro lado, Dejours chama a atenção de que existem atividades laborais *cujo conteúdo é justamente um meio de equilíbrio*. Ou seja, para ele *não se trata de iniciar uma cruzada contra a forma trabalho em si*, pelo contrário, ele

oferece *campo de ação, um terreno privilegiado para que o trabalhador concretize suas aspirações, suas ideias e seus desejos*. Porém, isso só é possível quando o trabalho é livremente escolhido, quando a organização é adaptável aos seus desejos, às necessidades de seu corpo e às variações de seu estado de espírito. Em outras palavras, para Dejours o conceito de saúde repousa justamente na qualidade do acesso ao trabalho e na variação da jornada de trabalho. Parece-nos que Dejours nos ajuda a desenvolver uma crítica que supere qualquer corte ontológico da saúde quando defende o exercício da *liberdade de regular as variações que aparecem no estado do organismo* (Dejours, 1984).

No entanto, o autor desenvolve a relação saúde-trabalho a partir de uma ontologia do trabalho quando trata o trabalho, a nosso ver, como uma categoria trans-histórica, pois para ele: a categoria trabalho no modo de produção capitalista não aparece em seu texto como algo qualitativamente particular ao próprio modo de produção. Ou seja, o autor preconiza uma organização do trabalho livre, cujos limites da jornada, do modo operatório, das condições físicas e da divisão entre as mulheres e homens trabalhadores respeitem os limites do corpo. Todavia, Dejours não problematiza a forma trabalho no modo de produção capitalista. Pois, enquanto existir a forma valor regulando as relações de produção. A forma mercadoria como lógica de organização das trocas sociais. A forma dinheiro como equivalente geral universal governando o reino da troca. E o capital que exige grandes sacrifícios sociais em nome do processo de acumulação, será possível existir esta forma de trabalho livre que permita a realização da saúde? Em suma, lembremos a tirania do tempo abstrato sobre a vida das massas trabalhadoras, como coloca Marx:

Dadas a intensidade e a força produtiva do trabalho, a parte da jornada social de trabalho necessária para a produção material será tanto mais curta e, portanto, tanto mais longa a parcela de tempo disponível para a

livre atividade intelectual e social dos indivíduos quanto mais equitativamente o trabalho for distribuído entre todos os membros capazes da sociedade e quanto menos uma camada social puder esquivar-se da necessidade natural do trabalho, lançando-a sobre os ombros de outra camada. O limite absoluto para a redução da jornada de trabalho é, nesse sentido, a generalização do trabalho. Na sociedade capitalista, produz-se tempo livre para uma classe transformando todo tempo de vida das massas em tempo de trabalho. (Marx, 2013, p. 597)

Na contramão do controle social do trabalho sobre a humanidade conforme Marx apresenta anteriormente, Dejours aponta que a possibilidade de realização da saúde é o corpo possuir a liberdade de satisfazer a demanda do dia, por exemplo, comer quando existir fome, dormir quando o corpo apresentar sono ou cansaço. Dejours arrisca a definir a saúde como a condição em que “cada homem, mulher ou criança possua meios de traçar um caminho pessoal e original, em direção ao bem-estar físico, psíquico e social” (1984).

Assim, é preciso alertar que saúde enquanto conceito a ser desenvolvido torna-se meta a ser atingida ou, na melhor das hipóteses, uma condição humana efetiva em um devir social distinto do *estar-sendo* em que existe o predomínio do tempo abstrato, o predomínio do tempo “socialmente necessário” para a produção de mercadorias, do tempo como parte da dominação social que subjuga o corpo e a alma do homem, da mulher ou da criança expostos ao processo produtivo da própria vida no modo de produção capitalista. Assim também é preciso realizar uma crítica da forma trabalho no modo de produção capitalista subsumindo a vida.

Canguilhem (2009) quando debate “Doença, Cura e Saúde” nos lembra de que, *em matérias de normas biológicas, é sempre o indivíduo que devemos tomar como ponto de referência*. Ou seja, a saúde ou a doença não possui uma abordagem transindividual, mas, justamente o contrário. Para o autor a fronteira entre o normal e o patológico só é possível ser traçada a partir do indivíduo, não por parâmetros estatísticos, *externos e coercitivos*. Enquanto que a produção da vida humana no modo de produção capitalista é impessoal, é transindividual e estandardizada. Assim, a saúde se coloca como saúde abstrata, a saúde do trabalho que objetiva valor, não é a saúde enquanto conquista humana, saúde concreta do humano, mas saúde enquanto manutenção do trabalho como uma força produtiva capaz de produzir mais-valor, como força produtiva que objetiva a substância do valor, o trabalho abstrato.

Considerações finais

O trabalhador é portanto igualado, desconsiderando a objetivação qualitativa do trabalho e sua própria subjetividade de humano que trabalha, apenas o mero quantum (quantidade) de trabalho abstrato objetivado na mercadoria. Ou seja, na produção capitalista a forma do trabalho assalariado torna-se um verdadeiro entrave para a realização da saúde enquanto saúde concreta. *O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral* (Marx, 2012, p. 80). Com isto, a defesa de uma oferta de serviços de saúde para além da forma mercadoria estará no marco do anticapitalismo ou não defenderá o serviço e o cuidado para além da forma mercadoria. Neste sentido, a saúde concreta está além da produção e da reprodução de capital, afinal, é possível coexistir saúde e sofrimento?

Bibliografia

- AROUCA, Sérgio da Silva. *O dilema preventivista: contribuição para a compreensão e crítica da medicina preventiva*. Unicamp, 1975.
- BEHRING, Elaine & BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. Ed. Cortez, São Paulo.
- CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 2009, 6ª edição.
- DEJOURS, Christophe. “Por um novo conceito de saúde”. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. n. 54, v. 14, abr-mai-jun. 1986.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Ed. Paulinas, 2010.
- HARVEY, David. *Para entender O capital* (Livro I). Boitempo Editorial, São Paulo, 2013.
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma crítica do valor*. Portugal-Lisboa, Antígona, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo; Boitempo Editorial, 2004.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Nova cultural, São Paulo, 1988. Livros I, II e III em volumes: I, II, III, IV e V.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro 1: o processo de produção do capital*. Volume I. São Paulo: ed. Nova cultural, 1988a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PERITO, Rogério Vincent. *A crítica da economia política da saúde pública: os limites da saúde como direito social*. 2017. Dissertação [Mestrado], Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PERITO, Rogério Vincent. *Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO)*. 1946. Disp.: www.direitoshumanos.usp.br.

“QUATRO DIAS PRA FILMAR E QUATRO ANOS PRA MONTAR E SINCRONIZAR”: TEMPO HISTÓRICO E FORMA FÍLMICA EM *CÂNCER* DE GLAUBER ROCHA

Paulo Yasha Fonseca ^{5,6}

Resumo

O filme *Câncer* de Glauber Rocha foi filmado em agosto de 1968 e montado e sincronizado em maio de 1972. Ao incorporar o tempo de sua realização na forma, esta obra, por meio dos dois últimos estágios de sua realização, efetua uma crítica ao movimento cultural e político de 1968, época da captação de suas cenas. A partir da defesa da experimentação na arte, bandeira tropicalista, o diretor Glauber Rocha efetua uma inflexão formal, a fim de expressar a mudança política e cultural após o Ato Institucional número 5 (AI-5) — que agravou a repressão da ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: Cinema brasileiro; Tropicalismo; Crítica cultural e política; História do Brasil; Glauber Rocha.

“CUATRO DÍAS PARA FILMAR Y CUATRO AÑOS PARA MONTAR Y SINCRONIZAR”: TIEMPO HISTÓRICO Y FORMA CINEMATOGRAFICA EN *CÁNCER* DE GLAUBER ROCHA

Resumen

La película *Cáncer*, de Glauber Rocha, se rodó en agosto de 1968 y se montó y sincronizó en mayo de 1972. Al incorporar el tiempo de su realización en la forma, esta obra, a través de las dos últimas etapas de su realización, critica el movimiento cultural y político de 1968, época en la que se rodaron sus escenas. Partiendo de la defensa de la experimentación en el arte, bandera del tropicalismo, el director

5 Filósofo, professor, mestre em Filosofia (USP). Pesquisador-membro e fundador do Núcleo Práxis da Universidade de São Paulo.

6 Texto de 2016.

Glauber Rocha realiza un giro formal con el fin de expresar el cambio político y cultural tras el Ato Institucional número 5 (AI-5), que agravó la represión de la dictadura militar en Brasil.

Palabras clave: Cine brasileño; Tropicalismo; Crítica cultural y política; Historia de Brasil; Glauber Rocha.

**“FOUR DAYS TO FILM AND FOUR YEARS TO EDIT AND
SYNCHRONIZE”: HISTORICAL TIME AND FILM FORM IN *CANCER* BY
GLAUBER ROCHA**

Abstract

Glauber Rocha's film *Cancer* was shot in August 1968 and edited and synchronised in May 1972. By incorporating the time of its production into its form, this work, through the last two stages of its production, critiques the cultural and political movement of 1968, when its scenes were shot. Based on the defence of experimentation in art, a tropicalist banner, director Glauber Rocha makes a formal shift in order to express the political and cultural change after Institutional Act Number 5 (AI-5) – which aggravated the repression of the military dictatorship in Brazil.

Keywords: Brazilian cinema; Tropicalism; Cultural and political criticism; Brazilian history; Glauber Rocha.

*

Câncer de Glauber Rocha é um filme que incorpora seu tempo de realização como dois momentos históricos distintos das relações entre cultura e política na ditadura civil-militar no Brasil. Este pouco conhecido filme do autor de *Terra em Transe* configura-se como uma reflexão formal sobre a época na qual foram captadas as imagens que compõem o filme: quatro dias durante agosto de 1968, e seus quatro anos subsequentes, após seu exílio em virtude do AI-5 até 1972, quando é montado e sincronizado

em Cuba. Ao incorporar na forma esta defasagem temporal das suas etapas de realização, *Câncer* empreende um balanço retrospectivo das agitações de 1968 no Brasil e o seu desenlace com o motivo do exílio de seu autor — o AI-5. Com esse fim, Glauber Rocha na montagem e sincronização estrutura o filme com duas “inserções documentais” que demarcam esta diferença temporal. Deste modo, seu *sentido* deve ser procurado na estrutura formal que busca condensar as circunstâncias históricas de sua própria realização, efetuando uma intervenção política sobre aqueles acontecimentos.

Contexto sócio-histórico

A inserção documental do início, a primeira sequência de *Câncer*, consiste no modo como o autor em 1972 via a conjuntura do Brasil de 1968, ano em que nasceram as imagens, isto é, as experiências formais com o som direto e a duração do plano em torno dos temas da marginalidade e da violência. As imagens — *travellings* com a câmera na mão — apresentam a sala lotada da cinemateca do MAM do Rio de Janeiro, e uma mesa de debates cujos participantes eram importantes personalidades do meio cultural da época, entre os quais Gustavo Dahl, cineasta e participante da formação do Cinema Novo; Antônio Houaiss, intelectual tradutor da primeira edição brasileira do “Ulisses” de James Joyce; Ferreira Gullar, escritor e poeta, autor de “Vanguarda e Subdesenvolvimento” e Rogério Duarte, desenhista gráfico, poeta e um participante ativo do Tropicalismo⁷. Este último será também ator no filme de Glauber. Na plateia, logo na primeira fila, nota-se a presença de Hugo Carvana, um dos Marginais de *Câncer*, o próprio Glauber Rocha e o cineasta Arnaldo Jabor. Desde já, encontramos um conjunto representativo do meio acadêmico e cultural carioca. Entretanto, não ouvimos o som ambiente — as falas e aplausos são justapostos pela voz

7 Rogério Duarte foi o autor da capa do disco “Tropicália” de 68.

oculta do cineasta baiano com o som do plano-sequência seguinte e de uma fala em espanhol de um crítico de cinema cubano⁸.

O autor apresenta de modo retrospectivo e tom improvisado o contexto sócio-histórico de onde surgiram as filmagens, a equipe e o processo de produção, excetuando o motivo da distensão temporal de quatro anos para o seu término, só sendo revelado na segunda intervenção documental:

Era em Agosto de 1968... Era no Rio de Janeiro em agosto de 1968, uma agitação arretada, os estudantes na rua, os operários, tinha operário ocupando fábrica em Minas Gerais, operário ocupando fábrica em São Paulo e estudantes fazendo agitação. Era a ditadura do Costa e Silva que tinha sido o segundo ditador, depois de Castelo Branco e tinha derrubado o presidente Jango que estava fazendo a *revolução* em 64, não era o marechal Castelo Branco não, que este era um marechal reacionário... Então estava uma onda terrível, os estudantes na rua, o líder era Vladimir Palmeira, tinha Marcos Medeiros, Elinor Brito, o psicanalista Hélio Pelegrino, Franklin Martins, a barra pesada toda. Mas não era mesmo uma revolução, quer dizer, era agitação, era... tinha o maio o francês também, tava uma onda arretada. Nego dizia o seguinte que era revolução, mas era a classe média radical, burguesia liberal reformista na rua. E os operários... Tinha muito camponês morrendo de fome no nordeste. Que, aliás, continua morrendo de fome até hoje, tão morrendo a mais de 400 anos. E os intelectuais estavam lá no Museu de Arte Moderna naquela noite. Exatamente

8 Esta voz seria de entrevistas de um crítico cubano chamado Henrique Molina para um programa de TV. São comentários sobre o filme de Rocha, “Der Leone Have Sept Cabezas”(1970). Esta entrevista foi justaposta por Luiz Garcia no ICAIC em 1972 (DUARTE, pp 85).

discutindo sobre a arte, a arte revolucionária, por que estava começando o tropicalismo, uma onda arretada. Aí eu chamei o Saldanha, Luiz Carlos Saldanha, que tinha chegado da Itália, ele tinha uma Arriflex. O Luiz Carlos Saldanha fez a fotografia e a câmera e o som direto foi feito por José Ventura. Agora Hugo Carvana, Antônio Pitanga que é baiano e Odete Lara fizeram os papéis principais, o mais Rogério Duarte que é Baiano também, Zé Medeiros, Hélio Oiticica que é pintor, e o pessoal Biju, Tineca, um pessoal da Mangueira e mais Zelito, quer dizer, não Doutor Zelito do filme, Doutor Zelito da Mapa Filmes e Chiquinho que tava na Kombi. E aí o tempo passou, por que ficou... Depois eu cheguei em Havana, aí fiz no ICAIC o som... A sincronização foi feita por Raul Garcia e eu montei com a Tineca e a Mireta. Numa coprodução, e aí entrou o Barceloni na Itália e ficou com o título *Câncer*... Rio de Janeiro. Filmado ali pelo Rio de Janeiro, na favela, na Zona Sul, na Zona Norte, sobre aqueles marginais do Rio de Janeiro, uma filmagem que demorou quatro dias para filmar e quatro anos para montar e sincronizar... Terminou em maio de 1972 — de agosto de 68 a maio de 72 —, *Câncer*.

Narrativa e improviso

A voz oculta tem a mesma forma de improviso que encontraremos durante as cenas de *Câncer*. O movimento da narração inicia por uma interpretação da conjuntura de 1968, e mais estritamente do mês de agosto, quando ocorrem as filmagens. O espaço externo às imagens impressas é o da ditadura de Costa e Silva, segundo ditador depois de Castelo Branco. Este,

por sua vez, deu o golpe no presidente João Goulart. O primeiro elemento interpretativo e de intervenção política se dá aqui, agora com a posição do autor em relação à ditadura. Esta chamava de “revolução” o que na verdade foi um golpe de estado de um reacionário, Castelo Branco, contra uma verdadeira revolução que estava sendo empreendida pelo presidente Jango. Ele retomará essa posição agora em relação às esquerdas. As agitações nas ruas lideradas pelos estudantes, também não eram *revolução*, como muitos de seus participantes diziam, pois restritas a extratos das classes altas e médias, e ao operariado das fábricas. Agitações concentradas nos centros urbanos como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Já a miséria nordestina permanece insolúvel *há 400 anos*. Veremos que o protagonista é justamente um nordestino, Antônio Pitanga, um dos marginais.

O movimento da narração apresenta, então, o que seria o correlato dessas *agitações* no plano da cultura, simbolizado neste debate no MAM entre intelectuais sobre a arte revolucionária, em decorrência da entrada em cena do Tropicalismo. O termo revolução, segundo o autor, estava na ordem do dia, tanto para as forças em confronto nas ruas – a “repressão” e o movimento estudantil – como para o campo da produção cultural. As filmagens de *Câncer* seriam resultado imediato das discussões sobre arte revolucionária em torno da centralidade do movimento tropicalista em 68. A passagem para a apresentação da equipe de filmagem decorre dessa relação. Mas, como vimos acima, a relação não está apenas na voz *over*, mas também nos participantes do filme. Além do mais, o artista plástico Hélio Oiticica, assim como Glauber Rocha⁹, também ator nas cenas que se seguirão, eram, à época, próximos ao movimento. A obra *Tropicália* de Oiticica deu nome ao *long-play* de 1968, e *Terra em Transe* é geralmente reconhecido como uma das obras precursoras do movimento.

9 A adaptação da peça Roda Viva escrita por Chico Buarque e encenada por José Celso Martinez Corrêa, foi dedicada a Glauber Rocha.

Podemos, assim, verificar que a voz *over* inclui as filmagens de *Câncer* como parte do ideário político-cultural do período. Mas o autor efetua uma espécie de elipse de tempo – *aí o tempo passou* – não revelando o motivo da distensão temporal que o fez terminar o filme apenas nos quatro anos seguintes em Cuba. É deste tempo e local de que fala a voz oculta quando silencia pela justaposição o evento no MAM. Este recurso épico tem a finalidade de situar em seu devido tempo histórico as imagens captadas durante aqueles quatro dias de agosto de 1968. E ao fazer isso internaliza aquela conjuntura de modo didático na sua estrutura, ao longo dos seus 60 planos colados entre si e articulados à sonorização.

Montagem e sincronização: quatro anos depois

Mas é necessário pontuar: assim como a voz *over* fala em 1972, a montagem e a sincronização não são mais de 1968. As imagens coladas entre si, a deformação das vozes assumidas na sincronização por um defeito do som direto, bem como a trilha sonora são resultado dos quatro anos seguintes. As cenas são cômicas e improvisadas por Hugo Carvana e Antônio Pitanga como os Marginais; e Odete Lara, além de Hélio Oiticica e Rogério Duarte (na primeira e última cena); um *peçoal da Mangueira*, Biju, Tineca, José Medeiros e Luiz Carlos Saldanha.

A primeira inserção documental efetua uma mudança de sentido desta experiência formal e cinematográfica. Ela se transforma, em parte, na representação de uma conjuntura: o caráter farsesco na atribuição do termo revolução tanto às vanguardas estéticas em torno do tropicalismo, quanto aos revolucionários, em confronto nas ruas, da esquerda e da direita.

Os elementos externos à cena (presentes em inúmeros momentos de *Câncer*) como a interferência da voz ou da figura do diretor no espaço fora do quadro, aparição de elementos técnicos como o microfone ou refletor¹⁰

10 A relação entre a personagem de José Medeiros (Doutor Zelito) com o autor é visível. Há uma cumplicidade nos diálogos que aparecem no travelling inicial e na cena em que os marginais o procuram para vender um aparelho estadunidense desconhecido. A cena é cômica com um “desenlace” que reafirma a relação. O aparato técnico como o refletor e o microfone, ou os sinais da presença do diretor estão presentes principalmente até a segunda inserção documental.

revelam o artifício da produção. As vozes e os ruídos nascem, em parte, do procedimento do som direto e, em parte, do processo de finalização. O acaso diante da câmera também é incorporado ao resultado final. Há, aqui, uma implosão das convenções narrativas ainda presentes na tradição do modernismo do Cinema Novo¹¹. Estamos no registro da radicalização formal das vanguardas do final da década, com destaque para o cinema de Godard e Straub/Huillet, cujo caráter cifrado e fragmentário buscava romper radicalmente com a tradição narrativa cinematográfica voltada, em maior ou menor grau, à comunicação. Se efetivava, durante os anos 1960, o ideário da autonomia da arte cinematográfica, e a ênfase na liberdade do autor como forma de recusa ao caráter industrial e mercantil da *indústria cultural* nos países centrais do capitalismo. Os filmes neovanguardistas eram exibidos em festivais de cinema como o de *Cannes*, *Berlin* e *Veneza* e em circuitos alternativos de produção e distribuição de filmes de baixo orçamento, propiciada em certa medida pelo excedente comercial da própria grande indústria e pelas políticas culturais financiadas pelo Estado¹². O mote “*não há arte revolucionária, sem forma revolucionária*”(Ridenti, 2000, p. 278) enunciado por Maiakóvski em pleno processo revolucionário, se aclimatava aos circuitos alternativos de alta cultura dos países capitalistas centrais em tempos de *Welfare State*.

As imagens captadas de *Câncer* são, justamente, motivadas por conversas de Glauber Rocha com Jean Marie Straub em uma de suas viagens a festivais, a respeito da duração do plano e de efetuar experimentos com o

11 O conjunto de cineastas cinemanovistas, como o próprio Glauber Rocha, procurava, cada um a seu modo, denunciar a miséria de um país “subdesenvolvido” em busca da superação de seu atraso, concomitante às reformas de base do governo João Goulart. A comunicação com o público, ainda, era o fim visado. Devido ao objeto – a miséria no campo – os filmes deste período eram sérios e representavam uma realidade a ser denunciada e divulgada, para finalmente superá-la. Neste sentido, a despeito das diferenças de estilo, filmes como *Vidas Secas* de Nelson Pereira dos Santos, *Deus e o Diabo na Terra do Sol* do próprio Glauber e *Os Fuzis* de Ruy Guerra, aclimatavam procedimentos das vanguardas cinematográficas dos anos 20, como o construtivismo russo de Eisenstein; e o novo cinema europeu do segundo pós-guerra, como o neorrealismo italiano e a *nouvelle vague* francesa, em vista da formação de um cinema anti-industrial, que fosse a expressão do próprio “subdesenvolvimento” do país.

12 Sem esquecer da divulgação com críticas e resenhas em importantes revistas como *Cahiers du Cinéma* e *De Positif*.

som direto (Rocha, 1997, p. 180). O caráter informal¹³ e experimental do filme de Glauber tornou-se, segundo Ismail Xavier o padrão da produção cinematográfica brasileira do período 68-73 (Xavier, 2012, p. 53). *Câncer* nasce sob o signo das vanguardas brasileiras do período, que devem ser vistas na sua especificidade. Mas ao ser reestruturado nos seus estágios posteriores de produção, efetua uma reflexão sobre os limites e contradições destas mesmas vanguardas.

O modo de estruturação das cenas entre si, após a primeira inserção documental e até a segunda como veremos, revela o movimento das encenações que, vistas de forma independente, expressam o aumento contínuo da tensão entre os *atores*. O paradoxo entre as cenas e a montagem é que, enquanto aquelas internamente expressam o aumento da violência, mesmo que sob o clima da farsa e da descontração, a última estrutura um movimento entre elas (pontuado por *travellings* do Rio de Janeiro, da *Kombi*) que arrefece a agressão. O primeiro *travelling* se dá em seguida à primeira inserção documental, em que a Kombi desce um morro e penetra no meio inteiramente urbano. Em voz *over* o autor e Doutor Zelito, personagem de José Medeiros, efetuam o seguinte diálogo de modo retrospectivo: “—naquele dia a cidade estava cheio de mato, disse Doutor Zelito — a cidade nasceu do meio do mato [...] é necessário uma profilaxia, precisamos exterminar os mosquitos”.

O caráter simbólico das frases nos revela uma primeira imagem que condensa elementos pré-modernos na cidade do Rio de Janeiro (*o mato, os mosquitos*) no presente (*naquele dia*) e no passado, a origem da cidade. A unidade temporal *dia*, correspondente a um dos quatro dias de filmagens, desloca as possíveis abstrações geradas pelas cenas seguintes para a singularidade daquelas experiências formais em agosto de 1968. A partir de então, *aqueles*

13 Glauber escreveu à época das filmagens que captou as imagens de *Câncer* para experimentar alguns recursos, como o som direto e o improviso em plano-sequências, que seriam depois utilizados no *Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro*, e divertir-se com amigos. De fato, as cenas foram filmadas em um período de espera para que os negativos do longa de 1969 fossem liberados na alfândega e parte da equipe pudesse partir para Milagres. (Rocha, 2002)

marginais do Rio de Janeiro podem não ser apenas as duas personagens de Antônio Pitanga e Hugo Carvana, mas os próprios envolvidos na experiência. Entretanto, a figura de Pitanga é central, pois o modo como sua trajetória é formalizada e estruturada pela montagem durante todo o filme, procura expressar de modo irônico o *movimento* político-cultural do período.

O *Marginal* Antônio Pitanga em seu primeiro plano sequencia, de quase dez minutos, encena uma improvisação com Rogério Duarte e Hélio Oiticica, em que aquele vai à procura de trabalho e sofre de modo progressivo violência e humilhação verbal por ser *crioulo* e *vagabundo*. O *Marginal* não responde com a mesma violência, seu desespero apenas aumenta, enquanto Duarte encena a agressão. O *Marginal* está acompanhado de um sambista também negro. Ele improvisa sambas que ilustram o diálogo entre Rogério Duarte e o *Marginal* (na voz oculta do início, ambos são “baianos”). Oiticica observa segurando uma arma e, no único momento em que fala algo, é condescendente ao *oprimido* que está ali em busca de trabalho. O palco é a varanda do artista plástico com o fundo de um jardim de bananeiras, enquanto Duarte tem em seu pescoço um colar do tipo indígena. A artificialidade e o improvisado da cena são visíveis, seja pela falta de técnica teatral dos não atores, seja pelo espaço fora do quadro, ponto de fuga em que todos se voltam em busca da orientação do diretor. Essa cena e as demais coladas entre si organizam um movimento progressivo de picos de agressão até um novo recomeço contínuo na cena seguinte, que terá seu desenlace na cena da praia. Quando da violência e humilhação inicial, o *Marginal* oprimido encontra a redenção ao lado da atriz de classe média em direção à sua ascensão social e à volta para a Bahia. Veremos adiante como tal cena retoma como paródia o emblema do mar na promessa revolucionária do final de *Deus e o Diabo na terra do Sol* e a sua continuação trágica do início de *Terra em transe*.

Características do movimento tropicalista

Neste ensaio não há espaço para uma necessária reflexão sobre as relações entre o *tropicalismo* e as imagens captadas em 1968 devemos, por hora, apontar de modo amplo algumas características do movimento que estão expressas em *Câncer* como: a presença de Hélio Oiticica e Rogério Duarte; a radicalidade na experimentação que implode as convenções do cinema narrativo clássico, a partir da incorporação da sua matriz europeia e do cinema *underground* estadunidense; a articulação entre elementos modernos (da alta cultura e cultura de massa) e referências à condição colonial; a utilização da ironia e do deboche como recurso de representação; uma certa representação do protagonismo da marginalidade, associando contracultura, criação vanguardista, com banditismo social e urbano, combinada à revalorização do surrealismo. Além do espaço urbano como palco privilegiado para as suas representações.

Tais formas estão espalhadas por todo o *Câncer*, mas a cena final, anterior à segunda inserção documental, como etapa final do percurso não apenas dos *marginais*, mas da equipe na cidade do Rio de Janeiro, é estruturada na montagem como o fim de um movimento histórico, a das agitações de 1968. Após o longo plano-sequência em que o *Marginal*, interpretado por Antônio Pitanga, encena um encontro *amoroso* com uma moça (a primeira cena em que este *Marginal* não sofre qualquer tipo de *violência*), e um último *travelling* da cidade, vemos o *Marginal*, Hugo Carvana, e Odete Lara em uma conversa amena. O espaço é um restaurante na beira da praia e já afastado do ambiente propriamente urbano. Em seguida, por meio de um plano aberto, o espaço se apresenta: a *panorâmica*, da esquerda para a direita, sai da praia passa por uma estrada à sua beira e enfoca o *Marginal* (Pitanga) se aproximando com uma valise do restaurante onde estão os outros dois personagens. Ele entra no espaço. O *Marginal branco* levanta de onde está com Odete Lara (no espaço externo, em uma mesa ao pé de uma árvore em que avistamos um macaco) e vai ao seu encontro. O corte revela uma

mulher falando no interior do restaurante, mas apenas ouvimos o áudio de uma música em castelhano, e uma conversa também em castelhano. Em seguida, o *travelling* da *Kombi* acompanha o *fusca* no qual avistamos os três. A trilha é um som de *free jazz*, acentuando a atmosfera da “liberdade” solar e vazia da praia. Os três fumam um baseado. Saem do *fusca* e se direcionam a praia. O mar revolto é o pano de fundo. A cena é inaugurada pela voz do diretor orientando a posição de Carvana. O *Marginal* negro está com a valise que representa sua libertação e a possibilidade de volta à Bahia.

De modo distinto à cena em que os dois *Marginais* contracenavam e o *Branco* se encontrava no ponto mais alto da hierarquia, agora o poder é do *Negro* que além da valise, tem a seu lado a *atriz*. Eles cantam e dançam felizes, enquanto o *Branco* elucubra em voz alta como abrir a valise para alcançar sua “*ascensão social*”. Então, quando se percebe derrotado, se coloca de bruços, em um gesto eminentemente artificial, para que o *negro* o enforque. Feito o gesto, a câmera na mão enquadra os dois, *atriz e Marginal*, na areia da praia. Cantam e dançam felizes em direção a um horizonte que, simbolicamente, representaria a sua libertação, para em seguida, um *travelling* enfocar *Carvana*. O primeiro plano do *Marginal Branco* deitado na praia em contraste com aquela alegria compõe a imagem irônica da libertação pela violência.

Encerra-se aqui, como veremos por meio da montagem, um período histórico no dia 13 de dezembro de 1968. Mas, antes, retornemos para a imagem antecedente, pois ela nos evoca a fuga do casal do sertão em *Deus e o Diabo*, quando se punha no horizonte uma transformação radical da sociedade — *o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão*.

Acirramento da luta e crítica ao Tropicalismo

Em pleno *movimento* em direção às reformas de base, centrada principalmente na reforma agrária, o país parecia em 1963 que iria sair da sua condição colonial que, por sua vez, teimava em perdurar. Havia um clima

de acirramento das lutas no campo e nas cidades que empurrava o próprio governo João Goulart – em virtude dos laços construídos do trabalhismo com suas bases – ainda mais para a esquerda. Já os movimentos culturais como o Centro Popular de Cultura construía laços com os movimentos sociais e sindicatos visando à formação de um teatro épico que contribuísse com o processo de transformação em curso. O próprio Cinema Novo procurava documentar e/ou expressar a miséria brasileira do campo. A última imagem do litoral em *Deus e o Diabo* simboliza um horizonte já enunciado pelo profeta, a imagem de um mundo que se converteria no seu contrário.

Mas a derrota com o golpe de primeiro de abril de 1964, transfigura tal horizonte no início de *Terra em transe*. O mar passa a ser o marco de uma narração sobre o significado da ruptura empreendida pelos militares e com o apoio de uma parte importante de políticos e empresários nacionais, com a contribuição decisiva do imperialismo norte-americano. E o resultado é a expressão de uma crise cuja imagem final é a do poeta, jornalista e “militante de esquerda” *Paulo Martins* que literalmente morre na praia.

Não é possível neste espaço analisarmos todas as configurações do filme de 1967, mas podemos, entretanto, ressaltar, além da recorrência do mar e da praia, agora com o sinal invertido, a importância da sua recepção no meio intelectual e artístico do período. Objeto de crítica de uma parte da esquerda, não obstante tornou-se referência fundamental para a formulação do ideário tropicalista. Mas, como vimos, Glauber Rocha, com *Câncer* empreende a crítica ao *Tropicalismo*, por meio da primeira inserção documental por apresentar tais cenas como produto daquelas agitações que se pretendiam revolucionárias, mas restritas à estratos das classes médias e altas dos centros urbanos. A experiência formal com a qual Glauber Rocha parece condensar 1968 tem seu “horizonte utópico”, agora em forma de farsa, como saída individual de libertação dos seus *atores*. Se em *Deus e o Diabo* o horizonte aparecia como promessa de revolução social, em *Câncer*

de modo irônico aparece como a ascensão individual do *marginal* e da atriz de classe média. Entretanto tal período histórico termina e inicia a segunda inserção documental e o *epílogo* em sequência:

O resultado... O resultado daquela agitação toda é que no dia 13 de dezembro de 1968, 1968... Mês de dezembro, Costa e Silva proclamou o ato cinco, o institucional Ato Cinco. A burguesia carioca lá do Rio de Janeiro. Naquele dia fascinante, a cidade era... alucinante. Estava passando muito dinheiro na bolsa em 71; em 72, a bolsa quebrou. O alto custo do desenvolvimento superficial, desumano e oligárquico pago pelo fundo (?), pago pelo sacrifício da classe operária. E por cima, e por cima o imperialismo norte-americano. É... Estava duro o desemprego do Oiapoque ao Chuí, a classe analfabeta e pobre e nêgo por cima. Paz nas altas, pau na farsa; paz nas altas, pau na farsa. O esquadrão da morte pessoal, a guerrilha tava comendo solta naquela época... Tinham matado Marighela, tinham matado o Capitão Lamarca. E reinava o partido integralista, e o terceiro ditador se chamava Médici, o torturador, pau nas altas, paz na farsa, a falência começou, mas nêgo estava se divertindo pacas, naquele dia fascinante, a cidade era um campo alucinante, é pessoal, não tava mole não, faca... Naquele dia fascinante a cidade era...

A voz oculta do autor tem agora uma nítida mudança de tom. Há uma espécie de frenesi aos berros, na conjunção entre frases desconexas e palavras de ordem que se repetem na elocução da passagem temporal para os quatro anos seguintes. Apesar do improvisado na primeira inserção, ainda

havia um caráter explicativo na referência à conjuntura política e cultural que viu nascer as imagens de *Câncer*, momento histórico que a montagem e a sincronização procuraram condensar. O tom era ameno, ao passo que a acusação tornou-se franca. Esta segunda inserção documental preenche a elipse de tempo anterior do “e aí o tempo passou...”, com o resultado não apenas daquelas agitações todas, mas do próprio *Câncer* no exílio do autor, a partir da promulgação do Ato Institucional número 5.

A cultura desaparece da voz *over* e o que ouvimos é a apresentação de uma crise que se *movimenta* (tal movimento aparece nas imagens, como veremos a seguir) em direção a 1972. O epílogo se inicia, então, com a promulgação do *golpe dentro do golpe* por Costa e Silva. Glauber busca sintetizar o que se convencionou chamar de *Milagre Brasileiro*: a convivência entre arrocho salarial, repressão aos sindicatos e altíssimo índice de crescimento econômico. Ele enfatiza também a alta da bolsa em 1971 e, depois, a sua queda em 1972, como um possível início de crise econômica. Nesse contexto, Médici endurece o regime com a intensificação da prática da tortura, enquanto a guerrilha parte para o confronto. Carlos Marighela e o Capitão Lamarca são assassinados. Como vemos, aquelas agitações resultam no endurecimento do regime. É interessante notar que, assim como na primeira inserção documental, o autor trata de apresentar a distância entre a burguesia e a base dos trabalhadores. Se antes, as agitações não correspondiam à revolução, justamente por estarem restritas a certas camadas altas e médias, agora a “paz” reina, mas apresentada como farsa, já que a crise no espaço e tempo exteriores às imagens permanece e se aprofunda. No exílio o autor denuncia o caráter falso da “paz” entre as elites e, entre elas, as mesmas que participaram daquelas agitações anteriores ao AI-5¹⁴.

14 Zuenir Ventura narra o réveillon de 1968 na casa de Heloísa Buarque de Holanda em que estavam reunidos intelectuais e artistas, entre eles Glauber Rocha, em uma típica festa da elite farta em bebidas e comidas. Essa mesma festa corresponde a essa aproximação entre as duas inserções documentais, imagens de 1968 coladas para representarem épocas distintas. A festa, como a segunda inserção documental, aproxima elites culturais e econômicas. São apresentados, portanto, como membros de uma mesma classe, a burguesia. (VENTURA, 2008, págs 17-28).

As imagens que “ilustram” a voz *over* apresentam modelos desfilando em planos fechados, pessoas sorrindo enquanto bebem, jogam, e se divertem, em meio a produtos expostos em estandes. Lá estão, entre as quais: Nara Leão posando para a câmera, Zelito Vianna (produtor do *Dragão da Maldade*) e Danuza Leão concedendo entrevistas para uma rede de TV. As imagens das modelos, por meio de *travellings* em câmera na mão parecem representar a passagem de tempo expressa pelo narrador, ao mesmo tempo em que o caráter documental da sequência permanece demarcado na *cidade do Rio de Janeiro daquele dia fascinante*. Portanto, as imagens são de 68, mas ela busca condensar a passagem de tempo para 72. Nesse sentido, as duas inserções documentais fazem parte de uma mesma época, agosto de 68. Mas a montagem e a sincronização estruturaram uma passagem de tempo que busca estabelecer o contraste entre o tempo das filmagens e o da finalização, como veremos a seguir nas duas últimas sequências, após os quase quatro anos que se seguiram desde aquelas *agitações*.

O contraste é evidente. Da alegria no espaço solar da praia em que o nordestino e *Marginal* negro e a atriz de classe média, Odete Lara, encontram sua redenção, para a imagem do centro chuvoso, escuro e tumultuado do Rio de Janeiro. Da paisagem em que o mar revolto, com suas ondas sem direção, palmeiras e a imensidão do horizonte, são o cenário da experiência com planos-sequências e atores improvisando sob o efeito da maconha, para a atmosfera urbana e dos movimentos mecânicos de carros e transeuntes nas suas idas e vindas apressadas. A imagem redentora, em profundidade de campo dá lugar ao Marginal, em nova profundidade de campo, mas agora atravessando a rua e se afastando para se perder em meio à multidão. Ao fundo se avista um cinema com letreiros de dois filmes de Hollywood: *Rio Vermelho* e *A Indomada* (logo associamos ao *imperialismo americano* da voz *over* antecedente). Além da mudança do clima, há uma inflexão formal, na qual a câmera passa a “documentar” o Marginal a procura de trabalho e comida. Desaparecem as

referências da equipe e dos dispositivos técnicos. Saímos do viés cômico para o tom sério da tradição do cinema brasileiro moderno, ainda presente em *Terra em Transe* e até as primeiras experiências cinematográficas surgidas em torno do ideário tropicalista. Agora a interação é com os transeuntes curiosos que observam a câmera ou interagem com o Marginal.

Considerações finais

O movimento de *Câncer*, como podemos concluir até aqui, expressa a saída do meio urbano para a praia e o seu retorno para um local ainda mais opressivo. Se antes havia uma valorização da experimentação formal em tom cômico, com elementos urbanos ao lado de referências primitivas; nesta sequência o que resta é a cidade e o registro de uma marginalidade distante do sentido heroico do marginal subversivo contra a ordem vigente, como na sequência da delegacia com o *Marginal* (Carvana) ou aquela na qual os dois marginais contracenam. A posição da sequência foi montada por Glauber Rocha para expressar 72. Portanto, apesar da mudança formal, ainda permanecem referências a 1968 como, por exemplo, um plano dos livros *Eros e civilização* de Herbert Marcuse e o *Problema chinês* de Roger Garaudy. Seria impensável tal exposição em pleno centro da cidade do Rio de Janeiro, após a promulgação do AI-5. Apesar da mudança histórica narrada, portanto, há algo de farsesco em todo o filme. Glauber Rocha formaliza, então, uma espécie de “acabou a brincadeira” quando procura repor o clima de desespero, ainda presente em *Terra em Transe*. O formalismo vanguardista, do qual o Tropicalismo se imaginava protagonista fica, portanto, restrita àquelas agitações.

O último plano sequencia do filme apresenta com maior clareza esse acerto de contas com as vanguardas em torno do tropicalismo. O Marginal negro reencontra Rogério Duarte e Hélio Oiticica, porém aquele não se lembra das cenas anteriores. Em vez de bananeiras, estamos agora em um descampado. O sambista negro volta ao tamborim e alguns figurantes (*um*

peçoal da Mangueira) compõem a paisagem e observam a cena. A moça com quem o *Marginal* contracenava em uma cena amorosa também está lá. Rogério Duarte tenta falar com ele (sem a arrogância e o espírito dominador anterior), mas o *Negro* não quer conversa. O poeta traz a moça para perto dele que também não a reconhece e declara neologismos de frente para a câmera: *adorpicalha, atrozpicalha*. Em seguida, Hélio Oiticica expressa sorrindo — *nada é melhor que a loucura*. Nesse momento, o *Marginal* que não quer mais trabalho, tira o revólver das mãos de Oiticica e atira em Rogério Duarte. Glauber Rocha efetua nos estágios finais da produção do filme, a composição sonora de um tiro de revólver, contrastando com artificialidade do assassinato do *Marginal* branco na praia. Mas o poeta zomba da situação e demora a morrer. Quando o *Marginal* em desespero sai à busca do colar indígena no pescoço do cadáver, o artista plástico não permite, ele, então, também o mata. O filme termina com o *Marginal* aos gritos de frente pra câmera: - *eu quero matar o mundo, o mundo não presta*. O sambista canta um lamento pela morte de Rogério Duarte e o filme termina.

O descompasso é evidente entre o desespero do *Marginal* que abandona qualquer esperança de obter trabalho, o humor melancólico do poeta tropicalista, e a defesa da loucura contracultural por Hélio Oiticica. A cena se torna mais irônica e simbólica quando evocamos os acontecimentos em torno do *III Festival da Canção* em 1968. Ali, como se pode recordar, Caetano Veloso foi vaiado com a canção *É Proibido Proibir* pela plateia presente. O autor de *Alegria, Alegria* e Gilberto Gil, então, produzem um *show* na boate Sucata, com Os Mutantes, no qual um dos elementos visuais do palco é a bandeira de Oiticica *Seja Marginal, Seja Herói* em homenagem ao bandido Cara de Cavalo. Caetano Veloso definiu este festival tropicalista como “*um festival marginal ao festival que se seguia*” (Ventura, 2008, p. 172). Essa associação entre o tropicalismo e a figura do marginal como elemento subversivo e anárquico, se insere no imaginário da “revolução pelos costumes” trazida pelos ventos emanados do *maio francês* e também

contraposta a uma tradição revolucionária, segundo a qual, uma revolução só acontece por meio da luta de classes. Parece-nos que tal ideia estava na cabeça de Glauber Rocha quando montou e sincronizou *Câncer*. Quanto ao título, associamos à ideia da doença incurável correspondente à barbárie brasileira cuja promessa de sua superação foi bloqueada em primeiro de abril de 1964. Já o ano das filmagens de *Câncer* apresenta as agitações como encenação de uma radicalização político-cultural que teve seu desenlace no *golpe dentro do golpe*.

Bibliografia

- CAMARGO COSTA, Iná. *A Hora do Teatro Épico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- DUARTE, Theo C. *Marcas do Experimental no Cinema: Um estudo sobre Câncer*. 2012. 122 F. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2012.
- ROCHA, Glauber. *O século do Cinema*. São Paulo: Cosac Naify, 2000.
- ROCHA, Glauber. *Revisão Crítica do Cinema Brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- ROCHA, Glauber. *Revolução do Cinema Novo*. São Paulo: Cosac Naify, 1999.
- SALLES GOMES, Paulo Emílio (Org.) *Glauber Rocha*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- SCHWARTZ, Roberto. *Ao Vencedor às Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SCHWARTZ, Roberto. *O Pai de Família e Outros Estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VENTURA, Zuenir. *1968, O ano que não terminou*. São Paulo: Ed. Planeta, 2008.
- XAVIER, Ismail. *Alegorias do Subdesenvolvimento: Cinema Novo, Tropicalismo, Cinema Marginal*. São Paulo: Cosac Naify, 2012

Filmografia

- (Rio de Janeiro/RJ; Direção: Glauber Rocha; Prod.: Mapa Filmes/Glauber Rocha/ICAIC/ Barceloni)
- Deus e o Diabo na terra do Sol (1963). Ficção, 120 min., b&p.
- Terra em transe (1967). Ficção, 115 min., b & p.
- Câncer (1968-1972). Ficção, 82 min., 16 mm, b&p.

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E O FASCISMO

John Kennedy Ferreira^{15, 16}

Resumo

José Carlos Mariátegui viveu um período de três anos na Europa entre 1919 a 1923, na maioria do tempo na Itália. Pode acompanhar a grande mobilização social que aconteceu na Europa e particularmente na Itália no fim da Grande Guerra e também a ascensão do Fascismo e a sua chegada ao poder. Mariátegui, buscou compreender esse fenômeno político-social através de um conjunto de artigos publicados em jornais peruanos. Este artigo analisa como as análises de Mariátegui sobre a política italiana e o fascismo fazem parte de seu amadurecimento enquanto pensador e político marxista.

Palavras-chave: Mariátegui; Fascismo; Política italiana; Primeira Guerra Mundial; Gramsci.

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI Y EL FASCISMO

Resumen

José Carlos Mariátegui vivió tres años en Europa, entre 1919 y 1923, la mayor parte del tiempo en Italia. Pudo seguir de cerca la gran movilización social que tuvo lugar en Europa, y en particular en Italia, al final de la Gran Guerra, así como el auge del fascismo y su llegada al poder. Mariátegui trató de comprender este fenómeno político-social a través de una serie de artículos publicados en periódicos peruanos. Este artículo analiza cómo los análisis de Mariátegui sobre la política italiana y el fascismo forman parte de su maduración como pensador y político marxista.

Palabras clave: Mariátegui; Fascismo; Política italiana; Primera Guerra Mundial; Gramsci.

15 Doutor em História Econômica (USP) e professor de Sociologia da UFMA. Pesquisador-membro do Núcleo Práxis da USP.

16 Artigo escrito em 2019.

JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI AND FASCISM

Abstract

José Carlos Mariátegui lived in Europe for three years between 1919 and 1923, spending most of his time in Italy. He witnessed the great social mobilization that took place in Europe, particularly in Italy, at the end of the Great War, as well as the rise of Fascism and its arrival in power. Mariátegui sought to understand this political and social phenomenon through a series of articles published in Peruvian newspapers. This article analyzes how Mariátegui's analyses of Italian politics and fascism were part of his maturation as a Marxist thinker and politician.

Keywords: Mariátegui; Fascism; Italian politics; World War I; Gramsci.

*

Em fins do século XIX, Friedrich Engels alimentava uma fé imensa no avanço do movimento socialista. Em seu prefácio a *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx, salientava que a legalidade e as eleições davam aos socialistas a vitalidade de quem estava prestes a conquistar o poder. Numa carta a Laura Marx, o mesmo Engels acreditava que o crescimento do movimento socialista era comparável à fé cristã entre os escravos no império romano e acreditava que em poucos anos o proletariado e as demais classes subalternas se tornariam socialistas, minando a estrutura do Estado capitalista, tal qual os escravos cristãos minaram as estruturas de Roma. Naquele momento histórico seria impensável a Engels o surgimento de uma reação burguesa popular; uma reação que mobilizasse legiões de setores médios, inclusive contando com o apoio de segmentos do proletariado e das demais camadas oprimidas da sociedade.

A reação fascista foi assim, uma política ditatorial com apoio popular, uma tirania com entusiasmo de amplos setores da população, inclusive entre os estratos proletários, algo novo que surpreendeu o último Engels (Paxton, 1999). A compreensão do fenômeno político fascismo mobilizou o esforço

de vários pensadores como mostra Robert Paxton na introdução da obra a *Anatomia do fascismo* ao mesmo tempo, a chegada ao governo de forças que se assemelham no discurso e na prática ao fascismo nos traz novamente esse importante debate. Nesse sentido, os escritos de José Carlos Mariátegui reunidos em *Cartas da Itália*, em *La escena contemporánea* e na *Historia de la crisis mundial* contribuem para a compreensão do fenômeno passado e das formas de governo atuais.

Mariátegui e a Itália

José Carlos Mariategui trabalhou desde os 11 anos como tipógrafo no jornal *El Tiempo*. Aos poucos, foi se tornando jornalista, passa a escrever poemas, peças de teatros, colunas sociais, crônicas policiais. O contato com as mais diversas informações o aproximou da ampla realidade social vivida pelas indígenas, pelos camponeses pobres e trabalhadores peruanos e, dessa maneira, foi se aproximando das causas sociais e do socialismo. A Revolução Russa “alcança” o jovem poeta que, junto com César Falcón, funda o jornal *Lá Razón* dedicado a apoiar as lutas proletárias. Esse engajamento político lhe rende o reconhecimento da classe operária, agradeceu ao periódico o apoio à greve pela conquista da jornada de trabalho de oito horas diárias. Mas, também, ganha a hostilidade dos poderosos e do Governo Augusto Leguía, que dá a Mariátegui e a Falcón duas alternativas: ou vão para uma embaixada serem adidos culturais ou vão para a cadeia.

Dessa maneira, os jovens poetas partem para a Europa. Falcón vai para a Espanha, onde se tornou deputado comunista e, em seguida, membro do exército republicano. Mariátegui segue para a Itália, onde permanece de 1919 a 1923, momento de ascenso do fascismo (Mariátegui, 2010).

A Itália que recebe Mariategui é um país recém-unificado, um país complexo e contraditório: uma unificação feita por cima, com centenas de línguas, dialetos, costumes não compreendidos e não incorporados. Tal

processo foi desigual e combinou privilégios às classes burguesas do norte industrial (Piemonte) e aos latifundiários do Sul. Antonio Gramsci chamou a atenção para o fato de que o desenvolvimento tardio não resolveu a questão agrária, o que desencadeou um processo de expansão e colonização do sul pelo norte (Revolução Passiva), deixando as classes populares mal acomodadas em proveito dos latifundiários e das nascentes classes industriais e tendo ainda uma larga burocracia confusa e corrupta dentro do universo do jovem Estado (Gramsci *apud* Paris, 1976).

O Risorgimento da Itália foi um movimento nascido do ideal de Giuseppe Mazzini, do esforço militar de Giuseppe Garibaldi e da habilidade política de Camilo Benso, o Conde de Cavour, este último, fundamental para obter o apoio e a proteção dos capitais da Inglaterra e da França. O Estado italiano da virada do século XIX para o XX era um conjunto de relações instáveis, tendo uma imensa maioria da população camponesa pobre e de trabalhadores urbanos — que crescia junto com a industrialização. Ao mesmo tempo, o Risorgimento desenvolveu uma classe política incapaz de estabelecer relações com as demandas populares. A Itália unificada era politicamente fraca, conservadora e burocrática, com um papel secundário nas relações exteriores, com pouca força política, econômica e militar, incapaz de rivalizar com as potências europeias.

A industrialização tardia não fora capaz de rivalizar com a concorrência estrangeira e o mercado interno frágil e pouco desenvolvido dava pouca capacidade às relações econômicas mais dinâmicas. As políticas internas foram caracterizadas por um protecionismo estatal à produção industrial repassando os preços e os custos da produção as classes mais pobres (Paris, *idem*).

Durante o início do século XX, o avanço das lutas sociais alcançou algumas mudanças no governo de Giovanni Giolitti, destacando melhorias trabalhistas, sufrágio universal masculino, melhorias na educação básica, frutos do avanço das forças produtivas e das lutas sociais. Essa modernização

gerou novas demandas e novos atores políticos. Os partidos tradicionais, compromissados com a sua própria existência parlamentar abriram espaços para o crescimento do movimento social-cristão liderado pelo padre Dom Sturzo, e para o Partido Socialista Italiano (PSI), que disputavam o apoio do campesinato e dos setores operários (Mariátegui, *idem*).

Nesse mesmo período, a Itália desenvolveu um discurso nacionalista e imperialista que misturava de forma confusa, a invenção de uma herança romana, clericalismo, antissocialismo e o desenvolvimento de uma teoria de socialismo nacional. Segundo essa teoria, Marx pensou a luta de classes dentro da sociedade, mas a atualidade imperialista criaria nações burguesas (imperialistas) e nações proletárias (as não-imperialistas) (Konder, 1979). Nesse novo cenário a luta dar-se ia entre países ricos e países pobres. Essa concepção levou às aventuras fracassadas na Etiópia em 1895/96 e, depois, à guerra e à ocupação da Líbia em 1911 com a anuência inglesa. (Paris, *idem*).

E será a conquista da Líbia – saudada como “nossa guerra” –, que dará fôlego a setores nacionalistas e imperialistas para empurrar a entrada da Itália na Grande Guerra. A entrada na I Guerra Mundial trouxe mais confusão à velha bota. Despreparada militarmente, confiando na promessa de obter ganhos territoriais, foi alavancada ao conflito pelo entusiasmo apaixonado dos nacionalistas. Mas isso estava longe de significar um consenso nacional: a maioria dos anarquistas, sindicalistas revolucionários, cristãos e socialistas denunciaram e combateram a entrada no conflito.

Primórdios do fascismo italiano

As dissidências aconteceram em todos os grupos políticos. Benito Mussolini, líder socialista, pacifista e editor do jornal socialista *Avanti* através do artigo “A neutralidade absoluta e a neutralidade ativa e atuante”, posicionou-se favorável à participação no conflito, o que lhe valeu a expulsão do PSI e em seguida, apoiado por capitais da Indústria pesada funda o jornal

Il Popolo D'Italia e, em maio de 1915, organiza o primeiro congresso Fascio d'Azione Rivoluzionaria. Durante o conflito, houve promessas de melhorias salariais e de distribuição de terra aos soldados operários e camponeses. Ao fim do conflito, a Itália havia perdido mais de 700 mil soldados, sofreu outros milhares de feridos e mutilados e não havia ganho qualquer território e nem houve melhorias salariais nem distribuição de terras. Nesse período, as classes dominantes agrárias e urbanas viram seus lucros dobrarem com o esforço de guerra, ao mesmo tempo, as condições de vida dos desfavorecidos pioraram, o mesmo valendo para setores de classes médias que se veem frente a um processo de proletarização (Paris, *idem*).

Grandes manifestações populares sacudiam a Itália, passeatas, saques, pilhagens, greves com ocupações de terras e fábricas com surgimento de conselhos operários marcavam o cotidiano e criavam um clima revolucionário. Antonio Gramsci propõe aos operários “fazer como na Rússia”, elaborar uma teoria e a prática de uma Revolução Soviética Conselhistas na Itália (Gramsci, 1981).

Por outro lado, os grupos nacionalistas reivindicam a vitória e o butim territorial, Nesse momento, o poeta nacionalista Gabriele D'Annunzio e seus arditi del popolo assumem o controle da cidade portuária de Fiume (Iugoslávia), exigindo a sua italianidade e criando um imenso desconforto junto ao governo liberal de Francesco Nitti. D'annunzio é apoiado por setores nacionalistas, futuristas, pelo *fasci* de Mussolini, por parcelas significativas da sociedade italiana e pelo comando do exército, o que mina a autoridade do governo (Togliatti, 1978, p. 10).

Os futuristas de Marinete, movimento progressista no pré-guerra soma-se ao fascismo, o mesmo acontecendo com os nacionalistas, tornando-se Fasci di Combattimento. O fascismo, de um pequeno movimento confuso, se torna um partido com forte expressão junto aos setores médios temerosos de sua proletarização. Estes são responsáveis por ações de extrema violência

contra os camponeses pobres e o movimento de ocupação de terras e, em seguida, contra os movimentos proletários e suas organizações (Gramsci, 30/09/2019).

O apoio tácito dos setores democráticos, liberais e as indecisões da esquerda possibilitou que em 28/10/1922, os fascistas marchassem sobre Roma e assumissem o poder com a anuência do Rei Vitor Emanuel e do Papa Pio XI.

Mariátegui observador da crise italiana

É este o momento em que o jovem ativista socialista peruano José Carlos Mariátegui recém-desembarcado na Europa para seu “exílio dourado”, toma contato com a agitada vida italiana e europeia. A escolha da Itália não foi aleatória.

O José Carlos Mariátegui que chega à Europa é o jovem ativista socialista que deixara de lado as “tertúlias” literárias e passara a se dedicar à política. Na Europa, e mais precisamente na Itália, desenvolverá seu marxismo travando contato com a efervescência político-intelectual que agitava a velha bota. Conhecerá artes, poesia, música e travará contato com diversos intelectuais, como Gorki, Gobetti, Croce e outros. É isso que estará representado em seus escritos. O tempo da correspondência é largo e, portanto, não há como fazer a cobertura in loco. Assim, seus escritos não são meras reportagens, mas análises que cuidadosamente observam os principais personagens e o conjunto de ideias que mobilizam atrás de si. Dessa maneira, muito mais que focar Nitti, Croce, Serrati, Gentile, D’Annunzio, Giolitti, Marinetti ou Mussolini, está observando de que forma esses atores e suas correntes de pensamento se apresentam no cenário da política.

Mariátegui observa que o tabuleiro da política é tenso, com um vaivém envolvendo centralmente a crise dos socialistas, que se dividem em três correntes: a reformista, organizada na União Socialista Italiana vinculada a II

Internacional, a corrente de centro ligada ao Partido Socialista Italiano e que manteve uma proximidade com a III Internacional Comunista e a esquerda, que mais tarde dará origem ao Partido Comunista. A indefinição é a marca política que estará presente nos embates reais ou teóricos que se apresentam, e estão vinculados à colaboração aos governos burgueses, à fé na lógica parlamentar e à opção leninista da ala esquerda pela Revolução Socialista.

Após as greves de 1919 e 1920, os socialistas vão perdendo a capacidade de manter a ofensiva nas lutas econômicas. As divergências entre os líderes e as suas ideias colocam em paralisia os movimentos operários. Os socialistas estão por demais acomodados à lógica parlamentar e às reivindicações econômicas. A ruptura à esquerda, vinculada às ideias de Lênin e da III internacional, através do Partido Comunista, carece de penetração junto a amplos setores das classes operárias e populares, ficando restrita à crítica política, incapaz de impor seu próprio movimento ou a unidade aos movimentos socialistas. O Partido Popular Cristão do padre Dom Sturzo que compõe uma organização que resgata em algumas de suas alas o socialismo-cristão (enquanto em outras predomina a direita ligada ao Vaticano, apresenta-se como a centro-esquerda, extraindo suas forças do proletariado e campesinato cristão) poderia se afirmar como um ponto de equilíbrio dentro da jovem nação, mas se encontrava em crise tanto pela pressão que sofre dos socialistas na disputa pela preferência das classes populares, como pela reação fascista e o fortalecimento das tendências à direita do clero (Mariátegui, *idem*).

A crise liberal será ainda mais profunda quando se observa o cenário de decomposição dos governos. Estes vão se alterando e caindo como castelos de cartas, tendo como aporte a inabilidade frente à política internacional, como demonstram a questão do estado independente de Fiume ou as negociações do botim do pós-guerra; também a ação econômica dos sindicatos e dos camponeses que pressionam por mudanças econômicas e, ao mesmo tempo,

a organização de falanges paramilitares ligadas às classes médias que agem violentamente contra os operários, camponeses e suas organizações.

Mariátegui narra a habilidade de governantes como Francesco Nitti e Giovanni Giolitti que, ao cederem às pressões sindicais e camponesas, apostando na limitação economicista do programa dos socialistas, acomodaram as classes operárias e populares ao limite de seu ganho, dentro da ordem, e assim detiveram o avanço da revolução. A luta de classes e de suas frações se apresenta principalmente nas correntes de ideias observadas na imprensa, movimentos culturais e parlamento. Dessa forma, Mariátegui apresenta um apanhado das principais correntes intelectuais e de seus órgãos de imprensa, como os jornais e periódicos da época, nos quais os interesses de classes (e suas frações) estão representados. De igual forma, observa o movimento futurista de Filippo Marinetti e sua visão nacionalista arisca como “quase uma filosofia” e também como “um dos elementos espirituais do fascismo”. O mesmo pensa de D’Annunzio, mas ao mesmo tempo os vê como estetas e apaixonados por sua própria ação, e não pela política em *stricto sensu* (Mariátegui, 1994).

O esforço de Mariátegui centra-se em entender o movimento fascista, especialmente por ter atraído a maioria dos intelectuais. No primeiro momento sua análise foca mais em D’Annunzio do que em Benito Mussolini. JCM tem admiração pelo poeta e julga que a ação e a constituinte escrita em Fiume foi uma obra inovadora. Esta visão romantizada mostra que no primeiro contato este ainda não tinha a dimensão do fascismo e ainda não conseguia observar de que forma o corporativismo poderia ser usado para a subjugar as classes trabalhadoras (Calil, 2010; Mariátegui, 2010).

Conforme o fenômeno vai ganhando dimensão nacional e avança para conquistar o poder, Mariátegui vai mudando seu ponto de vista. Já em 1921, apresenta uma compreensão mais acurada sobre o fascismo, qualifica-o como “uma milícia civil antirrevolucionária. Já não representa somente o

sentimento da vitória. Já não é exclusivamente um prolongamento do ardor bélico de guerra. Agora, significa uma ofensiva das classes burguesas contra a ascensão das classes proletárias”. Mariátegui busca entender o fascismo nas palavras dos líderes, observa uma ausência de programa, compreende a reação fascista como “movimento romântico, anti-histórico e voluntarista”. As ideias dos líderes fascistas são um conjunto de opiniões que se compõem como algo místico, tentando formular um ente coletivo acima das classes, dos grupos ou indivíduos: a nação. O interesse nacional estaria acima de tudo; “o fascismo não é um programa é uma ação. As coisas escritas no programa geral do fascismo estão escritas com mais precisão em outros programas da política italiana”. O fascismo é um “exército contrarrevolucionário mobilizado contra a revolução proletária, num momento de febre e de belicosidade pelos diversos grupos e classes conservadores. O fascismo é, por conseguinte, um instrumento de guerra. Sua ação não pode ser senão violenta. A paz significa para ele a inação, a desocupação” (Mariátegui, 2010).

Mariátegui observa que:

a burguesia armou o fascismo [...] assustada pelas chances da revolução, a burguesia armou, abasteceu e estimulou solicitamente o fascismo e o empurrou à perseguição truculenta do socialismo, à destruição dos sindicatos e cooperativas revolucionárias, à quebra das greves e insurreições. O fascismo se converteu, assim, numa milícia numerosa e aguerrida e acabou por ser mais forte que o próprio Estado (MARIÁTEGUI, 2010).

Os fascistas julgavam que a política externa seria a extensão das vocações nacionais aos moldes dos impérios (romano), não sendo à toa que tomam emprestadas as saudações romanas utilizadas por D’Annunzio, em Fiume. Por isso, a reação contra a política externa derrotista formulada pelos

governos liberais. Visava resgatar o orgulho italiano maculado e do soldado italiano que combateu na Grande Guerra que, então, sentia-se humilhado e esquecido numa sociedade com graves crises econômica e política. Nesta concepção, a violência do fascismo seria uma resposta à violência dos socialistas bolcheviques. Dessa maneira, enquanto os socialistas agem em nome de uma classe e de seus interesses, os fascistas agem em nome de toda a nação. Combatiam a todos que se colocavam ao lado da especulação, da agiotagem, do lucro sem trabalho e/ou do interesse particular de uma única classe.

O confuso discurso fascista ganha nas ações teatrais e hábeis de Benito Mussolini e nas forças de seus artigos publicados no *Il Popolo d'Italia*, um sentimento capaz de mobilizar setores descontentes com o liberalismo e com a ação socialista do proletariado e camponeses. O fascismo se propunha a ser mais que um “*fenômeno político, um fenômeno espiritual*” que afirmaria a vitória dos combatentes na I Guerra, que desprezaria aqueles (como os socialistas), que foram pacifistas ou contra a guerra. Daí arregimenta estudantes, oficiais, intelectuais, nobres, empregados, camponeses e proletários. Os métodos fascistas serão frisados por Mariátegui como a intimidação e a violência através da tortura contra os opositores de esquerda, a exemplo do deputado socialista Giacomo Matteotti, morto pelas falanges, ou contra os liberais, como Piero Gobetti e Benedetto Croce. Igualmente, não acreditava na fé de Giovanni Giolitti, na tradição transformista da política italiana de que Benito Mussolini e os fascistas se adaptariam ao ambiente parlamentar liberal. “O fascismo é a ação ilegal das classes conservadoras, temerosas da insuficiência da ação legal do Estado, em defesa da subsistência deste. É a ação ilegal burguesa contra a possível ação ilegal socialista: a revolução” (Mariátegui, *idem*).

José Carlos Mariátegui deixa claro que o espírito da reação não era a afirmação do novo, de uma revolução, mas a defesa incrustada da ordem burguesa e do capitalismo. O espírito do capitalismo e de seus valores era o verdadeiro componente policrômico da religião fascista, como faz lembrar,

ao narrar o financiamento das classes burguesas ao movimento e à ditadura. Acreditava que a indefinição dos socialistas – em ora crer no parlamento, ora boicotar o parlamento, como contraponto a Mussolini – fortaleceria a ditadura. Percebia que este era um movimento internacional do capital, não era apenas uma exceção, mas a afirmação de uma reação à Revolução russa e à ameaça da revolução socialista na Itália. Dessa forma, “o liberalismo e a democracia renegaram, ante o fascismo, sua teoria e sua práxis. Sua capitulação foi plena”. Mariátegui via a necessidade de unidade das forças socialistas (USI, PSI e PCI), e tal qual Engels – em suas cartas a Turati –, a formação de um bloco com as forças liberais e democráticas frente à ditadura. Percebe que a ação violenta e a censura à imprensa desarmaram a comunicação das forças democrática junto à sociedade. Dessa forma, a oposição parlamentar e as forças sindicais e sociais foram postas a margem e na ilegalidade, de modo simples com pouca resistência e sem uma verdadeira oposição triunfou a ditadura fascista (Mariátegui, 2010).

Considerações finais

Em tempos em que imigrantes pobres são assassinados nas fronteiras, em que manifestações são feitas para que não se deem comida e água a moradores de rua, em que governantes comemoram com suas polícias a morte de negros e pobres, que um presidente ataca índios, *gays* e os desvalidos, em que muros separam cidades e países entre suas populações ricas e pobres, em que fazendeiros ateiam fogo na maior floresta do mundo para comemorar a impunidade e a culpabilização das vítimas do capitalismo, o pensamento de José Carlos Mariátegui é uma leitura atual e obrigatória. Nos coloca como reflexão – especialmente no momento em que vivenciamos uma crise no e do Estado neoliberal e também do modelo neodesenvolvimentista –, a alternativa do socialismo como resposta à barbárie capitalista colocada.

Bibliografia

- BORDIGA, Amadeo e GRAMSCI, Antonio. *Conselhos de Fábrica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- CALLIL, Gilberto. “A experiência italiana e o desenvolvimento do marxismo de José Carlos Mariátegui (1920-1922)”. *Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina* [Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI], 14 a 17 de set. 2010, Londrina, UEL.
- ENGELS, F. *Cartas de Engels a Turati*. *Marxists*. Disp.: <https://www.marxists.org/italiano/marx-engels/1895/socialismoitalia.htm>.
- GRAMSCI, Antonio. “Carta a Trotsky”. *Marxists*. Disp.: [marxists.org](https://www.marxists.org).
- GRAMSCI, Antonio. *Futurismo*. In: *Marxists*.
- GRAMSCI, Antonio. “*Socialistas e fascistas*” [1921]. *Marxists*.
- KONDER, Leandro. *Introdução ao Fascismo*. Ed. Graal: Rio de Janeiro, 1977.
- MACHADO, Marília Gabriella. “O fascismo através do prisma gramsciano”. In: *Revice – Revista de Ciências do Estado*, v.1, n.2, Belo Horizonte, 2016.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *As origens do fascismo*. São Paulo: Alameda, 2010.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Obras completas* [Tomo I]. Lima: Editora Minerva, 1994.
- PARIS, Robert. *As origens do fascismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- SECCO, Lincoln. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo, Ed. Alameda, 2002
- TOGLIATTI, Palmiro. *Lições sobre o fascismo*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1977.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES E A FORMAÇÃO DA HISTORIOGRAFIA CRÍTICA

Paulo Alves Junior^{17, 18}

Resumo

O artigo apresenta José Honório Rodrigues como um dos mais importantes historiadores e intérpretes do Brasil, destacando sua contribuição para a construção de uma historiografia crítica. Sua obra identifica três eixos estruturantes da formação histórica brasileira: as “legítimas aspirações nacionais”, a prática política de “conciliação pelo alto” e a permanência de uma “história cruenta”, marcada pela repressão às demandas populares. Rodrigues enfatiza que a elite brasileira, ao longo do processo histórico, manteve o povo afastado das decisões políticas e impediu rupturas sociais profundas, preservando uma ordem agrária e conservadora mesmo após a Independência, a Abolição e a República. Seus livros *Aspirações Nacionais* e *Conciliação e Reforma no Brasil* constituem interpretações decisivas para compreender os entraves estruturais do país, denunciando o papel antidemocrático das elites e a ausência de um liberalismo efetivamente popular. A partir de uma posição de radicalismo liberal e influências americanistas, Rodrigues propõe um projeto nacional que integre o povo e rompa com o atraso histórico, consolidando-o como fundador de uma tradição historiográfica crítica no Brasil.

Palavras-chave: Conciliação pelo alto; História cruenta; Aspirações nacionais; Liberalismo radical; Historiografia crítica.

17 Historiador (PUC-SP), doutor em Sociologia (UNESP) e professor da Unilab (Bahia). É coordenador do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo.

18 Artigo escrito em 2019.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES Y LA FORMACIÓN DE LA HISTORIOGRAFÍA CRÍTICA

Resumen

El artículo presenta a José Honório Rodrigues como uno de los más importantes historiadores e intérpretes de Brasil, destacando su contribución para la construcción de una historiografía crítica. Su obra identifica tres ejes estructurantes de la formación histórica brasileña: las “legítimas aspiraciones nacionales”, la práctica política de la “conciliación por arriba” y la persistencia de una “historia cruenta”, marcada por la represión a las demandas populares. Rodrigues enfatiza que la élite brasileña, a lo largo del proceso histórico, mantuvo al pueblo alejado de las decisiones políticas e impidió rupturas sociales profundas, preservando un orden agrario y conservador incluso después de la Independencia, la Abolición y la República. Sus libros *Aspiraciones Nacionales* y *Conciliación y Reforma en Brasil* constituyen interpretaciones decisivas para comprender los obstáculos estructurales del país, denunciando el papel antidemocrático de las élites y la ausencia de un liberalismo efectivamente popular. Desde una posición de radicalismo liberal y con influencias americanistas, Rodrigues propone un proyecto nacional que integre al pueblo y rompa con el atraso histórico, consolidándolo como fundador de una tradición historiográfica crítica en Brasil.

Palabras clave: Conciliación por arriba; Historia cruenta; Aspiraciones nacionales; Liberalismo radical; Historiografía crítica.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES AND THE FORMATION OF CRITICAL HISTORIOGRAPHY

Abstract

The article presents José Honório Rodrigues as one of the most important historians and interpreters of Brazil, highlighting his contribution to the construction of a critical historiography. His work identifies three structuring axes of Brazilian historical formation: the “legitimate national aspirations,” the political practice of “conciliation from above,” and the persistence of a “bloody history,” marked by

the repression of popular demands. Rodrigues emphasizes that the Brazilian elite, throughout the historical process, kept the people away from political decision-making and prevented deep social ruptures, preserving an agrarian and conservative order even after Independence, Abolition, and the Republic. His books *National Aspirations and Conciliation and Reform in Brazil* constitute decisive interpretations for understanding the country's structural obstacles, exposing the antidemocratic role of the elites and the absence of an effectively popular liberalism. From a position of liberal radicalism and Americanist influences, Rodrigues proposes a national project capable of integrating the people and breaking with historical backwardness, establishing him as a founder of a critical historiographical tradition in Brazil.

Keywords: Conciliation from above; Bloody history; National aspirations; Liberal radicalism; Critical historiography.

*

A permanente reverência que se faz à figura de José Honório Rodrigues (1913-1986), como um grande teórico e intérprete da História do Brasil, se alicerça na relevância de sua obra historiográfica, tendo essa a iniciativa de compreender a estrutura social e política do país. É um autor de importância incontestada nas áreas de pesquisa, teoria e metodologia da história.

Sua contribuição não se restringe somente às lides históricas. É mister ressaltar no conjunto da obra uma linha de interpretação da sociedade brasileira que destaca ao longo do processo histórico, a existência de uma “conciliação pelo alto” entre os representantes da elite brasileira, sendo que o povo sempre fora “capado e sangrado” por ela, jamais contemplado em suas “legítimas aspirações”. Desta forma a história do Brasil seria uma “história cruenta”, sem possibilidade de atendimento às reivindicações e aspirações do povo.

Trajetória intelectual

José Honório Rodrigues nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1913, no bairro da Glória. Completou os estudos primários no Colégio Santo Antonio Maria Zacarias, situado no mesmo bairro e o secundário no tradicional Colégio São Bento. No início da década de 1930, ingressa na faculdade de Direito do Rio de Janeiro, depois da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Durante o curso, teve maior interesse por Ciências Sociais e História. Entre seus professores, aquele que mais o cativou foi Edgardo de Castro Rebello, autor de importante estudo sobre o Barão de Mauá.

No ano de 1937 formou-se e no mesmo ano foi contemplado com o prêmio de Erudição da Academia de Letras pelo ensaio “Civilização holandesa no Brasil”, escrito em parceria com Joaquim Ribeiro e publicado pela Companhia Editora Nacional, compondo a Coleção Brasileira. O livro destaca a região Nordeste que, para José Honório Rodrigues, significava não apenas o cenário das invasões flamengas, mas o berço do “nacionalismo radical mameluco”.

Entre 1943-1944, foi bolsista na Fundação Rockefeller, nos EUA, onde participou de cursos de História. Durante sua passagem pelo país teve como orientador o professor Frank Tannembaum, que ministrava a disciplina de História da América Latina na, em *Columbia University* em Nova Iorque. Ainda nesse período, em Detroit visitou o Museu da Cidade para conhecer as obras de Frans Post, pintor holandês que veio ao Brasil integrando a comitiva de Maurício de Nassau em 1637 e pintou obras que retratavam a paisagem brasileira. Cabe lembrar, o período como bolsista do Conselho Britânico em março de 1950, marcado por uma intensa pesquisa nos arquivos do Museu Britânico.

Antes de estadia em Londres, José Honório Rodrigues é convidado pelo então diretor do Instituto Rio Branco, Hildebrando Accioly, para lecionar História do Brasil no curso de aperfeiçoamento. Como resultado das aulas

ministradas, elabora a sua *Teoria da história do Brasil: introdução metodológica*, publicada em 1949. Durante o período de 1946 a 1956, foi professor do Instituto, o que lhe possibilitou planejar um curso em que, preliminarmente, seriam estudadas a metodologia da história e sua historiografia. Visava dar aos alunos uma ideia mais exata do que é a História, os seus métodos e a sua crítica, a bibliografia e a historiografia brasileira, de modo a prepará-los para um conhecimento crítico da história do Brasil.

Com um grande compêndio sobre teoria da história, José Honório procurou mostrar como se manejavam as fontes, como se aplicavam os métodos e a crítica, como se doutrinava e interpretava o material recolhido e criticado, na tentativa de “recriar o passado numa composição ou síntese histórica”. Além disso, foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) por vários anos; professor visitante em inúmeras universidades estadunidenses, e atual em programas de professor de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em 1955, foi integrado, primeiro como estagiário e depois como conferencista, ao quadro da Escola Superior de Guerra (ESG). Essa passagem, que se tornou uma colaboração constante até o ano de 1964, quando o golpe civil militar o afasta da instituição, teve grande impacto em sua trajetória intelectual. Coube (coube aonde?) a José Honório Rodrigues o tema “Caráter Nacional”, que resultou na obra *Aspirações Nacionais: interpretação histórico-política*, publicada em 1963. Nessa obra, ele inicia uma nova fase como um historiador interpretativo, preocupado com a “história e o tempo presente”.

Honório foi o terceiro ocupante da cadeira número 35 da Academia Brasileira de Letras, eleito em 4 de setembro de 1969, para a sucessão de Rodrigo Octávio Filho. Na cerimônia de posse foi recebido pelo Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho em 5 de dezembro de 1969. Enquanto acadêmico, foi

membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Institutos Históricos estaduais, da Sociedade Capistrano de Abreu, da Academia Portuguesa da História, da Associação Histórica Norte-Americana, da Academia Real de História (Inglaterra) e da Sociedade Histórica de Utrecht (Holanda).

A partir de sua atuação na Escola Superior de Guerra, emerge em 1965 outro livro sintonizado com suas preocupações: *Conciliação e reforma no Brasil: interpretação histórico política*. Em sua análise, era preciso compreender a história do Brasil na “*longue durée*”, porque o exame restrito das problemáticas sociais não poderia se realizar, segundo o autor, em reduzidos espaços de tempo.

Os dois livros desse período – *Aspirações nacionais* e *Conciliação e reforma no Brasil* – têm como tese central compreender os fatores do “retardamento” do Brasil. As conclusões apontam para o colonialismo e ao imperialismo, ou seja, ao longo e demorado regime de submissão a interesses metropolitanos e à sobrevivência da estrutura colonial, econômica e política pós-independência. A argumentação de José Honório parte da inexistência de ruptura do regime colonial, que sobreviveu com o absolutismo do período monárquico (1822-1889), com a legislação tradicionalista e arcaica, com a relativa imobilidade administrativa, com a alienação das elites, com a fragilidade da conjuntura e com a estabilidade da estrutura, imutável e incapaz de atender às necessidades nacionais. “O período colonial e sua sobrevivência determinam todo o subdesenvolvimento posterior”.¹⁹

Nessa articulação entre os entraves resultantes do colonialismo e sua manutenção, mesmo após a emancipação política do país, José Honório Rodrigues destaca que o “colonialismo interno”, característica determinante dos problemas sociais, explica-se pela sujeição do povo aos interesses dos grupos dominantes, na comparação, na longa duração entre o comportamento da liderança e do povo.

19 José Honório Rodrigues, *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963).

Em *Aspirações Nacionais*, José Honório Rodrigues apresenta sua primeira análise interpretativa do Brasil apontando de forma contundente os limites históricos sociais da elite do país, sua incapacidade de observar as “legítimas aspirações do povo” e, ao seguir ordinariamente seus interesses, sempre falsear a “fabricação da História, a verdadeira história nacional ainda precisa ser feita.”²⁰

Já *Conciliação e reforma* é a tentativa de elaborar uma leitura das contradições que explicam a sociedade. Se em *Aspirações nacionais*, procurou no processo histórico quais foram as legítimas, e nunca atendidas, aspirações do povo — compreendendo-as como possibilidades de avanço para a sociedade —, desta feita o intuito é mostrar como a prática de conciliação pelo alto explica o processo histórico brasileiro. O traço de uma marcante e constante prática antirreformista da elite é singular no entendimento da história do Brasil, a “conciliação formal e partidária” visava romper o círculo do poder, para que as facções divergentes e dissidentes pudessem dele fazer parte. O autor expõe que os acordos políticos, prática recorrente na história do país, são realizados sempre sem nenhum benefício nacional e popular, e quando as “elites fraticidas” não são contempladas em seus interesses indignam-se e conspiram.

Esse seria papel dos liberais na maioria brasileira. Derrotados nas urnas e afastados do poder, eles tornaram-se intolerantes e acabaram sendo os grandes responsáveis em construir uma concepção conspiratória da história: “que considerava indispensável à intervenção do ódio, da intriga, da intolerância, da intransigência, da indignação para o sucesso inesperado e imprevisto, tal como sucedeu em várias partes, de suas forças minoritárias”.²¹

Outra conceituação de importância significativa em *Conciliação e reforma* é a que diz respeito à noção de “história cruenta”. A discussão

20 Idem.

21 José Honório Rodrigues, *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico político* (R. J.: Civilização Brasileira, 1965).

retoma um tema que o autor se empenha em problematizar desde os seus escritos sobre teoria da história, ou seja, demonstrar como determinada interpretação da sociedade brasileira procurava ocultar os momentos “liberticidas do povo”. O objetivo era destacar “as grandes obras, as capitanias hereditárias, os feitos da Colônia”.²² Dessa forma, os momentos de “vacilação da elite, que se recusa a atender as reivindicações do povo”, são deliberadamente ocultados, sua ação resultante, que acaba permitindo movimentos sociais de grande importância nacional, não se destaca e, com raríssimas exceções, a possibilidade de uma “história incruenta” não se completa. Momento exemplar desses raros momentos, segunda assertiva honoriana, ocorre durante o período Regencial com a eclosão de vários movimentos de contestação social.

Na sociedade brasileira, com todas as suas deformidades sociais e crimes contra os interesses sociais, o autor assevera que no Brasil “nunca uma revolução foi vitoriosa”. Mesmo com a existência de rebeliões populares e sociais, como a Balaiada, a Cabanagem, a Praieira; com a prática do “banditismo social”, rebeliões de escravos, a constante foi a repressão, não permitindo que as reivindicações fossem radicalizadas ou mesmo contempladas. Da mesma forma, José Honório Rodrigues recorda que as rebeliões que representavam as forças e aspirações das classes dominantes tiveram resultados diferentes²³.

O próprio cenário histórico ganhou ares cruentos a partir do processo que desembocou na abdicação de Pedro I. Assim, cabe ressaltar que, no dia 7 de abril de 1831, o imperador resolve abdicar do trono brasileiro, medida vista como contraditória, pois tal iniciativa colocou o país nos difíceis anos da Regência (1831-1840). O modelo político adotado era uma forma constitucional de solucionar o problema instituído com a abdicação,

22 José Honório Rodrigues, *História viva* (SP: Global, 1986).

23 O exemplo usado é a Revolta dos Farrapos (1835-1845) que levou o governo a fazer concessões de caráter político. (Rodrigues, 1982).

pois na época o príncipe herdeiro não tinha idade legal para assumir o trono. A solução estava, portanto, em nomear três regentes, segundo a constituição vigente. Todavia, como o Congresso estava em recesso, o partido moderado assumiu o poder com o intuito de frear as agitações políticas da época. Inicialmente o governo composto por: Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, José Joaquim Carneiro de Campos e Francisco de Lima e Silva, reintegrou o chamado “ministério dos brasileiros e anistiou os presos políticos.” (Prado Jr, 2006).

Segundo José Honório Rodrigues, esse período representou um momento de “história cruentíssima”, pois os movimentos que apresentavam o povo como base sucumbiram, muito menos foram atendidas as reivindicações legítimas das massas. Somente os movimentos com caráter liberal e pequena participação popular não foram eliminados violentamente por parte das lideranças oficiais. Os que discutiam entre outros pontos a fim da escravidão observavam o povo ser massacrado, porém há aqueles intelectuais que apontam uma visão edulcorada do período, pensadores que representam a tradição conservadora apontada por Honório.

O historiador carioca destaca como representante de um pensamento conservador a leitura que Oliveira Lima realiza em *O império brasileiro (1822-1889)*, obra publicada em 1927. Segundo esta obra, o Período Regencial foi uma realização estratégica de D. Pedro I. A abdicação em nome de seu filho foi vista como forma de demonstrar sua tristeza com o juízo que os brasileiros apresentavam dele, sentia-se um incompreendido. Com o crescimento das hostilizações contrárias à sua liderança, D. Pedro I viu-se na obrigação de romper com a condição de imperador e retornar a Portugal, porém, visando eliminar qualquer crise política, supostamente mais severa, passa a agir com destreza e, seguindo esse raciocínio, decide pela abdicação.

As assertivas de Oliveira Lima a respeito da abdicação reforçam o argumento honoriano, trata-se de um representante do pensamento

conservador que vislumbra a abdicação como fato progressista, realização de coragem e coerência política por parte de D. Pedro I.

José Honório interpreta de forma distinta os desdobramentos políticos e sociais daquele período. Quando analisa os acontecimentos da Regência, duas questões são as que merecem maior atenção do intelectual carioca: a ação política das lideranças do período e a violência das denominadas “revoltas regenciais”. Definindo o período como de uma “história cruentíssima”, o intelectual carioca avalia como as lideranças políticas, pautadas pela estrutura do império, poderiam oferecer uma mudança substantiva ao país. Permitiu-se somente pequenas reformas, a ideia fixa era evitar revoluções.

É inquestionável que entre as lideranças políticas – e por isso José Honório Rodrigues sempre destaca o caráter antirreformador dessas lideranças – não havia o mínimo interesse de que o Brasil passasse às condições sociais vigentes. Ao contrário, todos aqueles que se lançavam a essa tarefa foram repudiados pelo poder constituído e refutados na sua ação política. As lideranças políticas são refratárias, débeis e, portanto, não conseguiram assumir o compromisso de rompimento com a tradição.

A obra honoriana encontra-se nas antípodas da análise de Oliveira Lima, pois este não sinaliza os limites políticos das ações durante a Regência, ao contrário do historiador carioca que critica o continuísmo existente sem as necessárias reformas e sem a integração dos setores populares.

Durante os anos da Regência o povo encontrava-se em estado de inconformismo generalizado, motivado por fatores sociais e econômicos, pois continuava, como “besta de carga”. Os nove anos foram de muito sangue, maior ainda pela reação extremada contra os movimentos de caráter popular e sertanejo, exemplificado por revoltas sociais como os Cabanos, no Pará, e a Balaiada, no Maranhão e Piauí, ambas alistando as camadas “mais miseráveis do povo”²⁴. Por isso mesmo foram chefiados por liberais e

24 Rodrigues, 1965.

“rigorosamente exterminadas a ferro e fogo e punidos sem contemplação os seus cabeças.” (Rodrigues, 1965).

A história cruenta sistematiza a condição desumana das lideranças liberais no Brasil. Assim, em nenhum momento tivemos uma liderança que se interessasse em conciliar-se com o povo e realizar reformas sociais de grande porte. Por mais que ganhasse a feição de um governo republicano, na prática, os Regentes nunca se propuseram a uma “conciliação nacional e popular”. A estabilidade granítica das instituições corresponde a uma mera instabilidade governamental, logo, as alternâncias constantes nos anos de Regência foram determinantes para um período extremamente cruento. A história cruenta mostra os limites de um liberalismo que não funcionou na vacância do imperador, haja vista que desde a abdicação os embates políticos visavam estancar as instituições maiores e amplas. Para tanto, a solução “legal” da Regência serviu para a manutenção do mesmo estamento no poder, quando da eclosão das revoltas, e alguma possibilidade de esfacelamento político, de modo que os responsáveis pela política apelaram à instalação de formas autoritárias de poder.

Historiador e intérprete do Brasil

Recuperando as premissas que podem ser consideradas como “chave heurística” para “pensar o Brasil” – a defesa das “legítimas aspirações nacionais”, o processo histórico de “conciliação pelo alto” e a construção de uma contínua “história cruenta” –, o que José Honório Rodrigues nos oferece são argumentos que nos possibilitam compreender a peculiar formação da ordem liberal no Brasil.

O liberalismo que se institui na sociedade brasileira, está longe de representar o sistema de integração à sociedade de classes similar aos que foram incorporados em sociedades nas quais sua realização se deu por meio de um expressivo processo revolucionário. Os casos históricos de maior

significado apontam para uma democracia liberal, fruto da superação de entraves historicamente constituídos, principalmente em estruturas agrárias controladas por uma elite, e só foram superados com movimentos revolucionários que “libertaram” o setor social em ascensão para criação de uma nova ordem.

Trata-se do surgimento das democracias modernas, em que as aspirações legítimas são instituídas e, durante o passar dos anos, consolidadas. Esses momentos históricos são identificados com a Revolução Puritana Inglesa, de 1640-1660, a Revolução Francesa, de 1789-1799, e a Guerra Civil da América, de 1861-1865. Todos foram movimentos, dentro de um longo processo de alteração política, que constituíram o que reconhecemos como *a moderna democracia ocidental*.

Esses processos têm causas econômicas, políticas e sociais peculiares, porém os resultados tornaram-se paradigmáticos, principalmente na tradição ocidental para a superação de uma ordem que se apresentava como historicamente ultrapassada – na transição da ordem feudal para ordem capitalista. Esse processo apresenta traços de uma época histórica específica, em que a criação da ordem liberal moderna instituiu a necessidade de direitos primários para uma nova sociedade civil em formação no Mundo Ocidental. Os elementos mais expressivos dessa “nova ordem” liberal e burguesa são o direito de votar, a representação numa legislatura que elabora as leis e, portanto, pelo menos em teoria, não concede privilégios especiais em virtude do nascimento ou de uma situação herdada, segurança aos direitos de propriedade e eliminação das barreiras herdadas do passado no seu uso, tolerância religiosa, liberdade de palavra entre outros.

Esses marcos, historicamente instituídos, passaram a ser referência de análise para aqueles intelectuais que procuravam apontar qual seria a base de formação para uma sociedade em que as instituições liberais, como representantes da ordem moderna, pudessem funcionar e criar uma

sociedade civil em que as aspirações, interesses e as necessidades básicas do povo fossem contempladas.

Como intelectual ligado às questões do presente, José Honório Rodrigues teve sua produção, como já salientado, modificada após sua passagem pela ESG, e visava uma defesa constante do atendimento, por parte da elite dirigente, das “aspirações do povo”. É necessário destacar que essas são balizadas como típicas de sociedades democráticas liberais, em que o atendimento e a sociedade civil deva atender as reivindicações mais prementes do povo. O Brasil, ao longo de um processo histórico maciçamente cruento, não contempla tais condições da ordem democrática liberal. Os entraves instituídos na sociedade brasileira remetem à incapacidade de superar o poder do setor agrário.

Na passagem do Brasil para a ordem moderna, percebesse que não foi rompida, ou mesmo modernizada, a antiga ordem agrária, ao contrário, nosso entendimento de sociedade faz com que a ordem agrária, representada pelos setores mais conservadores, fosse responsável pelos movimentos de mudança. Dessa forma, a emancipação política, o fim da escravidão, a instituição do regime republicano, a constituição republicana (1891) foram momentos em que o presente se tornou dependente e caudatário do passado, ao invés de se proceder a um rompimento revolucionário – ou mesmo radical – para superar a forma social pretérita. Nesse sentido, a “conciliação pelo alto” foi a meta sempre almejada pela elite, para que não houvesse transformações capazes de excluir a estrutura agrária e retrógrada da sociedade. Para que essa prática fosse mantida, era necessário o uso da violência sistemática por parte da elite dirigente. Sendo assim, a história do Brasil se fez cruenta pela necessidade de um poder “fratricida” se perpetuar e, cada vez mais, se afastar do povo.

José Honório Rodrigues brinda-nos com uma leitura da sociedade escorada na mais pura tradição do liberalismo radical, a tradição que nos ofereceram intelectuais como Manoel Bonfim, Joaquim Nabuco, Sérgio

Buarque de Holanda, entre outros. Estes, compunham o contrapeso do pensamento conservador que sempre imperou. O radicalismo liberal de José Honório representa, em nosso entendimento, uma das mais expressivas contribuições heurísticas para a compreensão dos fenômenos que construíram a sociedade brasileira.

Inserido num momento de transformações importantes no Brasil, os anos de 1950, o historiador interpretativo, que ganha fôlego a partir daquela década, procura elucidar quais os limites do Brasil moderno que ali se construía. Sua análise percorre os anos de formação da Nação e identifica que estávamos ainda encastelados num tradicionalismo agrário que impedia as resoluções dos grandes problemas nacionais, como parte da intelectualidade do período.

Sua interpretação radical pensa os problemas em escala nacional como um todo, procura soluções para a Nação, algo que o conciliador com o povo seria o perfeito artífice. O líder que se aproximasse das massas é que realizaria a defesa incontestada às aspirações, o conciliador a levar o país a verdadeira ordem democrática liberal.

O avanço que se identifica no historiador carioca repercute em sua formidável capacidade de reflexão a respeito do papel de tradicionais pensadores do liberalismo americanista. Em *Aspirações Nacionais, Conciliação e reforma* ou mesmo em seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras sua verve enfatiza o americanismo como traço decisivo para a ruptura do atraso sistematizado no Brasil em suas contribuições a respeito das “aspirações legítimas”, “conciliação pelo alto” e “história cruenta”.

O liberalismo em consonância com o legado de Alexis de Tocqueville e Tavares Bastos é o espírito progressista que vislumbra uma dinâmica à sociedade brasileira, similar aos melhores exemplos do liberalismo que contagiou aqueles que acreditam em sua amplitude política. Vale ressaltar que o entusiasmo com os Estados Unidos e sua proposta democrática – tal

como formulada por Tocqueville em *Democracia na América* — tem como mediação a proposta de Tavares Bastos, que acredita na experiência de produzir uma federação organizada tanto quanto instituir o espírito público nos membros da sociedade.

Considerações finais

Intelectual comprometido com a construção e a consolidação de uma estrutura política que integrasse e superasse os históricos limites da sociedade brasileira, ofertando ao povo possibilidades de ver suas aspirações atendidas, José Honório Rodrigues foi também defensor de uma proposta de “pensar o Brasil” explicita num *radicalismo liberal* que comunga com o americanismo, sendo defensor acalorado de teses a respeito da sociedade civil e desenvolvimento da autonomia nacional. Suas teses são referências fundamentais para a formação de tradição historiográfica crítica.

Na tradição inaugurada por José Honório Rodrigues, encontramos a base de uma interpretação eficaz, prova disso é que até hoje nos remetemos a sua colaboração para responder à premente questão: “por que a conciliação não se faz com o povo?”, questionamento cada vez mais presente na triste sina da História brasileira.

Bibliografia

- LIMA, Oliveira. *O império brasileiro (1822-1889)*, Brasília: Editora universidade de Brasília, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil*, SP: Brasiliense, 2006, 21ª edição.
- RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico política*, RJ: Civilização Brasileira, 1963.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico político*. RJ: Civilização Brasileira, 1965.
- RODRIGUES, José Honório. *História Combatente*, RJ: Nova Fronteira, 1982.

DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO E DO MARXISMO NA RÚSSIA: REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA ESCOLA

Wanderson Fabio de Melo^{25, 26}

Resumo

O tema do presente trabalho é o percurso da educação na Rússia da época do czarismo ao período de Stálin. Discute-se a educação no czarismo; a práxis educacional socialista; e as mudanças educacionais no período de Stálin. As fontes estão compostas pelos dados publicados acerca da educação na Rússia, os escritos dos revolucionários como N. Krupskaya, V. Lênin, A. Lunatcharsky, M. Pistrak, V. Shulgin e L. Trótski, bem como os materiais publicados na União Soviética e divulgados em língua portuguesa e espanhola relativos à questão educacional.

Palavras-chave: espoliação educacional; revolução; ensino; educação socialista.

DIMENSIONES DE LA EDUCACIÓN Y EL MARXISMO EN RUSIA: REVOLUCIÓN Y CONTRARREVOLUCIÓN EN LA ESCUELA

Resumen

El tema del presente trabajo es la trayectoria de la educación en Rusia desde la época del zarismo hasta el periodo de Stalin. Se analiza la educación en el zarismo, la praxis educativa socialista y los cambios educativos en el periodo de Stalin. Las fuentes se componen de datos publicados sobre la educación en Rusia, los escritos de revolucionarios como N. Krupskaya, V. Lenin, A. Lunacharski, M. Pistrak, V. Shulgin y L. Trotski, así como materiales publicados en la Unión Soviética y difundidos en portugués y español sobre la cuestión educativa.

Palabras clave: expoliación educativa; revolución; enseñanza; educación socialista.

25 Doutor em História, Professor de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense. Pesquisador-membro do Núcleo Práxis da Universidade de São Paulo.

26 Artigo escrito em 2019.

DIMENSIONS OF EDUCATION AND MARXISM IN RUSSIA: REVOLUTION AND COUNTERREVOLUTION IN SCHOOL

Abstract

The theme of the present work is the course of education in Russia from the time of tsarism to the Stalin period. Education in Tsarism is discussed; the socialist educational praxis; and educational changes in the Stalin period. The sources are composed of published data on education in Russia, the writings of revolutionaries such as N. Krupskaya, V. Lênin, A. Lunatcharsky, M. Pistrak, V. Shulgin, L. Trotsky, as well as the materials published in the Soviet Union and published in Portuguese and Spanish on the educational issue.

Keyword: educational spoliation; revolution; teaching; socialist education.

*

O objetivo do presente artigo é discutir a educação na Rússia. Busca-se revelar aspectos do ensino russo praticado em diferentes momentos: durante o Estado czarista, no período do Governo Provisório, na fase após a Revolução de Outubro e a no tempo de J. Stálin.

Estuda-se os modos de educação vinculados aos elementos sociais da formação russa, numa perspectiva histórica. A presente reflexão enfatiza a intencionalidade social da autocracia czarista em praticar a espoliação educacional, com vistas ao funcionamento do metabolismo do capital na Rússia dos Romanov, com a proeminência da aristocracia agrária na esfera social. Além disso, discute-se os pensamentos e as práticas educacionais dos soviéticos logo após a Revolução de Outubro de 1917, momento importante de experiências efetivas na construção do ensino pautado na perspectiva socialista. Enfatiza-se que a proposta soviética de Escola-comuna, dirigida por Moisey Pistrak, tendo por base o projeto de ensino politécnico e a estratégia pedagógica dos complexos, foi a prática escolar que mais se

adequou à proposta revolucionária de extinção do Estado. No tocante ao período de Stálin, considera-se que ocorreu uma contrarrevolução que usurpou as possibilidades de retorno da estruturação de poder com base nos soviets. Sendo assim, a fase stalinista representou a consolidação da burocracia nas instâncias de dominação social, com inevitáveis rebatimentos sobre a educação e a escola.

As fontes para a reflexão foram os escritos de V. Lênin, N. C. Krupskaya, A. Lunatcharsky, M. Pistrak, V. Sholguin e L. Trótski, dados empíricos sobre a educação, bem como materiais oficiais da União Soviética publicados no Ocidente.

Torna-se importante frisar que um patrimônio educacional foi constituído durante o período da sociedade de transição, na fase que vai da Revolução de Outubro de 1917 ao período da contrarrevolução stalinista. Tal experiência foi um marco no pensamento e na ação socialista quanto à educação e o ensino. Busca-se analisar os avanços e os limites para as novas experiências pedagógicas na perspectiva do trabalho.

O czarismo, a formação social russa e a espoliação educacional

A ignorância, o analfabetismo, a miséria econômica, a espoliação educacional e a dominação da autocracia czarista compuseram a sorte da Rússia no período dos Romanov. Os czares construíram um Império tendo como centro a Rússia, com base na expansão territorial e na prática de domínio russo sob os diferentes povos subjugados do Oriente. O czarismo teve por base a nobreza agrária, a hierarquia militar e a burocracia estatal, que impunha a sua dominação política e social ao campesinato russo. A população não russa das áreas dominadas era explorada pelo Império, que submetia esses povos ao controle político, social e cultural. Na segunda metade do século XIX, a política dos czares combinava o expansionismo do Antigo Regime e a ganância por lucros em aliança aos grupos financeiros

internacionais dos países capitalistas. A dominação territorial reproduzia o predomínio do poder militar e da burocracia hierárquica alinhada ao czar.

Na Rússia dos Romanov não se desenvolveu uma burguesia fabricante nacional sólida, visto que a maioria dos proprietários do capital industrial presente no país, desde o final do século XIX, vinha do estrangeiro. Os capitalistas procuravam a Rússia devido aos baixos salários dos trabalhadores; as jornadas de trabalho extensas, legalmente de 11 horas e meia, mas que em muitos casos chegavam a 14 horas por dia; e a ausência de direitos e de organização sindical para os operários. Em síntese, os industriais estabeleciam os seus negócios sedentos em realizar a acumulação predatória sob o proletariado russo.

No campo a situação também era dramática, visto que reinava a subordinação dos camponeses aos senhores de terras, resultado da constituição de grandes domínios rurais de posse da nobreza agrária apoiadora do czar. Até o ano de 1861 vigorava na Rússia a servidão, a nobreza possuía o direito de ter servos em suas propriedades. Esses servos viviam sob a opressão de seus senhores, em consequência, eles estavam submetidos à mais terrível miséria e ignorância.

Na Rússia czarista poucos tiveram acesso à educação. De acordo com Jean-Claude Chesnais, por volta de 1850, o país dos Romanov apresentava alto índice de analfabetos em seu contingente populacional. Na comparação com o continente europeu, “Em última posição se encontrava a Europa Oriental (Bálcãs, Polônia) e a Rússia, com uma proporção de iletrados entre 90 e 95%” (Chesnais, 1989, p. 146). Por conseguinte, o acesso à educação em uma escola ou universidade representava algo extraordinário que expressava a posição social elevada de seus frequentadores. Na década de 1840, havia somente 3.000 estudantes universitários por ano no Império de mais de 40 milhões de habitantes; na década de 1860 contava com cerca de 4.500 ao ano e, na década seguinte, por volta de 5.000 universitários,

numa população de 75 milhões. No terceiro quartel do século XIX, momento no qual alguns países da Europa superavam o analfabetismo e encaminhavam políticas no sentido de generalização do ensino secundário, a Rússia apresentava enorme defasagem, sem a perspectiva de alfabetizar a sua população. Portanto, é possível afirmar que o czarismo praticava a espoliação educacional na medida em que não se investia na educação popular na Rússia e nas regiões dominadas pelo Império.

Torna-se importante mencionar ainda que o escopo intelectual desses poucos espaços de educação existentes na Rússia dos czares era muito restrito. Como observou Martin Malia, “As escolas estavam submetidas a contínua perseguição de um governo receoso, que convivia frequentemente com protestos isolados ou distúrbios gerais, seguidos inevitavelmente de expulsões” (Malia, 1971, p. 40). Nesse sentido, chama a atenção a quantidade de intelectuais e estudantes perseguidos e expulsos dos espaços educacionais na Rússia czarista do século XIX, exemplificado nos casos dos literatos V. Belinsky e A. Herzen, autores que tiveram as suas carreiras impactadas pela dominação autocrática, e dos estudantes expurgados como Vladimir Lênin e Leon Trótski.

Mesmo na condição de um dos países mais atrasados do mundo em relação ao número de alfabetizados, resultado do processo de espoliação educacional, a burocracia czarista desenvolvia meios para impedir a educação popular. Em junho de 1887, o Ministro da Instrução Pública da Rússia, I. Delianov, deflagrou o aumento das taxas do ensino secundário e recomendou aos responsáveis que se fizessem depurações entre os alunos “sem se importarem” com as leis e os regulamentos em vigor; exigia, além disso, aos responsáveis pelas escolas que “rejeitassem firmemente os requerimentos” das pessoas indigentes e pobres nos liceus. Assim, os colégios ficariam livres dos “filhos de cocheiros, lacaios, cozinheiros, lavadeiras, pequenos lojistas e outras pessoas do mesmo gabarito cuja progenitura,

talvez com exceção de crianças excepcionalmente dotadas, não deve ser separada do meio a que pertence” (*apud* Lunatcharsky, 1988b, p. 266).

Portanto, a autocracia czarista se mobilizava para a efetivação de uma educação distante do povo e sem pobres. Nesse passo, intentava prorrogar a sociedade excludente, na qual era restringido o ingresso de populares às escolas e, conseqüentemente, inviabilizava-se a ampliar a educação dos populares, ou qualquer forma de mobilidade social.

Coligado ao aspecto da exclusão econômica, havia ainda a preocupação acerca do conteúdo a ser aprendidos pelos pobres nas escolas de final de semana. O ministro do Interior Piotr Durnovo, conhecido funcionário czarista por ampliar o rigor da censura e perseguir a oposição, escreveu uma carta ao procurador Geral do Santo Sínodo Konstantín Pobedonóstsev, um dirigente da Igreja Ortodoxa Russa, em março de 1895, na qual assuntava as escolas dominicais. O ministro denunciava a autoridade religiosa que as escolas de domingo permitiam que indivíduos dos meios revolucionários ministrassem aulas e conferências, ensinando conteúdos que poderiam resultar em interpretações revolucionárias, e que essas escolas se localizavam em regiões onde viviam “principalmente populares e operários”.

Assim, para o burocrata czarista, a escola deveria estar muito distante dos populares. A carta, segundo Lênin, expressava o medo em relação: “a união do conhecimento com o povo trabalhador! [...] Sem conhecimento, os operários estão indefesos, com conhecimento, são uma força!” (1975a, p. 28).

Desse modo, pode-se observar o caráter da educação reivindicada pelos socialistas para os operários. Desde a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) dos anos 60 do século XIX, o movimento operário apontava a necessidade de se esforçar pela apropriação do conhecimento, com vistas a ampliar a força da classe trabalhadora. No *Manifesto Inaugural* da AIT, escrito por K. Marx, consta que: “Um elemento de êxito os trabalhadores

possuem – número; mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçado pelo conhecimento” (s/d, p. 320).²⁷

A social-democracia europeia de final do século XIX e início do XX continuou esse lema no movimento operário: organização e conhecimento para as lutas de classes. V. Lênin expressou essa posição ao longo de sua trajetória revolucionária, isto é, a defesa da apropriação social do conhecimento e da herança histórico-cultural enquanto condição para a construção do socialismo.

No tocante à educação russa, destaca-se que na prática durante o czarismo, ao longo do século XIX, não só não houve esforços para a ampliação da educação, como se fez recomendações no sentido da exclusão de trabalhadores e camponeses pobres do ensino, bem como na limitação de conteúdos aos alunos e operários nas escolas dominicais das paróquias. Portanto, verificou-se a prática de espoliação educacional imposta pelo czar e sua burocracia em relação ao povo.

Sobre os investimentos em educação, Zinoviev e Pochaklova apontaram que “Menos de cinco por cento do orçamento estatal foi gasto com a instrução pública na Rússia czarista” (1982, p. 4). Por conseguinte, não foi casual que o escritor satírico russo M. Saltikov-Chtchedrine apelidasse o Ministério da Instrução Pública do czarismo, de Ministério do Obscurantismo Público.

Em 1897, apenas 22,3% da população russa sabia ler e escrever, sendo que entre as mulheres: 87,6% eram analfabetas. Sabe-se que o analfabetismo é uma das consequências da servidão, uma vez que não pode ser alfabetizada a maioria da população de um país oprimido por senhores rurais. Desse modo, na Rússia, os analfabetos na virada do século XIX para o XX representava 73% da população, sem contar as crianças menores de nove anos. Com o intuito de dimensionar a questão, deve-se lembrar que

27 Sobre a defesa da educação pelo movimento operário da segunda metade do século XIX até a Comuna de Paris, conferir Melo (2011).

nos Estados Unidos no mesmo período, 11% da população branca eram analfabetos, e entre os negros, 44,5%. Assim, os negros norte-americanos, saídos da escravidão, encontravam-se numa situação mais que duas vezes melhor que o campesinato russo, no que se referia a instrução elementar.

Em situação ainda mais terrível, de acordo com o mesmo censo de 1897, encontravam-se os povos dominados pelo Império Russo, o número de alfabetizados estava em, respectivamente, 2,1% entre os cazaques, 1% entre os uzbeques, 0,7% entre os turcomenos, 0,6% entre os quirguízes, 0,5% entre os tadjiques. Evidencia-se a espoliação ainda mais bárbara nos povos subjugados pelo czarismo.

Ao analisar os dados do censo russo de 1910 sobre a educação, Lênin registrou:

o número total de escolares e estudantes do Império Russo, incluídas a escola primária, média e superior e toda classe de centros docentes, foi em 1904 de 6.200.172 pessoas, e em 1908, de 7.095.351. O aumento é evidente. No ano de 1905, o ano do grande despertar das massas populares na Rússia, o ano da grande luta popular pela liberdade, sob a direção do proletariado, obrigou ao nosso Ministério oficial a sair do ponto morto (1975b, p. 38).

Diante do exposto, constata-se o atraso da Rússia na educação, ao mesmo tempo em que se observou uma relativa ampliação dos matriculados depois de 1905, quando se processou a primeira Revolução Russa. Após um massacre de manifestantes pacíficos em janeiro daquele ano pelas forças czaristas, o proletariado ascendeu-se à direção da luta social para a superação do absolutismo e do poder sustentado na aristocracia agrária. Em resposta, a burocracia estatal teve de ampliar a educação, sinalizando responder a

uma reivindicação popular; mas logo veio a repressão aos movimentos, cerceando os soviets (conselhos), e retornando-se ao metabolismo social do czarismo de espoliação educacional em consonância aos interesses dos senhores de terras. Portanto, o aumento do número de letrados somente ocorreu quando a dominação dos Romanov sofreu ampla contestação, no momento em que teve o seu despotismo ameaçado.

Ainda segundo o documento tratado pelo líder bolchevique, encontrava-se na “Rússia, 46,7 estudantes por cada 1.000 habitantes e 1908 (em 1904 eram cerca de 44,3 por 1.000)” (1975b, p. 38). Sendo assim, constatou-se acerca do país dos Romanov, na primeira década do século XX: “Na Europa não havia nenhum país tão bárbaro, em que as massas populares [estivessem tão] espoliadas no sentido do ensino, da ilustração e do saber” (1975b, p. 39).

A consequência do encaminhamento educacional czarista foi que “20% da população jovem estava condenada a viver no analfabetismo pelo regime estatal da Rússia. O analfabetismo na Rússia corresponde a este embrutecimento do povo pelo poder dos latifundiários” (1975b, p. 39).

Torna-se relevante destacar que naquele momento histórico na Suécia e Dinamarca, o número de analfabetos oscilava entre 1% e 2% da população, assim como na Suíça e Alemanha. Na Áustria cerca de 39% de analfabeto, e na Hungria, cerca de 50%. A situação russa era similar à do Brasil, que possuía 71,2% da população analfabeta (dados de 1920).

Vale dizer que os países em que de alguma forma encaminharam a constituição do capital industrial, em consequência, atuaram na questão do analfabetismo. Ademais, mesmo comparados aos países nos quais se processou o metabolismo social do capital em conciliação com o domínio da nobreza agrária e militar, caso da Áustria e da Hungria, ainda assim, a Rússia apresentava defasagem quanto ao letramento de seu povo.

Na visão de Lênin, a onipotência dos latifundiários sob o Estado czarista compunha a causa do atraso do país expresso no contingente de analfabetos. Tais condições bárbaras do Império Russo no século XX fez com que o líder dos bolcheviques alcunhasse o Ministério da Instrução Pública da Rússia, de “Ministério do Embrutecimento Público”, pois a considerar o resultado do trabalho do órgão ministerial, a atividade da pasta não seria proporcionar o conhecimento ou a ilustração, mas sim preservar o embrutecimento da população por meio de se perpetuar a ignorância.

Em relação aos gastos do czarismo com a educação à véspera da I Guerra Mundial, Lênin sublinhou que

o pressuposto do Ministério do Embrutecimento Público da Rússia fixou para 1913, o montante de 136.700.000 rublos. Isto equivale por habitante (170 milhões em 1913) tão somente a 80 copeques. Ao tomar as cifras “do total do gasto do erário par a instrução pública” que nos oferece o Sr. Ministro da Fazenda na página 109 de sua nota aclamatória ao pressuposto, a saber, 204.900.000 rublos, somente resulta 1 rublo e 20 copeques por habitante. Na Bélgica, Inglaterra e Alemanha a suma de gastos para a instrução pública alcança de 2 a 3 rublos e até 3,5 rublos por habitante. Nos Estados Unidos se investiu em 1910 em instrução pública 426 milhões de dólares (852 milhões de rublos), ou seja, a razão de 9 rublos e 24 copeques por habitante. Nos últimos 40 anos, os Estados Unidos gastaram em instrução pública 126 milhões de rublos ao ano, o que significa, 3 rublos e 30 copeques por habitante (1975b, p. 41).

Assim, segundo o dirigente revolucionário, os recursos despendidos para a educação eram insuficientes e muito abaixo dos parâmetros mundiais, permanecendo, portanto, a prática de espoliação educacional sobre os populares russos. Em 1914, segundo dados oficiais, estudavam nas escolas da Rússia 8.000.000 crianças e adolescentes, enquanto 30.000.000 estavam fora dos espaços escolares, não recebendo nenhuma educação. Apenas 67 pessoas em cada mil habitantes frequentavam algum estabelecimento de ensino.

Vale destacar que Lênin trouxe os elementos históricos e sociais para a reflexão da problemática do analfabetismo no país dos Romanov. O intelectual bolchevique apontou os condicionantes do problema do analfabetismo nos Estados Unidos e na Rússia, ao frisar as especificidades das formações sociais e o tipo de encaminhamento da evolução agrária capitalista nos dois países. No primeiro caso, no país da América do Norte, o encaminhamento da questão agrária na segunda metade do século XIX levou à fragmentação da propriedade, neste evento, “predomina o camponês, que passa a ser o agente exclusivo da agricultura e vai evoluindo até converter-se no granjeiro capitalista” (1980, p. 30), de modo que, na via americana de desenvolvimento, ocorreu a transformação do camponês em granjeiro burguês. Assim, a trajetória dos Estados Unidos teria possibilitado o caminho de formação do capitalismo com o predomínio de uma lógica burguesa, sem ter de pagar nenhum tributo a aristocracia agrária, o que favoreceu a ampliação das forças produtivas e o social progressismo.

A formação social russa, por seu turno, conheceu uma trajetória distinta em relação à estadunidense. Na Rússia, a transformação das relações de produção se fez com o predomínio da nobreza, episódio histórico semelhante à forma prussiana de evolução agrária. Segundo Lênin,

No caso do tipo prussiano, a exploração feudal do latifúndio transformasse lentamente numa exploração burguesa-*junker* [tipo nobreza prussiana latifundiária e

exportadora], condenando os camponeses a decênios inteiros da mais dolorosa expropriação e do mais doloroso jugo (1980, p. 30).

Nesse processo, “o conteúdo fundamental da evolução é a transformação do feudalismo em sistema usurário e em exploração capitalista das terras dos feudais-latifundiários-*junkers*” (Lênin, 1980, p. 30). Sendo assim, a modernização de 1861, que significou a abolição da servidão na Rússia, não representou a medida progressista de melhorias sociais aos oriundos do trabalho servil, tampouco viabilizou a generalização do granjeiro nas terras do Império czarista. Ao contrário, ampliou substantivamente a produção de mercadoria com as transformações agrárias e, em concomitância, conservou a grande propriedade da nobreza. No país dos Romanov emergiu o contrato de arrendamento leonino aos camponeses sem-terra. Verificou-se a permanência de relações semifeudais devido à economia baseada no pagamento em trabalho, ou seja, a permanência da corveia feudal, ao mesmo tempo em que se desenvolvia a exportação de produtos agrícolas aos países que se industrializavam.

Tal situação refreou de forma extraordinária o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento das forças produtivas na agricultura russa. Portanto, ocorreu a transformação gradual dos feudos em propriedades de tipo *junkers*, o que levou inevitavelmente a transformação do camponês em assalariado agrícola, que passou a ser submetido a uma exploração do trabalho ainda mais intensa e predatória em relação ao período anterior. Eis o paradoxo da modernização nas terras russas após os atos de 1861, a intensificação da exploração sobre o trabalho de modo predatório, em compasso à produção mundial, mas sem a missão civilizatória do capital, visto que esteve ausente a melhoria das condições de vida e das relações de trabalho; além disso negou-se o acesso mais básico ao conhecimento, uma vez que a alfabetização popular não foi viabilizada.

A Rússia czarista era miserável para os gastos com a instrução pública, mas rica e generosa para a sustentação do Estado autocrático, “dirigido pelos latifundiários, para os gastos da polícia, para o exército para as bonificações e soldos de dezenas de milhares de rublos aos latifundiários que alcançara as ‘altas graduações’, para a política de aventura e de saque” (1975b, p. 41), na expansão territorial do Império.

Assim sendo, Lênin concluiu que para que a educação ganhasse o *status* de prioridade, dever-se-ia romper com a lógica econômico-social do czarismo assentada na dominação dos latifundiários e militares de altas patentes, assim como abandonar a política de expansão imperial e da exploração predatória sobre operários e camponeses. Tais medidas resultariam na superação da formação social russa. Em outras palavras, o bolchevique propunha sacudir o domínio estatal dos Romanov e instaurar o regime da liberdade popular, por meio de uma república democrática, realizando a transformação econômica com a reforma agrária aos camponeses e a melhoria aos trabalhadores fabris, como a jornada de 8 horas. Esse foi o programa do bolchevismo de 1905 a abril de 1917.

Com a Revolução de Fevereiro de 1917, a segunda Revolução Russa, pôs-se fim ao domínio dos Romanov no país. O regime político que se seguiu contou com amplo apoio das camadas intelectualizadas, na perspectiva de consolidação da democracia institucional e da convocação da Assembleia Constituinte, com o intuito de, finalmente, por fim ao absolutismo dos czares. No Governo Provisório pode-se verificar alguns de seus membros pertencentes à intelectualidade, como o advogado Alexander Kerensky, liderança da oposição parlamentar ao czarismo e depois dirigente do Partido Socialistas-Revolucionários, e os professores universitários Pavel Miliukov e A. Manuilov. Vale destacar que a maioria dos intelectuais da universidade era vinculada ao Partido Cadete (sigla dos Constitucionais Democratas), força liberal-conservadora que defendia a bandeira da monarquia constitucional.

Os constitucionais-democratas foram dirigentes na fase inicial do Governo Provisório, sendo críticos ao predomínio de Kerensky após as jornadas de abril, e contrarrevolucionários depois da Revolução de Outubro. Deve-se sublinhar que a imensa maioria da intelectualidade, incluindo os professores universitários, defendia a permanência da Rússia na guerra ao lado dos Aliados, no conflito iniciado em 1914, posição política expressa na consigna de “guerra até a vitória final”, apesar do desespero popular russo durante a guerra imperialista²⁸. Os principais pilares da proposta Cadete para o Governo Provisório era um poder ditatorial no executivo, a continuidade da Rússia na guerra e a permanência da lógica econômico-social russa assentada na expansão territorial agrária.

Foram ministros da educação no Governo Provisório, Andrei Manuilov e, depois de julho, Serguei F. Oldeburg. O primeiro havia sido Reitor da Universidade Estatal de Moscou entre 1908 e 1911, esteve filiado ao Partido Cadete, entrou para o governo logo após a Revolução de Fevereiro ficando até a renúncia do príncipe Lvov, uma vez que acompanhou os Cadetes na entrega de seus cargos ministeriais na crise política de julho. O segundo, foi um destacado membro da Academia de Ciências da Rússia, também esteve vinculado ao partido Cadete, mas assumiu o ministério no momento de ascensão de Kerensky na direção do Governo Provisório. Apesar da ascensão dos liberais ilustrados no Ministério da Educação, no tocante à instrução pública, segundo Lunatcharsky: “o Governo Provisório, um governo sem jeito, não tinha qualquer programa definido e, ao longo de sucessivas remodelações, cada ministro prometia ao Comitê e Estado fazer algo” (1988a, p. 19). Portanto, no Regime de Fevereiro não houve formulações de projetos consistentes, tampouco aplicação de medidas educacionais para a resolução do problema do analfabetismo, ou de ações expansivas de instrução nos meses de março a outubro de 1917.

28 A esse respeito, conferir Melo (2018).

A aproximação política das lideranças socialistas moderadas às propostas de recomposição do Estado fez emergir preocupações nos trabalhadores participantes dos Sovietes, o que permite evidenciar o surgimento de divergências políticas entre as bases e as direções das instâncias soviéticas. No tocante ao tema da educação, Leon Trótski contou em sua *História da Revolução Russa*:

Um dos delegados, um pedagogo, contou no [1º] Congresso [dos Sovietes de Toda a Rússia] que, em 4 meses de Revolução, não se produzira a menor modificação no terreno da instrução pública. Todos os antigos professores, inspetores, diretores, reitores de academia, dos quais muitos eram membros das organizações dos Centúrias Negras, todos os programas escolares anteriores, os manuais reacionários, e mesmo antigos subsecretários do ministério, permaneciam imperturbavelmente em seus lugares. Somente os retratos do czar tinham sido jogados nos sótãos, mas poderiam ser de lá tirados na primeira ocasião (1978, p. 368).

Nota-se que no congresso soviético esteve presente a denúncia de que a educação havia mudado muito pouco no Governo Provisório, tanto no conteúdo e nos materiais didáticos, quanto no corpo pedagógico.

A Revolução de Outubro: a Escola Única do Trabalho e o Ensino Politécnico

Após a Revolução de Fevereiro de 1917, o programa do Partido Bolchevique passou a detalhar as reivindicações sobre a educação. Foram aprovadas as propostas de Lênin, sistematizadas nos itens 14, 15 e 16 do documento:

14. O ensino geral e politécnico (conhecimento da teoria e da prática de todos os ramos principais da produção) gratuita e obrigatória para todas as crianças de ambos os sexos até 16 anos; estreita ligação do estudo com o trabalho social produtivo das crianças.
15. Garantia pelo Estado a todos os alunos sobre a alimentação, roupa e manuais escolares.
16. A transmissão da instrução pública aos organismos democráticos da administração autônoma local; a abstenção do Poder central de toda intervenção no estabelecimento de programas escolares e na seleção do pessoal docente: a eleição dos professores diretamente pela própria população e o direito dela de destituir o mestre indesejado (1975c, p. 66).

Alinhado às transformações sociais apontadas nas *Teses de abril*, um documento político do Partido Bolchevique de abril de 1917, que sinalizava a necessidade de “todo poder aos soviets”, os eixos sobre a educação encaminhavam as condições de se solucionar o problema da educação no solo russo. A plataforma bolchevique ressaltava o ensino politécnico, a aprendizagem teórica e prática com base na produção social, e o ensino gratuito, que sinalizava a importância da viabilização das condições aos alunos para frequentar as aulas. Ademais, a educação pública administrada nos moldes das instâncias soviéticas, radicalmente democrática no seu encaminhamento, de forma distinta da educação pública estatal praticada em vários países europeus daquele período.

Com a Revolução de Outubro de 1917, a terceira Revolução Russa, formou-se o Commissariado do Povo para a Educação (sigla em russo *Narkompros*), órgão que dirigiria as escolas e o ensino dos novos tempos.

Deliberou-se pela Escola Única do Trabalho e pelo ensino politécnico, conforme o programa dos bolcheviques. Os dirigentes responsáveis para a tarefa foram Anatole Lunatcharsky, que comandou o comissariado juntamente com Nadezhda Krupskaya e Mikhail Pokrovsky. As equipes de trabalhos contaram com Pavel Blonsky, Moises Pistrak, Victor Sholguin e Alesandro Pinkevich, entre outros. O líder bolchevique V. Lênin compreendia a importância do conhecimento e da ciência para a construção do socialismo.

O projeto educacional bolchevique previa o atendimento material aos alunos, com vistas a garantir a frequência e a permanência, uma vez que

A escola na Rússia soviética cada vez mais se preocupa com que as crianças sejam alimentadas, vestidas, calçadas, enfim, que elas tenham tudo o que precisam. A pobreza e a destruição do país colocam obstáculos muito difíceis no caminho da construção da escola, mas a merenda escolar e o fornecimento de roupas e calçados pela escola tornaram-se comuns. (Krupskaya, 2017a, p. 84)

Percebe-se que o projeto dos revolucionários para a educação compreendia a necessidade de que a função de educar passava por garantir as condições gerais de bem-estar das crianças, fornecendo alimentos, roupas e calçados; visto que não se ensinava indivíduos em abstrato, mas seres que viviam as mazelas sociais. Entretanto, a precariedade pelo qual passou o país dos soviets, em especial até a primeira metade da década de 20, não possibilitou o atendimento na dimensão esperada, embora tenha dado os passos iniciais de garantia para uma educação integralizadora.

De acordo com N. Krupskaya, uma experiente revolucionária russa com militância iniciada no final do século XIX, especialista bolchevique no trabalho educacional junto aos operários desde a época da clandestinidade

e com textos teóricos publicados sobre o ensino, sistematizou os objetivos do politecnismo:

A tarefa da escola politécnica é não preparar um especialista estreito, mas uma pessoa que entenda toda interligação dos diferentes ramos da produção, o papel de cada um deles, as tendências de desenvolvimento de cada um deles; preparar uma pessoa que saiba o que e por que algo deve ser feito em cada momento, em uma palavra, preparar o dono da produção, no sentido verdadeiro desta palavra. Isso de um lado. Por outro lado, a escola politécnica deve educar, ao mesmo tempo, um estudante e um participante ativo dessa produção. Ela deve equipá-lo com a capacidade de aproximar-se corretamente de cada trabalho, de prender durante o processo de trabalho, de trabalhar de forma consciente e criativa, de aplicar o conhecimento teórico na prática, de orientar-se rapidamente no trabalho (2017a, p. 86).

Desse modo, a proposta socialista de educação politécnica considera a formação abrangente na perspectiva do estudo da totalidade da produção social e técnica. Ela embasa a educação que leva em conta o conjunto integrado da produção com vistas a que os seus participantes estejam potencializado para a realização do governo dos produtores pelos produtores. A práxis pedagógica deve promover o trabalho ativo na aprendizagem. Ademais, busca implementar a educação pelo trabalho, não meramente a educação para o trabalho.

M. Pistrak, professor revolucionário com responsabilidades em relação ao novo trabalho pedagógico, enfatizou a forma de enfrentar os desafios para a construção da educação politécnica:

Em termos gerais, a escola deve resolver os três problemas: o problema do desenvolvimento intelectual, do desenvolvimento físico e da educação politécnica, mas apenas se pode considerar uma escola como sendo politécnica se existe nela as características em ligação mútua e combinada de todos estes três aspectos em um todo único. Apenas a presença de um dos elementos isolados do politecnismo ainda não transforma uma escola politécnica, pois a escola deve ser chamada de politécnica se os elementos principais do politecnismo estão firmemente entrelaçados em toda a vida escolar e se sintetizam em um todo único (2015, p. 22).

Nota-se os esforços dos proponentes da educação soviética em compreender e atuar no ensino na perspectiva da concepção do indivíduo em sua totalidade, considerando os elementos da formação humana nos seus aspectos da educação física, do fazer e pensar o trabalho produtivo e do desenvolvimento intelectual. Neste sentido, a educação politécnica defendida pelos revolucionários compreendia os aspectos teóricos, práticos, operativos e intelectuais integrados na formação dos indivíduos, reconhecendo as práticas pedagógicas didáticas conquistadas pelos métodos ativos.

Por meio do princípio da Escola Única do Trabalho para todos se propunha a findar com as diferenciações no conteúdo escolar a partir das origens de classes, ou na divisão sexual do trabalho. Instaurou-se na Rússia o ensino misto com base nos mesmos materiais de estudos e didáticos para ambos os sexos.

A instituição de ensino almejada pelos comunistas inserida nesses princípios, segundo N. Krupskaya, era a escola que

procura atender aos requisitos de uma democracia plena: ela é única para todos. Esta escola atende às exigências do desenvolvimento econômico, contribuindo pra a melhor preparação das forças produtivas criativas vivas. Esta escola satisfaz às necessidades mais prementes da classe operária neste momento histórico: ela contribui para a transformação da classe operária que tomou o poder em dona e organizadora da produção coletiva (2017a, p. 88).

Nota-se a busca de uma escola relacionada e coerente com os passos do processo revolucionário soviético iniciado em Outubro de 1917. A instituição escolar dos produtores livres associados deveria proporcionar, segundo os seus conteúdos – a apropriação da ciência e da produção social; os métodos ativos de ensino – adequados aos filhos dos proletários e camponeses; e por seus objetivos – a construção do socialismo por meio do governo operário e camponês com base nos seus organismos soviéticos, com vistas a extinguir a propriedade privada, as classes sociais e o Estado.

A realidade posta pela situação de guerra civil e, por consequência, a regressão das forças produtivas colocava a educação soviética numa dura condição de precariedade. Conforme o relato de Victor Serge:

O comissariado para a instrução Pública empreendeu, sob a direção de Lunatcharsky, uma transformação radical do ensino. Ao antigo regime de escolas elementares reservadas ao povo e de ginásios praticamente reservados à burguesia sucedeu a escola única do trabalho; aos antigos programas que preparavam súditos para o czar e crentes para a igreja ortodoxa, sucedeu um programa, forçosamente improvisado, antirreligioso, socialista, baseado no ensino do trabalho: tratava-se de preparar

produtores conscientes de seu papel social. Planejou-se associar a escola e a oficina. Para melhor pôr em prática, desde a infância à igualdade dos sexos, a escola se tornou frequentemente mista, com meninas e meninos reunidos nas mesmas classes. Mas era preciso improvisar tudo. Os antigos livros didáticos deviam ser destruídos. Grande parte do antigo professorado resistia, sabotava, não compreendia, aguardava o fim do bolchevismo. Era trágica a carência da escola nas coisas mais básicas. Faltava papel, caderno, lápis, canetas. Crianças famintas e esfarrapadas ali se reuniam no inverno, em torno de uma pequena estufa instalada no meio da sala de aula, onde, às vezes, para amenizar um pouco o sofrimento do frio, queimavam-se peças do mobiliário; havia um lápis para cada quatro alunos; e a professora passava fome (1993, p. 400).

A penúria material compôs um dos obstáculos a implantação da pedagogia soviética elaborada pelos professores revolucionários. As adversidades impostas pela guerra civil impedia a produção e conservação de materiais mais básicos para o ensino das crianças, jovens e adultos. Entretanto, os desafios foram respondidos com ações e muita criatividade.

A Escola-comuna: uma práxis educacional socialista

Com a estruturação do *Narkompros* e em meio ao debate pedagógico foram elaboradas algumas experiências de educação revolucionária no plano do ensino. Nesse processo,

A Comuna escolar (no nascimento – Escola Experimental-demonstrativa Narkompros) foi fundada por encargo

do Comissariado Nacional de Educação, no outono de 1918, pelo membro do colegiado da Narkompros Pan-teyleymon Nikholaevich Lepeshinskiy, na aldeia de Litvinovichi, província de Rogachevsk, região de Gomel (Pistrak, 2009b, p. 137).

A Escola-comuna, como ficou conhecida a experiência de Litvinovichi, teve em Moisey Pistrak o coordenador do coletivo pedagógico. No intuito de construção da práxis politécnica, a Escola-comuna se destacou por desenvolver o método ativo de educação pelo trabalho, a educação pela estratégia do complexo e a auto-organização dos alunos.

Relacionado às questões do método de ensino, Pistrak frisou que “O objetivo da escola não é apenas conhecer a atualidade, mas dominá-la. E aqui os métodos antigos de ensino são inúteis. É preciso tomar os fenômenos em suas mútuas ligações e interações” (2009a, p. 115). Nessa direção, incorporou-se os métodos ativos e a compreensão de que se aprende também fora da escola, nas várias agências educativas presentes no meio social, uma vez que a tarefa da educação não pode ser cumprida sem que haja o estudo da atualidade, o domínio dela e a inserção nela.

Com vistas a encaminhar os métodos ativos, a Escola-comuna elaborou a organização do programa de ensino segundo os complexos. Tal procedimento fazia-se com o objetivo de se estudar os fenômenos considerando a sua dinâmica, não de um ponto de vista estático. Nas palavras de Pistrak:

Estuda-se a realidade atual pelo conhecimento dos fenômenos e dos objetos em suas relações recíprocas, estudando-se cada objeto e cada fenômeno de pontos de vista diferentes. O estudo deve mostrar as relações recíprocas existentes das coisas, esclarecendo-se a transformação de certos fenômenos em outros (1981a, p. 106).

Desse modo, a forma de estudos considerava a processualidade das coisas, proporcionando dinamismo no processo de aprendizagem e a compreensão integrada do que se estudava.

Para a efetivação da educação ativa pelo trabalho, tornou-se necessário que os envolvidos na educação da Escola-comuna incorporassem os espaços de produção social nos estudos. Segundo Pistrak:

É preciso participar do trabalho para compreender a essência da divisão do trabalho. Para compreender o trabalho de uma máquina, é preciso sentir diretamente o que é de fato a mecanização da produção. Ora, a oficina profissional pode proporcionar tudo isso (1981b, p. 53).

Com base nesses princípios, de acordo com Vitor Shulgin, membro da equipe da Escola-comuna, nos ambientes rurais: “O professor deve realizar o ensino politécnico junto com agrônomo e técnicos” (2013b, p. 222). No espaço urbano industrial,

a fábrica deve ajudar a escola, em primeiro lugar, deixando-a entrar nas oficinas, nas máquinas para visitas guiadas, a fim de ajudar as crianças a ir no verão ou no inverno a excursões pra ver os gigantes da nossa tecnologia, a nossa construção. É preciso fazê-lo sem falta. Já começamos a fazê-lo, porém ainda são escolas isoladas (SHULGIN, 2013b, p. 225).

A Escola-comuna foi vanguarda na educação politécnica. Entretanto, havia alguns dificultadores na implementação do ensino politécnico na escola única do trabalho, pois nem sempre as fábricas se dispunham a permitir as visitas pedagógicas, de modo que era difícil incorporar o projeto pedagógico de ensino ao processo produtivo.

A implementação da Escola-comuna não ocorreu de forma serena, tampouco a pedagogia do trabalho foi naturalmente incorporada pelas instâncias revolucionárias. Nos anos seguintes à Revolução de Outubro, como relatou Shulgin:

Cada vez mais alto e claro ouviram-se vozes de que não existiria e não poderia existir uma escola do trabalho: “Precisamos de qualquer escola, mesmo que seja meio ruim, para chegarmos até a do trabalho” – gritava e sonhavam. Às vezes falavam em voz alta sobre o regresso à velha escola, recentemente quebrada e destruída. Eles, estes “sóbrios”, “prudentes”, “práticos”, com desprezo chamavam-nos de sonhadores. Esqueceram-se do trabalho e prepararam dezenas de programas livrescos (2013a, p. 72).

Na fase inicial do poder soviético, como se percebe, havia aqueles que postulavam a continuidade da escola tradicional independente do processo de transformação da sociedade sob o qual passava a Rússia naquele momento.

Segundo Krupskaya, na educação socialista “A finalidade da escola é proporcionar à criança compreensão da realidade viva” (2017b, p. 125). Neste sentido, a estratégia pedagógica dos complexos seria a que melhor propiciaria a forma da educação na escola dos trabalhadores livres associados, uma vez que “Para esclarecer as conexões reais, é preciso distinguir o essencial do secundário e falar exatamente o que é essencial, o mais importante, o que é decisivo. Eis porque é imperativo que o conteúdo do complexo seja ditado pela vida, seja definido por esta vida” (2017b, p. 125). Uma vez que, conjuntamente, trabalhadores e a juventude deveriam “construir uma ponte entre a vida e o conhecimento” (2017b, p. 128).

Os critérios para a seleção dos temas dos complexos da Escola-comuna foram procurados na realidade social, não na pedagogia pura. A sistemática de trabalho pressupunha que as disciplinas escolares analisassem as matérias de um modo concreto, reconhecendo os métodos experimentais próprios das ciências. Com tudo isso, a educação pelos complexos buscava tornar o ensino escolar plenamente efetivo, indo além ao método puramente intelectual-abstrato.

A Revolução de Outubro de 1917 se consagrou pela consigna de “todo poder aos soviets”, a partir da ampla participação de trabalhadores e camponeses. De fevereiro a outubro daquele ano, foram formados os comitês de fábricas que levaram a proposta de controle operário da produção na Rússia²⁹. O plano educacional não ficou imune a essa ampla participação revolucionária. A Escola-comuna considerou a auto-organização dos alunos e inclusive das crianças na gestão da escola e do processo de ensino. Formou-se o soviete escolar com a participação do corpo docente, discente e trabalhadores. Com vistas a consolidar o poder soviético e proporcionar a prática da democracia soviética nas escolas, Pistrak aconselhou que as representações infantis se renovassem constantemente nos “organismos elegíveis, dando lugar aos novos e fazendo os administradores veteranos voltar às fileiras” (1981b, p. 157).

A instância soviética escolar foi parte da direção social do povo trabalhador, expressão de que ele próprio tomou as coisas em suas mãos, de organização e do controle sobre a escola, assim como dos meios de produção. Em decorrência à participação popular nos conselhos, o Estado começa a desaparecer. Com o controle dos trabalhadores, o *Estado se extingue* em um processo gradual e espontâneo, conforme pontuou Lênin, no livro *O Estado e a revolução* (1988, p. 282). Torna-se importante identificar que a práxis da Escola-comuna corresponde ao período de ascenso dos trabalhadores e

29 Para uma avaliação da Revolução Russa pelas ações dos comitês de fábricas e as propostas de controle operário da produção, conferir Melo (2017).

camponeses na Revolução, a qual exigia a prática educacional e escolar para a formação humana desalienada, multilateral e de produtores livres associados.

O projeto pedagógico da Escola-comuna insere-se na linha das formas alternativas de ensino, para quem a educação se relaciona a um modo de ação político-social, que não se limita a interpretar o mundo, mas que procura, pela prática educativa, desenvolver a ação transformadora da realidade. Segundo Maurício Tragtenberg: “No que se refere à educação, o movimento operário internacional sempre esteve presente, como o prova a Escola do Trabalho de Pistrak, uma real contribuição à pedagogia socialista” (1981a, p. 23).

Sendo assim, a proposta coordenada por M. Pistrak de Escola-comuna pelos seus princípios, métodos, organização escolar e prática de ensino foi a expressão pedagógica da plataforma leniniana de extinção do Estado.

A contrarrevolução stalinista na educação e no ensino

A ascensão de J. Stálin na direção do PCUS e do Estado Soviético representou a promoção de uma burocracia ao poder, grupo social separado em relação aos interesses dos trabalhadores. Um marco importante nesse processo foi a eleição de Stálin ao Secretariado Geral do partido em 1922. Assim, originou-se a *nomenklatura* – a camada dirigente soviética; o termo designa o conjunto superior da burocracia civil e militar, que advém da lista dos postos mais importantes, definida pela hierarquia do Partido Comunista. Substituiu-se o sistema de escolha pelo de nomeação. A função de Stálin foi a de garantir a vitória política dessa casta burocrática contra o proletariado dizimado pelas sequências da guerra e pelo isolamento internacional da Rússia Soviética no caminho ao socialismo.

Com a ascensão de Stálin logo a educação soviética foi impactada. A partir de 1923, a burocracia passou a necessitar da formação política e ideológica em consonância a separação da gestão em relação à produção,

de modo que, segundo Dietrich, “Esta nova fixação de objetivos levou a um golpe mortal a concepção pedagógica marxista de Blonsky” (1976, p. 181). Naquele momento, não se anunciava o abandono programático da Escola Única do Trabalho, tampouco do ensino politécnico, mas na prática dificultou-se ainda mais a viabilização da educação naqueles princípios.

Com a emergência dos planos quinquenais, a burocracia rompeu a aliança com os camponeses que enriqueciam desde a instauração da NEP (sigla da Nova Política Econômica, em russo), ao priorizar a industrialização acelerada e a coletivização forçada no campo. A necessidade passou a ser a formação de especialistas e da força de trabalho qualificada para o processo produtivo fabril.

Como informou Dietrich:

Em 1930, Krupskaya lamentava-se de que ‘na escola de massas não havia sido ainda implantada a escola politécnica’. Logicamente Krupskaya se referia a ‘formação politécnica’ tal como ela a entendia, isto é, uma formação que proporcione conhecimentos e práticas a realizar uma formação técnica básica no período de construção do socialismo, fazendo nascer uma nova “espécie de produtores polivalentes (1976, p. 242).

Distintamente à escola única do trabalho e ao ensino politécnico, a partir do final da década de 20, a educação stalinista priorizou a formação da força de trabalho e de especialistas restritos ao espaço profissional. Isto é, com o stalinismo na URSS priorizou-se a educação para o trabalho, unilateral e técnica.

Embora tenha havido colocada a derrota do ensino revolucionário; na sociedade de transição se processou o aumento de vagas nas escolas. De acordo com Medinski “Se em 1914 havia na Rússia czarista 91 centros de

ensino superior com 112.000 estudantes, em 1939 a URSS possuía 750 centros de ensino superior com 620.000 estudantes” (1950, p. 21). Ao considerar os números de locais de ensino, torna-se inegável o avanço na ampliação da educação desde a Revolução de Outubro com o socialismo. Transformou-se uma situação bárbara vivida no Império Russo – com a espoliação educacional sobre o povo –, em uma fase distinta, com ampliação e consolidação em todos os níveis educacionais.

Frente aos avanços da educação soviética dos anos 20 do século passado, o educador estadunidense John Dewey afirmou: “fico espantado com os progressos realizados, /.../ é algo sem precedentes” (2016, p. 81). Ao final dos anos 30, a URSS superou o analfabetismo em todas as suas regiões industriais. O Estado aumentou o número de vagas no ensino secundário e superior.

Quanto a transformações no procedimento de ensino, a ascensão de Andrei Bubnov ao Narkompros, no lugar de Anatoli Lunatschsky, resultou também no abandono dos complexos e, por consequência, ao retorno dos programas tradicionais de ensino, avaliação meritocrática por meio de notas e o sistema de diferenciação hierárquica. Bubnov dirigiu os passos efetivos da contrarrevolução stalinista na educação soviética.

Acerca desse processo, M. Pavlov recordou:

a 25 de agosto de 1931, os jornais soviéticos publicaram a resolução do Comitê Central do Partido Comunista, acusando todas experiências educacionais como ‘desvios esquerdistas’. A 5 de setembro de 1932, o Comitê Central baixou um decreto restaurando ‘o ensino em aula, como a básica forma de instrução’; restabelecendo a posição do professor como líder das classes, que foram restabelecidas em lugar dos grupos, equipes e esquadras, aprovando o compêndio como básico auxílio a escola, mediante ensino progressivo, introduzindo a disciplina,

inclusive a pena de expulsão da escola. Na verdade, a Comissão Central exaltava agora aquilo que estava até havia pouco repudiando estrondosamente (1959, p. 173).

Como se percebe, na União Soviética dos anos 30 a escola passa a ser um dos espaços de disciplinarização social, expressando a sobreposição do Estado em relação aos anseios dos trabalhadores, ou ao socialismo.

No tocante aos métodos de ensino, continuou Pavlov, “uma confusão insensata reinou nos meios educacionais. Aqueles que até ontem eram campeões do método de projetos [complexos] passaram agora a ser rotulados de esquerdistas, desvionistas, trotskistas” (1959, p. 173). Desse modo, restaurou o método tradicionalista antigo das escolas reacionárias, ao mesmo tempo em que se perseguiu os adeptos das didáticas progressistas e revolucionárias.

Obviamente que a contrarrevolução não ocorreu sem que houvesse resistências por parte dos agentes das transformações revolucionárias na educação e no ensino. Segundo Ivanov:

Os estudantes soviéticos de 1920, na generalidade, aceitaram com entusiasmo, o comunismo. [...] Havia grande interesse pelos discursos políticos e debates — estes últimos ainda eram possíveis naquele tempo — e pelas chamadas ‘atividades sociais’, isto é, vários clubes organizados para estudos da ciência e participação no drama, música, esportes e imprensa estudantil, etc. Os estudantes muitas vezes tomavam parte nas campanhas contra o analfabetismo, levadas a efeito entre o povo em geral (1959, p. 232).

Referente à sequência dos acontecimentos, o autor frisou:

É preciso acentuar que a maioria dos estudantes que foram a princípio os mais fervorosos adeptos da ideologia comunista em 1920, voltaram-se para o lado de Trótski, Zinoviev e Bukhárin, em oposição a Stálin, e muitos deles participaram do infeliz destino dos primeiros líderes bolchevistas (1959, p. 233).

Vale destacar que os dirigentes opositores a Stálin acima citados foram os líderes da Revolução de Outubro. Contudo, isso não impediu que fossem massacrados pelo representante da burocracia na segunda metade dos anos 30, durante os chamados Processos de Moscou. O controle do Secretário Geral sobre o Partido e o Estado permitiu a perseguição à oposição. Stálin liderou o processo de expurgos no Partido Comunista, com prisões e execuções dos velhos bolcheviques, bem como dos críticos à dominação burocrática e os seus agrupamentos políticos, que eram expressivos nas escolas e universidades.

O projeto pedagógico da industrialização stalinista esteve distante do socialismo. Medinski, ao se referir aos objetivos educacionais na URSS, afirmou: “se educa nas crianças o amor à pátria soviética, a seu povo e a seu chefe” (1950, p. 34). Nota-se que os objetivos explicitados são muito diferentes ao esperado em relação à formação de indivíduos livres associados, porque além da educação para o trabalho, transformou em matéria de ensino o culto à personalidade dos líderes dirigentes estatais.

A pedagogia socialista sistematizada a partir do movimento dos trabalhadores até então havia se destacado por ser problematizadora, investigativa e preocupada com as funções sociais no sentido do conhecimento *omnilateral*, para a superação das desigualdades e a construção da sociedade sem classes.

Durante o período de Stálin, ao invés da produção de conhecimento socialmente referenciado para a intervenção na realidade, nos espaços como: “Na fábrica, no kolkhoze, na caserna, na universidade, na escola e até no jardim-de-infância ou mesmo na creche, as principais virtudes são a fidelidade ao líder e a obediência sem discussão” (TRÓTSKI, 2005, p. 159).

Assim, a subserviência é exaltada, o debate é cerceado. Nota-se que o novo ensino não corresponde à formação educacional com base na radicalização da democracia, a exaltação da obediência é inadequada ao sistema dos soviets; a escola da URSS no período stalinista proporcionou a formação estreita, funcional à dominação da autocracia no poder — porque separou os produtores da gestão, além de instituir a educação da submissão em detrimento da crítica. Nesse passo, segundo Leon Trótski, “O pensamento crítico e o caráter independente não podem se desenvolver sem crítica”. De modo que

a mais elementar possibilidade de troca de ideias, de se enganar, de verificar e de retificar os erros, próprios e dos outros, é recusada à juventude soviética. Todas as questões, mesmo as que lhe dizem respeito, são resolvidas sem a sua participação. Só lhe permitem cumprir a decisão e cantar glória de quem as tomou (2005, p. 160).

Eis a educação da burocracia stalinista usurpadora da revolução dos trabalhadores. Implementou-se o projeto educacional e a prática pedagógica para adestramento da força de trabalho com base na obediência, na submissão e na exaltação do *status quo*.

O primeiro plano quinquenal traçou duplicar a produção de ferro, quintuplicar a de eletricidade e elevar a produção industrial total em 250%. Os enormes custos do plano seriam financiados pela inflação, a queda no salário real, a expropriação violenta dos camponeses, a diferenciação salarial e a severidade na disciplina do trabalho.

Em 1933, o Estado Soviético lançou o “movimento Stakhanovista”, assim denominado a partir de um “herói do trabalho” – Alexander Stakhanov, que foi um mineiro que superou muitas vezes a sua produtividade. O prêmio para recompensar aqueles que “trabalhavam mais” resultava em um apelo ao interesse individual, bem como ao estímulo material e o gosto pela ascensão social. Como consequência desse movimento, 20% dos assalariados recebiam 40% da massa total dos salários. Portanto, constatou-se a desigualdade social na “ditadura do proletariado”. De um lado, uma aristocracia operária bem remunerada e, de outro, a grande maioria dos trabalhadores que recebia salários baixos.

Ao final do primeiro plano quinquenal, de acordo com Pierre Broué, a diferença entre os salários, que era de cinco, passou a ser de um a trinta e até mais. Os privilegiados eram os primeiros, através de seus filhos, a se beneficiarem com a generalização do ensino, aberto a todos somente no primeiro grau; o segundo grau e o nível superior eram praticamente reservados aos filhos das chefias. Os beneficiários justificavam esses privilégios com seus “serviços”, ou seja, com sua superioridade (1996, p. 106).

Percebe-se que em concomitância à desigualdade na remuneração salarial, houve também o acesso diferenciado na política social, uma vez que o direito à educação foi restringido, pois no período de dominação stalinista, segundo Ivanov, foram introduzidas as

taxas escolares nas universidades e escolas técnicas, e a abolição de bolsas de estudos para todos, ficando estas reservadas apenas para os estudantes destacados. A última medida significava de fato que, dali por diante,

não seriam mais os filhos dos proletários e sim os dos ricos, que teriam a oportunidade de obter a educação superior (1959, p. 241).

Verifica-se que a contrarrevolução stalinista representou o fim da educação gratuita em todos os níveis, rasgando uma das bandeiras sociais caras aos socialistas e comunistas.

O esvaziamento dos soviets enquanto espaços de poder e a eliminação dos revolucionários de Outubro vieram acompanhados da ofensiva contra as conquistas da Revolução de 1917 na educação. Haja vistas que, foi reestabelecida a separação dos sexos nas salas de aula, pondo fim ao ensino misto; reintroduziu-se o latim no conteúdo escolar, abandonou-se a educação pelo trabalho; instituiu as taxas escolares, suprimindo a gratuidade no ensino superior e parte do ensino secundário; e, em 1940, restabeleceu-se a desigualdade diante do saber com base nos títulos acadêmicos.

Acerca do resultado da educação stalinista no processo produtivo e do acelerado ritmo de crescimento industrial, para Moshe Lewin,

No início de 1941, treinamento inadequado era praticamente uma regra generalizada entre os qualificados com ‘engenheiros’ e técnicos. Somente 19,7% deles tinham qualificação superior e 23%, uma qualificação de escola secundária; 67% eram *praktiki* que provavelmente nunca haviam completado o secundário (2007, p. 78).

A despeito dos avanços quantitativos, a educação soviética no início da década de 1940 não havia proporcionado a formação qualitativa de sua força de trabalho, resultado dos obstáculos ao acesso à escola para o conjunto da população desde os anos 1930.

Portanto, seja pelo seu plano social, ou pelo projeto educacional, o stalinismo não pode ser considerado a continuidade automática da Revolução de Outubro ou, tampouco, do bolchevismo, visto que as medidas instituídas e a base de apoio social foram distintas. Como bem observou Luiz Carlos Freitas: “Os primeiros pedagogos soviéticos, os pioneiros, foram calados ou assassinados na década do terror stalinista – os anos 1930. Esta geração teve o seu trabalho brutalmente interrompido” (2009, p. 80).

A contrarrevolução stalinista na educação realizou a

supressão pela força de toda uma geração ilustre e criativa de pedagogos altamente comprometida com a causa dos trabalhadores: Blonsky, Krupskaya, Lunatcharsky, Prokovsky, Pistrak, Pinkevich, Shulgin, Krupenina [companheira de Shulgin], entre outros. Não foi só o silenciamento e a eliminação física: os textos de Pistrak, por exemplo, não podiam mais ser usados nas instituições de ensino após sua prisão em 1937 (Freitas, 2009, p. 81).

Sendo assim, o stalinismo interrompeu a experiência de educação socialista que se praticara na União Soviética. A transição ao socialismo foi incompleta também na educação e no ensino; não sendo consolidada a pedagogia coerente com a construção da sociedade sem classes.

A transição incompleta e a educação revolucionária

O czarismo praticou a espoliação educacional sob os povos do Império Russo. O metabolismo social do capital na formação russa dispensou a educação popular, visto que o Estado esteve articulado aos interesses da aristocracia agrária. A nobreza, o czar e a sua burocracia formaram os obstáculos para o cultivo das letras entre os populares.

Com a Revolução de Outubro ampliou-se as potencialidades da educação. Ocorreu o aumento de modo significativo do número de vagas em todas as áreas do ensino. Esboçou-se o projeto político pedagógico apoiado na Escola Única do Trabalho e na Educação Politécnica.

No aspecto pedagógico, vale destacar a experiência importante da Escola-comuna enquanto prática concreta. Ao mesmo tempo, deve-se considerar que a educação revolucionária não abarcou todos os espaços de ensino na URSS. Contudo, a despeito de seus avanços e limites, sublinha-se que um patrimônio educacional foi constituído, em especial com a práxis da Escola-comuna dirigida por M. Pistrak, representando um marco no pensamento e na ação socialista na educação e no ensino na perspectiva da humanidade social.

Considerações finais

O stalinismo não deve ser interpretado enquanto a continuidade automática da Revolução de 1917. Nos anos 1930, na URSS houve a consolidação da contrarrevolução no plano social em geral, e na educação em particular. A democracia soviética não foi desenvolvida; ao contrário, a burocracia usurpou a revolução dos trabalhadores, visto que passou ao perpetuar o Estado com intuito de garantir os seus privilégios. Para tanto, utilizou expurgos, prisões e execuções de revolucionários, entre eles a do educador comunista M. Pistrak.

Na esfera educacional, o stalinismo impôs a educação para o trabalho, com divisão por sexo, aboliu a gratuidade, reinstaurou a desigualdade hierárquica no saber, dificultou o acesso à escola e cerceou a utilização dos métodos ativos de ensino e aprendizagem.

Bibliografia

- BROUÉ, P. *União Soviética: da revolução ao colapso*. Tradução: Robert Ponge. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- CHESNAIS, J-C. *A vingança do terceiro mundo*. Tradução: A. Bastos. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- DEWEY, J. *Impressões sobre a Rússia soviética e o mundo revolucionário*. Tradução: Carlos Lucena. Uberlândia-MG: Navegando Publicações, 2016.
- DIETRICH, T. *Pedagogía socialista: origen, teorías y desarrollo de la concepcion marxiana de la formacion*. Ediciones Sigueme: Salamanca, 1976.
- FREITAS, L. C. “A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito”. In: PISTRAC, M. M. (Org.). *A escola-comuna*. [Tradução: Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marench]. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- IVANOV, N. “O preparo de engenheiros soviéticos”. In: KLINE, George L. *Educação soviética*. [Tradução: J. G. Moraes Filho]. São Paulo: Ibrasa, 1959.
- KRUPSKAYA, N. K. “A questão da educação comunista”. In: N. K. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017a.
- KRUPSKAYA, N. K. “Sobre os complexos”. In: N. K. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017b.
- LÊNIN, V. I. “¿En qué piensan nuestros ministros?”. In: *La instrucción pública*. Editorial Progreso: Moscou, 1975a.
- LÊNIN, V. I. “Em torno a la política del Ministerio de Instrucción pública”. In: *La instrucción pública*. Editorial Progreso: Moscou, 1975b.
- LÊNIN, V. I. “Materiales para la revisión del Programa del Partido”. In: *La instrucción pública*. Editorial Progreso: Moscou, 1975c.
- LÊNIN, V. I. “O Estado e a revolução”. In: *Obras escolhidas*. Tomo 2. (Obras escolhidas em 3 Tomos). São Paulo: Alfa-Omega, 1988.
- LÊNIN, V. I. *O programa agrário da socialdemocracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1980.
- LEWIN, Moshe. *O século soviético*. Da revolução de 1917 ao colapso da URSS. Tradução: Silvia Costa, Rio de Janeiro: Record, 2007.
- LUNATCHARSKY, A. “Discurso no I Congresso de toda a Rússia para a instrução pública”. In: *Sobre a educação*. Artigos e discursos. Tradução: Felipe Guerra. Moscovo: Edições Progreso, 1988a.
- LUNATCHARSKY, A. “Comentários”. In: *Sobre a educação*. Artigos e discursos. Tradução: Felipe Guerra. Moscovo: Edições Progreso, 1988b.

- MALIA, M. “¿Que és la intelligentsia rusa?”. In: MARSHAL, Juan F. Los intelectuales políticos. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1971.
- MARX, K. “Manifesto de lançamento da associação Internacional dos trabalhadores”. In: Karl Marx; Friedrich Engels. *Obras escolhidas*. Volume I. São Paulo: Ed. Alfa-omega. s/d.
- MEDINSKI, E. *La instruccion pública en la URSS*. Ediciones em lengua extranjeras: Moscú, 1950.
- MELO, W. F. de. “A Comuna de Paris e a educação: lutas dos trabalhadores e o ensino na perspectiva da humanidade social”. *História Revista: Revista da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação da UFG*. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História, v. 16, n. 2, jul./dez. 2011.
- MELO, Wanderson F. de. “Os comitês de fábrica e as propostas de controle operário da produção: da Revolução de Fevereiro à Revolução de Outubro de 1917”. *Verinotio – Revista online de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras-RJ, v. 23, n. 2, ano XII, nov./2017.
- MELO, Wanderson F. de. “Os professores e a Revolução de Outubro de 1917”. *Universidade e Sociedade*, nº 61. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Jan. 2018.
- PAVLOV, M. “Escolas normais preparatórias na Kirgizia”. In: KLINE, George L. *Educação soviética*. Tradução: J. G. Moraes Filho. São Paulo: Ibrasa, 1959.
- PISTRAK, M. “O trabalho na escola”. *Fundamentos da escola do trabalho*. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981a.
- PISTRAK, M. “O ensino”. *Fundamentos da escola do trabalho*. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981b.
- PISTRAK, M. M. “A escola do trabalho no período de transição”. In: PISTRAK, M. M. (org.). *A escola-comuna*. Tradução: Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marench. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.
- PISTRAK, M. M. “Esboço histórico”. In: PISTRAK, M. M. (org.). *A escola-comuna*. Tradução: Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marench. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.
- PISTRAK, M. M. “As principais características da escola politécnica”. In: PISTRAK, M. M. *Ensaio sobre a escola politécnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- SERGE, V. *O ano I da Revolução Russa*. [Trad. Lólio Lourenço de Oliveira]. São Paulo: Ensaio, 1993.
- SHULGIN, V. N. “Mais uma vez sobre o trabalho socialmente necessário”. *Rumo ao politecnismo*. Tradução: Alexei Lazarev e Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Expressão Popular, 2013a.
- SHULGIN, V. N. “A luta pelo politecnismo”. *Rumo ao politecnismo*. [Tradução: Alexei Lazarev e Luiz Carlos de Freitas]. São Paulo: Expressão Popular, 2013b.

- TRAGTENBERG, M. “Pistrak: uma pedagogia socialista”. In. PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. Tradução: Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- TRÓTSKI, Leon. *A história da revolução russa* [vol. I – A queda do czarismo]. [Tradução de E. Huggins]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- TRÓTSKI, Leon. *A revolução traída*. [Tradução: Henrique Canary, Rodrigo Ricupero e Paula Maffei]. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- ZINOVIEV, M.; PLECHAKOVA, A. *Como foi liquidado o analfabetismo no país dos Soviotes*. [Tradução de I. Diakov]. Moscovo: Editorial Progresso, 1982.

ENSAIOS E DEBATES

CRISE CAPITALISTA, BAIXO NÍVEL CULTURAL E A IGNORÂNCIA COMO IDEOLOGIA: OS CASOS DE ESTADOS UNIDOS E BRASIL

Yuri Martins-Fontes L.^{30, 31}

Resumo

Este ensaio tem como objetivo discutir sobre a desinformação midiática e a deficiência educacional enquanto instrumentos políticos promotores da ideologia dominante e da manutenção do poder, para então melhor compreender uma consequência central dessa “ignorância” planejada: a conjuntura de nova ascensão da extrema-direita no mundo. Como bases para tal análise – sustentada em pesquisas recentes e focada nos casos estadunidense e brasileiro – investiga-se: i) o baixo nível educacional como projeto das classes dominantes, situação que vem se deteriorando; ii) a extrema concentração da imprensa, manipulada globalmente por corporações que produzem a quase totalidade das informações difundidas no planeta, reduzindo a liberdade de opinião em nome de uma suposta “liberdade de imprensa”; iii) e por conseguinte, mediante o conceito de “periferização do mundo”, o processo pelo qual o agravamento da crise estrutural capitalista desde 2008, com consequente aumento da desigualdade e fome, tem levado a uma crescente insatisfação e tensão social – evidenciando com isto certo esgotamento de projetos políticos centristas (como se vê nos casos de EUA e Brasil, aqui investigados).

Palavras-chave: Desinformação; Baixo nível educacional; Liberdade de opinião; Periferização do mundo; Crise estrutural capitalista.

30 Filósofo, professor e escritor. Fundador e coordenador do Núcleo Práxis da USP.

31 Ensaio escrito entre o fim de 2016 e o início de 2017, originalmente publicado em três partes pela revista Caros Amigos (edições de: nov. e dez. 2016, e de jan 2017).

CRISIS CAPITALISTA, BAJO NIVEL CULTURAL E IGNORANCIA COMO IDEOLOGÍA: LOS CASOS DE ESTADOS UNIDOS Y BRASIL

Resumen

El objetivo de este ensayo es analizar la desinformación mediática y la deficiencia educativa como instrumentos políticos que promueven la ideología dominante y el mantenimiento del poder, para así comprender mejor una consecuencia central de esta «ignorancia» planificada: el nuevo ascenso de la extrema derecha en el mundo. Como base para este análisis, que se sustenta en investigaciones recientes y se centra en los casos de Estados Unidos y Brasil, se investiga: i) el bajo nivel educativo como proyecto de las clases dominantes, una situación que se ha ido deteriorando; ii) la extrema concentración de la prensa, manipulada globalmente por corporaciones que producen la casi totalidad de la información difundida en el planeta, reduciendo la libertad de opinión en nombre de una supuesta «libertad de prensa»; iii) y, en consecuencia, mediante el concepto de “periferización del mundo”, el proceso por el cual el agravamiento de la crisis estructural capitalista desde 2008, con el consiguiente aumento de la desigualdad y el hambre, ha llevado a una creciente insatisfacción y tensión social, lo que pone de manifiesto un cierto agotamiento de los proyectos políticos centristas (como se observa en los casos de Estados Unidos y Brasil, aquí investigados).

Palabras clave: Desinformación; Bajo nivel educacional; Libertad de opinión; Periferia del mundo; Crisis estructural capitalista.

CAPITALIST CRISIS, LOW CULTURAL LEVEL, AND IGNORANCE AS IDEOLOGY: THE CASES OF THE UNITED STATES AND BRAZIL

Abstract

This essay aims to discuss media misinformation and educational deficiency as political instruments that promote the dominant ideology and the maintenance of power, in order to better understand a central consequence of this planned “ignorance”: the rise of the far right around the world. As a basis for this analysis—supported

by recent studies and focused on the US and Brazilian cases—we investigate: i) low educational levels as a project of the dominant classes, a situation that has been deteriorating; ii) the extreme concentration of the press, manipulated globally by corporations that produce almost all of the information disseminated on the planet, reducing freedom of opinion in the name of supposed “freedom of the press”; iii) and consequently, through the concept of the “peripheralization of the world”, the process by which the worsening of the capitalist structural crisis since 2008, with a consequent increase in inequality and hunger, has led to growing dissatisfaction and social tension – evidencing a certain exhaustion of centrist political projects (as seen in the cases of the US and Brazil, investigated here).

Keywords: Misinformation; Low educational level; Freedom of opinion; Peripheralization of the world; Capitalist structural crisis.



Recorrendo à história da teoria política, lemos em Gramsci que é melhor sermos pessimistas na análise e otimistas na ação. É certo que o marxista italiano tem sua razão: uma análise deve ser feita sempre se tomando precauções, tendo atenção à margem de erro que pode afundar projetos. Mas o mais importante, na atual conjuntura, parece ser a segunda parte de sua ideia, convergente com a de outro grande representante do pensamento crítico, Mariátegui: a necessidade da fé racional como elemento-chave de um processo transformador, o cuidado para não recairmos na desesperança que afeta – diz ele – a “alma” burguesa desencantada, niilista.

Guinada à direita ou esgotamento das políticas social-democratas?

Analistas de várias colorações, no Brasil e no exterior, vêm proclamando uma suposta guinada à direita que estaria ocorrendo de modo geral no mundo, ou ao menos no Ocidente. Alguns mais ideológicos, buscando

aparentar convicção em sua avaliação *falha* (*Folha de São Paulo*), afirmaram que, com a morte de Fidel Castro, “a esquerda morreu”³². À parte o que há de hilário em tal leviandade jornalística — que já não surpreende —, observamos que se trata da antiga tática de afetar o ânimo do inimigo, que há 2500 anos Sun Tzu já descrevia em sua *Arte da Guerra*³³, e cujo objetivo, hoje em dia, é nitidamente abarcar a simpatia das massas de desiludidos com a política, que apassivados pela vida dura e sem capacidade de discernimento — dado o baixo nível cultural generalizado, fruto de uma mídia e educação indecentes —, preferem seguir de braços dados com os vencedores “que seguem fortes e voltam a vencer”; sofrimento menor, dizem. E se isso vale para o Brasil, vale também para diversas nações “ocidentais” dominadas pela desinformação e deficiência educacional, caso dos EUA, como queremos mostrar neste breve paralelo.

Note-se que não se quer negar categoricamente que vivamos um momento conservador, em que as instituições estruturalmente autoritárias foram (re)tomadas — no caso brasileiro, “de assalto” — por reacionários que estiveram calados por uns anos. Mas sim, quer-se mostrar que isto só é verdade “relativamente” — pois em uma perspectiva “absoluta”, a direita efetivamente *ideológica* não demonstra crescimento: ainda que a mídia corporativa global lhe tenha ampliado a voz, em sua tentativa por barrar reformas sociais centristas e manter intactos os altos níveis de lucros das elites, mesmo na maior crise que atingiu o coração do capitalismo, desde 1929.

Embora se respeitando a avaliação de analistas progressistas, que nos alertam para essa situação delicada — como Guilherme Boulos ao verificar um dos mais vis Congressos de nossa história —, cabe notar que em última análise não foi a *direita* que ganhou votos nos EUA ou no Brasil, mas os centristas — com suas políticas social-democratas ou social-liberais — que

32 Um dentre tantos artigos ideológicos da Folha de S. Paulo, uma das corporações conservadoras que mais influenciam a opinião pública nacional.

33 Tratado de estratégia militar do século V antes de Nossa Era.

os perderam. E ainda mais: se a direita, em ambas as nações, manteve seu poder de votos, isso não demonstra necessariamente uma *opção* propriamente “conservadora” de parte da população, mas se trata de um problema econômico e cultural: a junção de uma situação de declínio de poder econômico das classes médias e baixas, somada a uma estrutura cultural medíocre, cujos fundamentos – ou falta deles – se encontram em uma grande mídia invariavelmente ancorada nos interesses das oligarquias (e aqui nos referimos não aos “10%”, mas ao “1%”), as quais têm por firme *aliado* um sistema educacional cada vez mais precarizado, combinação que tolhe a capacidade de discernimento de grande parte destes votantes “conservadores”, fazendo com que ajam muitas vezes contra seus interesses.

Para se construir uma análise plausível, que dê conta de contribuir ao entendimento da atual conjuntura desfavorável e servir como guia para as transformações sociais e políticas que precisamos, é preciso antes que alcancemos o máximo possível as raízes da questão a ser analisada – tanto elementos econômicos, como culturais e mesmo estatísticos –, despidos das aparências que cintilam em manchetes repletas de interesses. Observemos, num primeiro momento, os jogos publicitários-eleitorais, através de alguns números simples.

Eleições de 2016 nos Estados Unidos

Contra supostas “evidências” de uma guinada à direita, vemos que nos EUA, os números da vitória de Trump não condizem com tal interpretação. Vejamos: Hillary obteve esse ano 61,3 milhões de votos populares (47,8% dos válidos), contra 60,5 milhões de Trump (47,3%) – quem só ganhou as eleições devido ao antidemocrático sistema indireto dessa nação bipartidária (ou antes, na prática, monopartidária, com duas tendências). Já em 2012, Obama conseguiu 51,1% dos votos válidos, contra 47,2% do candidato republicano. E em 2008, o democrata foi reeleito com 52,9% contra 45,7%

do adversário. Como se nota, nos três pleitos a votação republicana foi basicamente a mesma: entre 46% e 47%, sendo que entre a atual (que tanta atenção chamou às avaliações de “guinada à direita”) e a anterior, de 2012, a votação foi quase exatamente a mesma: 47,3 e 47,2%.

Vale aqui uma comparação com o simples e inteligente estudo feito por Caio Dezorzi, que baseado em dados acessíveis (mas pouco observados) sobre os primeiros turnos das eleições brasileiras — ou seja, aquela votação que pode ser vista como mais *ideológica*, ou autêntica —, mostrou que a direita não só não cresceu no pleito presidencial de 2014, como decaiu em relação aos anteriores. No primeiro turno de 2014, Dilma obteve 30,3%; em “segundo lugar” ficaram os brancos e nulos com 27,2%; e Aécio só aparece em terceiro, com 24,4%. Comparemos com 2010: Dilma, 35,1%, contra 25,2% dos brancos e nulos, e 24,4% de Serra. E no primeiro turno de 2006: Lula, 37,1%; Alckimin, 31,7%; e os brancos e nulos em terceiro, com 23,7%. Em suma, a direita liberal — representada pelo PSDB e sócios — manteve exatamente sua votação entre 2010 e 2014, e ainda perdeu votos frente às eleições de 2006 (com o agravante de que em 2006 constava do páreo o mítico Lula!).

O que ocorreu, portanto, e aí está a aparência que devemos dissipar, é que a centro-esquerda petista (aliás, cada vez mais centro, que esquerda) é que perdeu votos para os descontentes (que optaram pelos brancos/nulos) — ou de outro prisma: perdeu votos para a confusão generalizada que em uma crise econômica acomete o cidadão médio sem autonomia para construir um quadro da situação (dada a mencionada situação da mídia e da educação), e que assim tende a culpar por seu “regresso social” (unicamente) o lento neodesenvolvimentismo lulista, que comanda o executivo. Isso o leva a buscar novos *salvadores*, caras que pareçam novas (caso de Marina Silva, que, agora em posição conservadora, é opção de muitos que gostariam de aprofundar as reformas mínimas do lulismo, sem falar no “não-político” Dória).

Mas voltemos aos EUA: a eleição de Trump não pode ser atribuída

a um *ideológico* apoio das massas a esse “psicopata que presidirá os EUA” – na definição de Altamiro Borges. Seu “pensamento” ou o significado efetivo de suas frases sórdidas pouco tem que ver com *guinadas* realmente conservadoras; como tampouco houve “guinada” no Brasil. Não se pode confundir o esvaziamento das políticas centristas dos EUA e Brasil, e a consequente pauperização (concreta, na realidade palpável do bolso do povo) de seus antigos eleitores, com “tendências” reacionárias ou fascistas.

Tanto nos EUA, como no Brasil, trata-se de gente insatisfeita com a situação econômica que descamba (por aqui o sentimento é mais doloroso, já que não estávamos estagnados, mas em um processo de franco crescimento). De fato, que significa para um jovem de 20 anos o governo do PT, senão aquele que esteve no poder em toda sua vida minimamente crítica (os últimos 13 anos), e o qual neste tempo fez a felicidade dos bancos? Para um jovem brasileiro, bolsa-família, Prouni, políticas agrárias, direito dos negros e homossexuais, bilhete único, salário-mínimo mais valorizado, seguro-desemprego são (eram) favas contadas, ou de outro modo, eram o mínimo que um Estado tinha de oferecer ao cidadão. E como mostraram as jornadas de junho de 2013, eles agora queriam mais. Bradar por isso não pode ser visto como uma opção conservadora, pelo contrário.

Já nos EUA, guardadas as proporções e os tempos um pouco distintos dos eventos-chave, o “movimento” eleitoral (com aparência de movimento “político-ideológico”) se deu de modo parecido.

Declínio econômico nos EUA

Desde a crise econômica de 2008, que como colocado, foi a primeira em 80 anos a afetar o centro do sistema, e que logo atingiria o mundo inteiro (mediante a emissão de dólares pelo centro financeiro do mundo para a salvação de seus bancos), as populações mais vulneráveis do planeta têm visto suas pequenas conquistas sociais das últimas décadas se esvaziarem.

Neste processo, nos abalados EUA, algumas providências urgentes foram tomadas pelos tradicionalmente belicistas governos democratas, para amenizar as consequências internas, como especialmente: a promoção de diversas guerras mundo afora (Ucrânia, Síria, Líbia, além da manutenção do conflito do Afeganistão e outros menores), nas quais as impactantes indústrias estadunidenses de armas e de construção civil puderam ser fortemente aquecidas, além de, no âmbito da política internacional, ter sido uma maneira de os EUA se livrarem de opositores ao hegemônico neoliberalismo (Kadafi, Al-Asad, Yanukovitch), e de mostrarem força frente à crescente influência russa e chinesa, que questionam sua unipolaridade nas relações internacionais.

Contudo, se tal política externa “democrata” melhorou a condição das elites na crise, no âmbito interno a desigualdade somente cresce há anos, e já atinge 1/6 da população estadunidense. Hillary em sua campanha tentou jogar a desgraça na conta de Obama, mencionando o fracasso das políticas sociais centro-direitistas dos democratas (o termo “centro-direita” vale só na política interna, pois externamente os *democratas* são quase tão de extrema-direita quanto os *republicanos*). Para a candidata derrotada, era prioridade a implantação de um grande programa de criação de empregos: “somos o partido da classe trabalhadora, mas não fizemos um trabalho bom o bastante”.

Há bastante tempo a fome é um problema dos mais graves nos EUA. Segundo o Censo de 2014, quase 47 milhões de estadunidenses passam fome (em algum período do ano), o que se configura em uma tragédia que atinge uma população semelhante à da Argentina (U. S. Census Bureau, 2014)³⁴. É certo que Obama tentou fazer algo pelos mais pobres, caso de seu programa de reforma da saúde — o “obamacare” —, que porém acabou se tornando uma faca de dois gumes: de um lado, deu assistência aos mais miseráveis, de outro, onerou a saúde da classe média baixa, imediatamente acima na pirâmide social

34 Um resumo deste Censo pode ser lido em Hunger Notes (<https://www.worldhunger.org/hunger-in-america-united-states-hunger-poverty-facts-2018>).

(em substanciais 250 dólares, mínimo mensal obrigatório).

Um dos pilares sólidos que mantém esta situação de pauperização, é o problema da desigualdade social. A partir de trabalho de peso realizado pelos economistas T. Piketty e E. Saez, vemos que entre 1993 e 2012 a renda média real dos 99% mais pobres cresceu anualmente 0,34%, enquanto a do 1% mais rico cresceu dez vezes mais: 3,3%/ano³⁵.

Em breves linhas, constam aqui alguns elementos para a reflexão. No próximo item discutiremos a outra face dessa estrutura que mantém a desigualdade e passividade social — a citada questão do baixo nível cultural histórico como “projeto de Estado”, o que nos termos de um relatório governamental estadunidense, trata-se de uma “crescente maré de mediocridade”: “Nossa nação corre riscos”.

Baixo nível cultural como projeto de Estado

Após apresentados alguns aspectos eleitorais e socioeconômicos que em tempos de crise mundial levaram projetos políticos *centristas* a perderem espaço para facções conservadoras — que ora assumem o poder nos EUA e Brasil (dentre outros países) — continuemos com o paralelo entre essas duas nações.

Como vimos, EUA e Brasil são bastante assemelhados em certos quesitos negativos. Lancemos agora um olhar à questão cultural — já que quando falamos em uma suposta “guinada à direita”, pressupõe-se que aquele que “guinou” tomou esta atitude conscientemente, escolhendo representantes reacionários de acordo com seu discernimento e liberdade de opinião.

Na construção da opinião pública, duas instituições são cruciais: a mídia e a educação, ambas formadoras das estruturas dentro das quais se movem os valores, os princípios de uma sociedade. Tratemos primeiramente da grande mídia corporativa — cada vez mais concentrada e *globalizada*, no sentido mais

35 Entre vários trabalhos de ambos os autores, ver: T. Piketty e E. Saez, “Desigualdade a longo prazo” (Science, 2014).

daninho do termo –, que hegemoniza e homogeneíza nossas doses diárias de “verdade” (e deixemos para mais adiante a questão educacional).

É bem-sabido que o surrado conceito de “liberdade de imprensa” – na acepção limitada, que se restringe a certos interesses de grandes meios de manipulação informativa – não inclui e mesmo se opõe à “liberdade de opinião”. Tais oligarquias controladoras da imprensa, aliás – representantes do 1% global –, são os atores fundamentais que contribuem permanentemente ao “*progresso do nosso subdesenvolvimento*” (como diria Stanislaw Ponte Preta).

No entanto, esse “progresso” da desgraça moderna – que tem por pilar a desinformação e o entretenimento vulgar –, não ocorre somente no Brasil ou em países submissos como o nosso, mas cada vez mais se faz presente no centro do sistema capitalista.

Periferização do mundo

Como observa o filósofo Paulo Arantes em *A fratura brasileira do mundo* (2001), os países que comandam o neoliberalismo têm experimentado uma “brasilianização” ou “periferização” de suas sociedades – as quais estão se tornando mais parecidas com nossas nações inconclusas e desestruturadas da periferia (vejam-se os frequentes incêndios de carros nos apinhados subúrbios de Paris, ou as revoltas generalizadas contra a supressão de políticas europeias de bem-estar social).

Nos Estados Unidos, nas últimas décadas houve uma exponencial concentração da mídia (e inclusive o enfrentamento desse problema foi promessa não cumprida da campanha de Obama). Talvez por essa passividade do *democrata* no tema, mas sobretudo por suas atitudes intensamente belicistas, que movimentaram e agradaram muito aos “mercados” (renovação do estoque de armas, reconstrução de nações destruídas, apropriação de recursos energéticos), a imprensa estadunidense se colocou a favor dele, contra a candidatura de Trump – apesar de que o *republicano* em assuntos

internos certamente se alinha mais com os objetivos de *Estado mínimo* pregados pelas poderosas organizações de comunicação do país. De todo modo, como se viu, esse apoio midiático ao *democrata* não foi suficiente para que, em curto tempo, se convencesse uma população sistematicamente “formada” na falta de princípios humanos (mediante fortes doses diárias de televisão e outras formas de violência, sempre a pregar valores como o individualismo, o machismo, a xenofobia, a competitividade, a lei do mais forte), a de repente negar seu voto a um candidato “apenas” pelo fato de ele ser machista, xenófobo, estúpido, racista...

Já no caso brasileiro, lembremos que um dos pilares do tripé promotor do golpe de Estado que neste ano derrubou a presidenta eleita foi justamente a mídia – ao lado de um parlamento e um judiciário dos mais desonestos da história de nossa semi-nação, instituições que conseguem causar estupor mesmo dentre seus pares (congressistas e togados quase sempre reacionários) europeus. O presente golpe, vale recordar, começou ainda na campanha de 2014, e dentre outros interesses, foi motivado por Dilma ter aventado colocar em pauta a regulação dos meios de comunicação.

Por esta mesma época, a jornalista britânica Sue Branford – colaboradora dos maiores e mais influentes meios corporativos (conservadores) do mundo, como *BBC*, *Financial Times* e *Guardian* –, em mesa de debate com Otávio Frias criticou a vergonhosa concentração da mídia brasileira em mãos de poucas famílias que, segundo ela, manipulam notícias mediante *ênfases* e *omissões* planejadas, além de forjar *edições* de coberturas que distorcem os fatos. O capo da *Folha de S. P.*, irritado com a insinuação, em sua resposta falha, limitou-se a tentar desqualificar a jornalista, sugerindo que ela agia “como petista”. Apesar do esbravejamento, o herdeiro júnior sabe bem que seu jornal-partido protagoniza a manutenção da extrema falta de liberdade informativa brasileira.

Segundo relatório de 2013 publicado pela ONG *Repórter Sem*

Fronteiras, o Brasil sofre com um alto grau de “concentração midiática”³⁶, o que contrasta com a “extrema diversidade de sua sociedade civil”; este problema advém de um sistema nacional de comunicação estruturado pela ditadura militar, que ainda segue vigente. O documento afirma que “dez grandes grupos econômicos” – cada qual representando uma “família” – repartem a quase totalidade da “comunicação de massas” no país. Dentre estes, se destacam: na televisão, o grupo *Globo* (Marinho), o *SBT* (Sílvio Santos), a *Rede Bandeirantes* (Saad) e a *Record* (do industrial de igrejas Edir Macedo); e na imprensa escrita, além da *Folha* (que vem surpreendendo mesmo os concorrentes com sua ânsia golpista de nível Kataguiri), o *Estado* (Mesquita), a *Editora Abril* (dona da *Veja*, órgão conservador dos Civita) e, novamente, os Marinho (filhos de 1964, com seu jornal *O Globo*).

O Partido da Imprensa Golpista global: dos EUA para o mundo

O problema da falta de democracia na imprensa, contudo não é uma particularidade brasileira. Conforme entrevista do fundador do Wikileaks, Julian Assange, se no Brasil “há seis famílias que controlam 70% da imprensa”, este desequilíbrio chega a ser pior em países supostamente “desenvolvidos”, como a Suécia em que 60% da mídia é comandada por uma só organização, ou na Austrália, em que o tal Rupert Murdoch detém sozinho mais da metade da imprensa escrita.

No caso dos Estados Unidos, a relação entre a mídia e a política direitista é ainda mais orgânica – e a concentração de poderio, como mencionado, vem se agravando. O premiado jornalista e professor da Universidade da Califórnia, o armênio Ben Bagdikian mostra em seu estudo (*O monopólio da mídia*, 2000) que, se no início dos anos 1980 cinquenta empresas dominavam a comunicação nacional, no final dos 1990 elas tinham se reduzido a somente dez corporações. Em 2004, o autor reviu e atualizou sua obra,

36 Ver sobre este relatório: “ONG denuncia concentração de mídia e falta de liberdade de imprensa o Brasil” (Correio da Cidadania, 2013).

acabando por verificar que naquela data eram apenas cinco as empresas que monopolizavam 90% da informação de massas: Time Warner (*CNN, AOL*), Disney (*ABC, D. Channel*), Murdoch's News Corporation (*Fox, The Wall Street Journal*), Bertelsmann (*RTL Group, Penguin Random*) e Viacom (ex-*CBS, Paramount, MTV*).

Esses conglomerados corporativos não só controlam a opinião pública estadunidense, como influenciam diretamente diversos estamentos governamentais, caso do Conselho de Relações Exteriores, que durante o governo Obama promoveu o armamento de grupos neonazis em prol da destituição do governo eleito ucraniano e incendiou nações cujos governos eram opositores (Venezuela, Síria, Líbia), além de ter apoiado vários golpes de Estado (Honduras, Paraguai e Brasil). Logicamente, antes de iniciar cada conflito, tais meios se comprometeram com a construção dos discursos que os legitimariam nas televisões, jornais, cinemas do mundo.

Nos últimos anos, a concentração de poder não se modificou, mas apenas trocou parcialmente os sócios no comando: este ano, a *Comcast*, após sua fusão com a *NBC* (General Electric-Vivendi) alcançou, de acordo com a revista *Forbes*, o cume na hierarquia midiática – hoje designada como os *seis grandes* (“top six”).

Tais megacorporações possuem e controlam a informação nos EUA, mas também em várias nações subalternas – da América e do mundo. São impérios empresariais – multinacionais com braços financeiros – que ademais de gerir e eleger a informação disponível para nosso “consumo”, dirigem um imenso negócio de entretenimento, que abarca do cinema, música, teatro, saites de internet e publicações de livros enlatados, até o impactante e perigoso mercado da indústria de produção e distribuição de conteúdos televisivos padronizados, que chegam a grande parte dos domicílios de todo o mundo. Note-se que a televisão é provavelmente o mais potente veículo (de)formador de opiniões do planeta. No caso dos

EUA, país caracterizado pelo apreço à tecnologia e artificialismo, em que o cidadão médio assiste cerca de 5 horas de televisão por dia (segundo pesquisa de 2009 da *Nielsen Media Research*), a manipulação da consciência geral da população pode, portanto, chegar a níveis de ficção científica *matrixiana*.

Daí não ser surpresa a vitória de um elemento energúmeno como Trump – ou em nosso caso bananeiro, da quadrilha que conforma a ampla maioria do pífio Congresso atual. É certo que ninguém vota *contra* seus interesses “conscientemente”. Mas o problema é justamente este: a construção de uma “consciência” autônoma é algo quase inacessível à maior parcela da população mundial que, além de sujeita à precarização e tecnicização de um ensino sem visão do *todo* (tema que ainda trataremos), são vítimas dos desígnios do *PIG Global* – essas megacorporações financeiro-midiáticas que, em nome de sua própria “liberdade” de imprimir e difundir sua ideologia, cultivam a desinformação geral.

Desinformação como projeto de Estado

Assim, quando ouvimos esses discursos “vitoriosos” dos porta-vozes do sistema – o PIG global que em grande medida é comandado desde os EUA –, bradando que a esquerda “está morrendo” e o capitalismo-fim-da-história triunfa, cabe duvidar do imediatismo e dos interesses por trás de tais análises superficiais que, borrifadas nas ondas impostas pelo jornalismo comercial contemporâneo, proclamam a cada instante “novas tendências globais”, legando a meras aparências (eventos relativos) uma “legitimidade” de fatos consolidados pela história. Eleição não reflete democracia e o poder momentâneo da extrema-direita nos EUA e Brasil não reflete uma ideologia efetivamente conservadora ou fascista, mas antes revela a falha das reformas mínimas centristas (social-democratas) – desgastadas e que já não dão conta das necessidades atuais.

Em uma situação na qual a “imensa maioria dos cidadãos é analfabeta

– total ou funcional –, pode-se falar em liberdade de expressão e de pensamento?” – ponderava Fidel Castro, ao que ele mesmo contesta: “Muitas pessoas no mundo não só carecem de liberdade para pensar, mas tiveram seu aparelho pensador destruído”.

De fato, não há motivo para surpresas: nas primeiras décadas do século XX, o pensador marxista Walter Benjamin, no ensaio “O narrador”, já advertia que a difusão da imprensa – com suas informações compartimentadas, que não promovem a reflexão – foi um dos principais instrumentos consolidadores do capitalismo. “Basta olharmos um jornal para percebermos que seu nível está mais baixo que nunca, e que da noite para o dia não somente a imagem do mundo exterior mas também do mundo ético sofreram transformações que antes não julgaríamos possíveis” – reflete ele (e não fala de hoje, mas dos idos de há um século). A crise capitalista não é um desvio, mas uma planejada permanência.

A ignorância como ideologia: a educação nos Estados Unidos

Quando lemos nos jornais que uma potência econômica supostamente “desenvolvida” elegeu como presidente um megaempresário chauvinista, racista e desequilibrado o suficiente para causar uma guerra mundial, ou que a metrópole mais “desenvolvida” de um país emergente elegeu como prefeito um multimilionário (Dória) com idade mental de adolescente para queimar verbas públicas enxugando gelo em uma cruzada cinzenta contra pichadores (estes incontornáveis artistas subversivos), certamente, a todos que pudemos desfrutar de uma educação minimamente questionadora acerca da realidade, nos vêm a ponderação: por que tal miséria?

Como discutido anteriormente, não se pode afirmar que tais maiorias populares que votaram contra seus interesses (de classe e humanos) o tenham feito de modo lúcido. Antes, as explicações podem ser encontradas no desencanto *palpável* dos bolsos das classes populares com as políticas

centristas cada vez mais “mínimas”; e no baixo nível cultural generalizado (em especial nos EUA e Brasil), problema que não é decorrente da falta de estruturas que possibilitassem mudanças, mas da própria visão política da “modernidade ocidental” – que tem na mediocridade cultural o *pilar* de seu projeto de Estado (forma mais sutil do que as armas para a manutenção do poder e da concentração de renda).

Quanto a este último ponto, tratamos já do caso do “PIG global” e seus interesses político-mercantis – enquanto empresários e voz das classes dominantes. Verifiquemos agora a questão da deterioração da educação, focando-nos nos EUA, esse império moderno – país no qual a falta de verba nunca foi, nem de longe, um obstáculo.

Estados Unidos (e Brasil): baixo nível educacional como ideologia para o “progresso”

Em um extremo oposto ao de Cuba – pequena ilha de população igual à da cidade de São Paulo, cujo índice de alfabetização é de 99,8% (3º do mundo após Geórgia e Eslováquia segundo relatório do PNUD-ONU de 2016), e que justamente por possuir uma população crítica, a cada menor gesto atrai para si as manchetes oligárquicas de todo o mundo –, os EUA (e o Brasil, seu tradicional vassalo) têm por característica histórica a insuficiência educacional de sua população. Isto, com a peculiaridade que tal baixo nível no ensino – logicamente não relacionado à escassez de recursos desta riquíssima nação – nunca foi tido como um problema crucial a ser enfrentado efetivamente pelo Estado, mas sim tratou-se de um “projeto” político-ideológico (embora por vezes o excesso de ignorância nacional tenha ligado o alerta de alguns de seus governos).

A situação de deterioração educacional nos EUA remonta ao início do século XX, quando o então presidente Wilson se reúne com os maiores

empresários do país, com o intuito de encontrar formas para resolver o problema da falta de mão-de-obra qualificada para a indústria. A partir das ideias de industriais como Frederik Taylor, Henry Ford e Andrew Carnegie, a educação estadunidense se consolidou no sentido de formar uma grande massa (quanto maior, mais barata) de trabalhadores disciplinados e qualificados para operar máquinas, os quais, por outro lado, teriam aumentado seu poder de compra, aquecendo a economia daquele período da Grande Guerra. Instituiu-se assim as bases da sociedade de consumo que rege nossos dias, levando-se a cabo um modelo de ensino massivo e gratuito para o povo, que o capacitava a desempenhar com eficiência trabalhos mecânicos (que naquela época foram fundamentais à indústria, mas se tornariam mais e mais obsoletos), ao mesmo tempo em que se reduziu a quase nada a formação em temas das humanidades – que pudessem favorecer o questionamento da sociedade e consequentemente causar problemas. Em meio a isso, como não poderia deixar de ser, as classes dominantes investiram em técnicas pedagógicas que formariam uma pequena elite de executivos, bem adestrados na capacidade de decidir e manipular.

Quanto ao Brasil, desde meados do século XX, com a ascensão do poderio e influência estadunidense no pós-Guerra, o país se afasta da concepção educacional europeia, até então mais humanista, passando a seguir os EUA nesse modelo “universalizante” da baixa qualidade – tecnicista, acrítico e logicamente elitista (com a propagação das escolas particulares, como escape das elites).

Já no final do século, o problema ganharia uma dimensão perigosa, que fez tal projeto ser ao menos repensado – embora nada de contundente tenha sido feito. Para ilustrar o caso, vejamos a impactante análise da historiadora Susan Berglund, professora da Universidade Central da Venezuela e doutora por Massachusetts (EUA). Nos anos 1980, os EUA tinham se tornado o grande banco central do mundo – após romperem unilateralmente com

a paridade dólar-ouro, contando com a submissão europeia, gesto que os encaminhariam para se consolidar nos 1990 como a única superpotência do planeta. Por este tempo, um emblemático relatório da *National Commission on Excellence in Education*, feito no governo R. Reagan, mostrou que esse período “áureo” da política externa e economia não se traduziu em benesses fundamentais para a população. “Nossa nação corre riscos” – diz o estudo –, pois que as bases educacionais do país (já tão pouco sólidas) estão sendo destruídas por uma “crescente maré de mediocridade”, o que ameaça, concluem os autores, o futuro da nação e do povo: são então 23 milhões são analfabetos funcionais, e 40% dos jovens de até 17 anos são analfabetos.

Segundo a pesquisadora, os motivos de tal situação foram, além da pobreza de certos distritos educacionais e da falta de preparação docente (derivada dos baixos salários), os programas educacionais de “estudos gerais” implementados, que deram imensas “liberdades” para que as crianças desde bem jovens escolhessem (de acordo com sua supostamente “autônoma” consciência infantil) o que queriam ou não estudar – segundo a proposta escola-novista de viés pós-moderno (que hoje domina as mais conceituadas escolas particulares brasileiras e influencia, em seu pior aspecto, as públicas). Retirou-se assim a obrigatoriedade de disciplinas menos úteis ao programa político oligárquico, como História e Filosofia, e mesmo um segundo idioma – como era de se esperar –, mas surpreendentemente, até a Matemática foi precarizada (reduzida a só um ano de obrigatoriedade)!

Note-se de passagem que isso se deu aos moldes do que vem impondo o atual governo golpista brasileiro, segundo a anacrônica cartilha do neoliberal FMI (que aliás, nem o próprio FMI defende mais), e sendo assessorado publicitariamente por pseudo-atores globais e movimentos “apartidários” bancados pelo Instituto Millenium/DEM/PSDB, dentre outras mentes iluminadas do gênero.

A alarmante ignorância no novo século

Uma década depois, no início do século XXI, vejamos certos frutos simbólicos desta crise displicentemente enfrentada. Em 2006, motivada pela intensa campanha midiática da guerra dos EUA contra o Iraque, a revista *National Geographic* elaborou pesquisa que mostrou que apenas 37% dos jovens do país sabiam localizar a tão falada nação asiática no mapa-múndi; e o que talvez seja mais grave: a metade dos entrevistados foi incapaz de dizer onde ficava Nova Iorque no mapa dos EUA. Mas o despreparo vai muito mais longe: um terço dos jovens afirmou que a população de seu país gira em torno de 1 a 2 bilhões de pessoas (quando são 300 milhões); e somente 14% — um em cada sete — opina que é importante conhecer uma língua estrangeira. Em sua conclusão, o relatório afirma que os jovens do país “não estão preparados para um futuro cada vez mais globalizado”. E talvez aí resida uma pista do porquê de ter sido eleito um nome conservador como Trump, pois, como já estudado amplamente na psicologia, o sujeito menos capaz de compreender a complexa realidade em movimento, tende a manter-se em posições rigidamente defensivas, “conservando” deste modo os poucos elementos já familiares que está apto a compreender.

Mas sigamos com as evidências desta crise que transcende a educação e ameaça a própria civilização, visto que nas mãos de um literalmente estúpido governante se encontra um poderio bélico suficiente para a destruição de vários planetas — o que, segundo projeções otimistas, no mínimo deve nos levar a uma nova guerra fria nos próximos anos. Segundo a *Avaliação Nacional do Progresso Educacional dos EUA*, em pesquisa de 2009, 68% dos alunos de escolas públicas chegam ao terceiro ano fundamental sem saber ler, e menos da metade dos que terminam o ensino médio têm níveis de leitura suficientes para cursar uma universidade.

Ainda neste período, um estudo da Universidade do Texas revelou que 25% dos professores de Biologia das escolas públicas do país acreditavam que os dinossauros teriam habitado a Terra ao mesmo tempo que os primeiros humanos — desconhecendo (mesmo sendo biólogos) o hiato de breves 60 milhões de anos que separam a existência de uma e outra espécie. Ademais,

70% dos professores de ciências do ensino médio, desconhecem as normas nacionais de ensino da evolução das espécies, e continuam ensinando a seus alunos tão somente o “criacionismo”. Tais dados decerto têm ligações íntimas com pesquisa do instituto Gallup que mostra que 42% dos estadunidenses creem que um deus criou os seres humanos há menos de 10 mil anos.

Os exemplos são muitos, e não é possível analisar aqui a todos, mas para finalizar, em 2014 uma enquête da *Fundação Nacional para a Ciência dos EUA* (NSF) revelou que um em cada quatro estadunidenses não sabe que a Terra gira ao redor do Sol (Neuman, 2014); e que metade da população do país considera a *astrologia* uma ciência e simplesmente “desconhece” a teoria de que o homem descende dos primatas. Diante do absurdo de tais números, a pesquisadora Megan Strom, em seu artigo “Promovendo a ignorância nos Estados Unidos”, se pergunta se esses dados teriam relação com o fato de que, mesmo com tantas evidências e catástrofes, 74% dos senadores estadunidenses ainda negam o aquecimento global. Trump, aliás, nos primeiros dias de mandato, já mandou deletar a seção dedicada às mudanças climáticas do portal da Casa Branca.

O fracasso neoliberal da privatização do ensino

Um fato primordial para uma análise do problema apresentado é que os baixos índices de rendimento acadêmico dos EUA se localizam especialmente nas comunidades mais pobres, e têm ligação direta com os cortes no orçamento da educação, promovidos pelas correntes privatizadoras que atacam o setor público desde há décadas. Dados recentes mostram que, se 47% dos estudantes até a oitava série foram reprovados em inglês, no caso das escolas periféricas de Nova Iorque, este número ascende a 65%. Trata-se de um modelo educacional que responde a uma lógica mercantil – fundada no poder de compra e que fomenta o individualismo, a competição (ou seu florido eufemismo, a “competitividade”), não valorizando o desenvolvimento

do estudante no sentido pleno de suas capacidades humanas.

Com cerca de 50 milhões de alunos matriculados, os EUA têm hoje um dos níveis educacionais mais baixos do mundo rico. O Departamento de Educação, em 2013, afirmou em relatório que a “competitividade global” de seu ensino está debilitada, e que isso se deve ao enorme abismo que existe entre as “condições socioeconômicas dos distintos grupos sociais”, e ao baixo nível de profissionalização dos professores, mal remunerados.

Já no caso do Brasil – de *intelectuais* reacionários do nível do ator de enlatados Alexandre Frota ou do fofoqueiro-influenciador Marco Antonio Villa – a situação é parecida. Após um breve hiato de neodesenvolvimentismo lulista, que atuou por alguma melhoria da educação – embora insuficiente e priorizando sempre o consumo –, vemos o Brasil retomar sua orientação histórica: rumo ao atraso. Segundo o relatório trianual PISA/2015 (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)³⁷, estudo que é uma referência mundial da área e que avaliou a aprendizagem de estudantes de 15 anos em 70 países, o Brasil – embora tenha aumentado seu investimento no ensino durante o lulismo (passando de 32% a 42% da média dos países centrais do capitalismo, os ditos “desenvolvidos”) – não viu ainda essa verba se refletir em uma melhora efetiva. O país continua nas últimas posições das 3 áreas analisadas: ciências (63°), leitura (59°) e matemática (65°). Já os EUA – à semelhança do Brasil, se guardadas as proporções – também figuram dentre os últimos dos últimos, quando se leva em consideração somente os países ricos.

Em nossa realidade brasileira, na qual as escolas particulares desfrutam de tanto prestígio por dentre as classes médias, um dado curioso chama a atenção: os alunos das escolas particulares, mais abonados e bem estruturados (com mais tempo livre, apoio familiar e melhor alimentação), saíram-se infimamente melhores de que seus colegas em inferiores condições

37 Ver relatório do INEP/MinC: “Brasil no PISA 2015” (2016).

socioeconômicas da rede pública. Esta foi inclusive uma das menores diferenças registradas entre o ensino público e particular no mundo. Segundo estudiosos do tema, entrevistados pela *BBC-Brasil*, os motivos deste aparente paradoxo é que a baixa valorização (não só econômica, mas moral) do professor brasileiro não acomete apenas os funcionários públicos, mas é generalizada. Salários (extremamente) baixos, falta de motivação profissional, formação deficiente dos professores e falta de autonomia docente estão dentre as causas principais.

No outro polo deste quadro, temos países como Cuba e Cingapura. Se Cuba detém a melhor educação da América, sendo inclusive superior a muitos dos países mais ricos do mundo, e comparada a nações-modelo como Cingapura, Suíça e Canadá, isso não se trata de um milagre. Ao contrário da América Latina que de modo geral destina cerca de 4% do PIB à educação, o governo socialista caribenho destina mais de três vezes este valor: 13%. Segundo recente declaração do Banco Mundial – órgão político conservador e liberal: “Cuba é internacionalmente reconhecida por seus êxitos nos campos da educação e da saúde... comparando-se a países desenvolvidos” (algo que a ONU há décadas já reconheceria, mas que ganha significado quando vindo da voz do inimigo).

Já a pequena e rica cidade-Estado de Cingapura é tida como detentora da melhor educação de todo o mundo e, como Cuba, tem práticas que certamente poderiam guiar Estados educacionalmente precários (EUA, Brasil), tais como: políticas de valorização econômica e social do professor, com plano de carreiras que incluem atividades de pesquisa e de direção de escola, formação pedagógica continuada e mesmo remuneração das atividades “invisíveis”, típicas do magistério, como o tempo de preparação da aula e correção dos trabalhos escolares.

Considerações finais

Certamente, tais parâmetros estão longe de nossa realidade política

brasileira atrasada, que se arrasta de golpe em golpe, e em especial, longe desse momento caótico em que é imperativo ao governo reacionário buscar apoio no que há de mais arcaico e fascista – atacando como era de se esperar aqueles personagens cuja função é justamente a promoção da crítica: os artistas, os educadores.

Efetivamente, como afirmou o grande pensador brasileiro Caio Prado Júnior (ele o disse em relação ao Brasil, mas se trata de uma ideia que parece ter validade universal): o baixo nível cultural das elites, seu pouco apreço pela leitura, pelo estudo, reflete-se na população e vice-versa, de modo dialético. Vide o caso Trump.

Bibliografia

- ARANTES, Paulo. *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CORREIO DA CIDADANIA. “ONG denuncia concentração de mídia e falta de liberdade de imprensa o Brasil”. *Correio da Cidadania*, 06/02/2013. Disp.: <https://www.correiocidadania.com.br>.
- INEP. “Brasil no PISA 2015”. *INEP/MinC*, 06/12/2016. Disp.: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2016/pisa_brasil_2015_apresentacao.pdf.
- NEUMAN, Scott. “1 in 4 americans thinks the Sun goes around the Earth, survey says”. *National Public Radio (NPR)*, 14/02/2014.
- PIKETTY, T.; SAEZ, E.. “Desigualdade a longo prazo”. *Science*, v. 344, n. 6186, 2014.
- PNUD. “Human Development Report 2016: overview”. *PNUD-ONU*, 23/05/2017. Disp.: <https://www.undp.org>.
- SUN TZU. *Arte da Guerra*. Porto Alegre: L&PM, 2000.
- UNITED STATES CENSUS BUREAU. “Food Security”. *United States Census Bureau*, 2014.

A FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE EM CAMPONESES QUE FAZEM O USO COMUM DA TERRA: UMA APRESENTAÇÃO

Solange Struwka^{38, 39}

Resumo

O ensaio apresenta uma reflexão introdutória à tese sobre a formação da personalidade de camponeses faxinalenses que vivem sob o regime de uso comum da terra. A autora parte de sua própria trajetória para situar o estudo na luta histórica dos povos do campo contra a mercantilização da natureza e a hegemonia do capital. O objetivo é compreender como essas comunidades constroem práticas coletivas de apropriação da terra, resistência política e reprodução da vida, e como tais experiências constituem subjetividades e modos de ser. Baseada na Psicologia Histórico-Cultural, a pesquisa investiga os processos educativos, a transmissão cultural, a consciência e o desenvolvimento da personalidade em sujeitos que aprendem a se reconhecer como parte de um coletivo. A autora defende que esses grupos oferecem indícios reais de outras formas possíveis de organização social, pautadas pela solidariedade, pelo bem-viver e pela centralidade do “nós” sobre o individualismo capitalista.

Palavras chave: Personalidade camponesa; Uso comum da terra; Psicologia Histórico-Cultural; Resistência; Bem-viver.

38 A autora é psicóloga e pedagoga, com doutorado em Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. É docente da Universidade Federal de Rondônia e coordenadora do Núcleo Práxis de Pesquisa, Educação Popular e Política da Universidade de São Paulo.

39 Este artigo é parte introdutória da tese de doutorado A formação da personalidade em camponeses que fazem o uso comum da terra: Tese [Doutorado], Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2019.

LA FORMACIÓN DE LA PERSONALIDAD EN LOS CAMPESINOS QUE HACEN USO COMÚN DE LA TIERRA: UNA PRESENTACIÓN

Resumen

El ensayo presenta una reflexión introductoria a la tesis sobre la formación de la personalidad de campesinos faxinalenses que viven bajo el régimen de uso común de la tierra. La autora parte de su propia trayectoria para situar el estudio en la lucha histórica de los pueblos del campo contra la mercantilización de la naturaleza y la hegemonía del capital. El objetivo es comprender cómo estas comunidades construyen prácticas colectivas de apropiación de la tierra, resistencia política y reproducción de la vida, y cómo dichas experiencias constituyen subjetividades y modos de ser. Basada en la Psicología Histórico-Cultural, la investigación analiza los procesos educativos, la transmisión cultural, la conciencia y el desarrollo de la personalidad en sujetos que aprenden a reconocerse como parte de un colectivo. La autora sostiene que estos grupos ofrecen indicios reales de otras formas posibles de organización social, orientadas por la solidaridad, el buen vivir y la centralidad del “nosotros” por encima del individualismo capitalista.

Palabras clave: Personalidad campesina; Uso común de la tierra; Psicología Histórico-Cultural; Resistencia; Buen-vivir.

THE FORMATION OF PERSONALITY IN PEASANTS WHO MAKE COMMON USE OF THE LAND: A PRESENTATION

Abstract

The essay presents an introductory reflection to the thesis on the formation of the personality of faxinalense peasants who live under the regime of common use of the land. The author draws from her own trajectory to situate the study within the historical struggle of rural peoples against the commodification of nature and the hegemony of capital. The objective is to understand how these communities build collective practices of land appropriation, political resistance, and reproduction of life, and how such experiences constitute subjectivities and modes of being. Grounded

in Historical-Cultural Psychology, the research investigates educational processes, cultural transmission, consciousness, and personality development in subjects who learn to recognize themselves as part of a collective. The author argues that these groups offer real evidence of other possible forms of social organization, guided by solidarity, buen vivir, and the centrality of the “we” over capitalist individualism.

Keywords: Peasant personality; Common use of land; Historical-Cultural Psychology; Resistance; Well-being.

*

*Nem a opressão dos de baixo, nem a crise dos de cima, são
suficientes para produzir a revolução — a única coisa que
produzirão será a putrefação do país — é preciso uma classe
revolucionária capaz de transformar o estado passivo de
opressão em estado ativo de cólera e de insurreição.*
[Lênin, 1913]

Este ensaio é uma introdução ao trabalho gestado e desenvolvido na paixão e na indignação de quem, nascida e formada nas terras de uso comum, no Sul do Brasil, aprendeu o amor e o respeito à natureza e ao ser humano como sentido maior da existência. Princípio ininterruptamente desrespeitado, sem dó nem piedade, pela imposição presunçosa da hegemonia do capital.

Notas preliminares

A transformação da *Mãe Terra*, nosso bem comum, em mercadoria, acessada por poucos e a serviço da produção de *commodities*, foi e tem sido o pano de fundo desta tese ora apresentada, assim como da minha (nossa) história. Mata no chão, rios soterrados, monoculturas, agrotóxicos na terra, na água e nos alimentos, financeirização, dívidas e expulsão de famílias do campo. Destruição da natureza e superexploração da força de trabalho da nossa gente. Foi experienciando e atribuindo sentido a essas contradições,

vividas no campo brasileiro, que me constituí mulher camponesa. A partir das aprendizagens e desafios enfrentados, assumi a necessidade de compreender a história dos povos e grupos que nos formaram — e que seguem relegados do “saber acadêmico” — como necessidade histórica, e assim, me assumi pesquisadora.

Como herdeira da saga dos campesinos e campesinas, mais do que uma pesquisa, essa é parte de um compromisso ético/político. Dívida a muitos que produziram e acumularam conhecimentos, práticas e lutas que aprendi nas relações cotidianas. O dever de quem teve a possibilidade de acessar a educação formal em um país que segue negando o direito à terra, trabalho, saúde e educação àqueles que produzem os alimentos e protegem nosso bem maior: a biodiversidade e o saber conviver com ela.

Desse modo, esta pesquisa apresentará histórias e contextos de uma gente que não se rende e nem se dobra diante da mercadorização imposta pelo “deus” capital. Uma gente que nunca se calou e que não considera a possibilidade de fazê-lo. Em outros termos, grupos que pelejam, resistem, lutam e gritam que outras formas de organizar a produção e a reprodução da vida comunitária sempre existiram e existirão (e resistirão). Acreditemos ou neguemos, considerados ou invisibilizados, estão aí, sendo a mais forte expressão da existência real e concreta de que outras formas de organizar as relações de apropriação da natureza, para suprir as necessidades da comunidade, são possíveis. Além disso, denunciam e anunciam que essa forma de produção material de vida — hegemonicamente apresentada como única e onipotente —, subsumida como apropriação privada da natureza e do trabalho, não é destino, nem fim último da humanidade. Mas, sim, é limite civilizatório da continuidade da nossa existência, pois está assentada sob a égide da irracional utilização do trabalho e da terra como recursos ilimitados.

A longa e constante luta, iniciada em 1492, foi e é realizada de diferentes formas pelos diversos povos e grupos presentes em nosso país

e continente. Como marcas em comum, possuem a violência colonial e “pós-colonial” dos invasores europeus – que se constituíram do saque dos povos americanos, africanos, asiáticos e de seu próprio povo (europeu) – e a permanente e viva peleja pelos seus territórios. Disputas que são motivadas por diversos sentidos e significados dados à natureza e ao trabalho, que têm como núcleo em comum e central a consciência de que a natureza é a origem de toda a vida. Concepção que se contrapõe à estrutural e estruturante organização construída, objetiva e subjetivamente, sobre os corpos, mentes e territórios dos sujeitos que vivem condicionados à desigual forma de produção e acumulação capitalista de riqueza.

A busca onipotente de consolidação estrutural do capitalismo sobre o mundo – imposta por alguns poderosos europeus e norte-americanos – foi acompanhada pela negação dos povos originários e de outros grupos sociais que resistem à transformação da terra em mercadoria. Estas culturas e grupos são, ainda hoje, desconhecidos e desconsiderados como parte da população brasileira e latino-americana. São indígenas, quilombolas, fundos e fechos de pastos, geraizeiros, faxinalenses, dentre muitos outros intencionalmente esquecidos na história antiga e atual.

Assim, aqui, na América Latina, temos um duplo trabalho a ser feito. Lutar contra o capitalismo e imperialismo e superar o colonialismo/eurocentrismo. Entendemos que enquanto o modo dominante for o capitalista e o pensamento dominante for o de matriz grega (o ser é, o não-ser não-é), a apropriação da natureza e a existência da mesma será sempre conflitiva e predatória. Em contrapartida, estes povos e grupos podem nos ensinar como reconstruir a utopia, definida por Hinkelammert e Mora (2014) como a recuperação do direito e da possibilidade do ser humano viver dignamente em uma sociedade que assegure, a longo prazo, alimentação, casa, trabalho, educação e saúde para todos, sem que precise destruir a sua própria natureza.

Nessa perspectiva, também queremos ressaltar que o embate e disputas entre as diferentes formas de organizar a produção e a reprodução da vida persistem. Assim como nas disputas com o capitalismo central os trabalhadores europeus constituíram a proposta do socialismo/comunismo, aqui, no capitalismo periférico e dependente, também podemos nos inspirar nos princípios dos povos originários e outros grupos sociais, apropriá-los criticamente e unir aos conhecimentos e culturas acumuladas, para orientar nossas lutas e a construção de outra sociedade. Caminho que para ser trilhado demanda a reconstrução de nossa história, a partir das particularidades da cultura e costumes produzidos. Tarefa imprescindível para rompermos com a identidade colonial e com o racismo. Para superarmos o isolamento do Brasil em relação aos países da América Latina e trilharmos as vias possíveis para a construção de um conceito de identidade, integração e desenvolvimento alicerçado em outro modo de viver, nesta *Abya Yala*⁴⁰. Organização na qual a dominação, a opressão e a exploração não serão os determinantes de nossas vidas.

Enquanto psicóloga social, a parte que me coube neste latifúndio foi compreender, a partir da materialidade da vida, como estes grupos enfrentam as relações de dominação impostas pela sociedade capitalista em seu cotidiano, em seus territórios. Quais nexos e determinações atuam na forma de se apropriar da natureza e organizar as relações de produção e reprodução da vida comunitária, organizadas para suprir as necessidades das famílias que nela vivem; quais são os princípios orientadores de sua concepção de ser humano, sociedade e natureza que garantem a continuidade da apropriação coletiva do território; e como aprenderam e ensinam sobre a imaterialidade da vida a partir das relações concretas, reais e cotidianas.

40 Abya Yala na língua do povo Kuna significa “Terra madura”, “Terra Viva” ou “Terra em florescimento” e é sinônimo de América Latina (Porto-Gonçalves). Retirado de enciclopédia latina. Disponível em: <http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/a/abya-yala>

Estas questões balizaram o desenvolvimento da pesquisa e tiveram como pressupostos a teoria histórico-cultural. Dela destacamos como premissa que o contexto social e cultural é determinante na constituição do sujeito, porém não como cópia direta, mecânica ou linear. Essa constituição se forma a partir das experiências atribuídas de sentido, que se relacionam com os conteúdos psíquicos (cognitivo e afetivo) já formados no próprio sujeito. Assim, partimos do princípio da dialética entre o social, o cultural e o individual — isso é indiscutível —, e entendemos que a chave da transformação do que é propriamente humano, do único e irrepetível em cada pessoa, está na complexa e dialética dinâmica da possibilidade de acesso, internalização e transformação da cultura por cada sujeito (Vigótski, 1991; Farinas, 2007; Beatón, 2005).

Neste íterim, nossa pesquisa é um esforço de nos aproximarmos dos indícios explicativos sobre a formação da personalidade de sujeitos que fazem o uso comum do território, partindo da compreensão dos processos educativos realizados especialmente na família e na comunidade, do desenvolvimento de suas diferentes concepções de mundo, da consciência e do domínio da sua própria conduta. Para isso, nos propusemos a estudar e conhecer os homens e mulheres reais, que vivem o drama humano e produzem a vida concreta através de suas histórias individuais e coletivas.

Sobre a pesquisa

A partir destes objetivos, organizou-se a tese da seguinte forma. No primeiro capítulo *Cultura, sociedade e desenvolvimento humano: alguns apontamentos*, apresentamos, a partir do Enfoque Histórico-Cultural, os elementos que consideramos centrais na complexa relação entre o desenvolvimento psíquico e o desenvolvimento social e cultural. Para tanto, abordamos a formação da personalidade a partir da Teoria Histórico-Cultural, por meio da qual discutimos o que consideramos ser os

princípios fundamentais da gênese e formação do propriamente humano. Nela destacamos a lei geral do desenvolvimento das funções psicológicas superiores ou culturais, a mediação, a dinâmica interna ou a situação social do desenvolvimento e, por fim, a vivência como categoria funcional de análise e unidade básica do desenvolvimento do psiquismo.

No segundo capítulo, *Diferentes formas de se relacionar com a terra e com a comunidade*, buscamos compreender as diferentes relações que os povos originários e camponeses estabelecem com a terra, a produção e a comunidade; as estratégias utilizadas para a apropriação deste bem comum e os processos que transformaram suas relações com o território e modos de vida. Assim, iniciamos o texto com as análises de Rosa Luxemburgo e José Carlos Mariátegui. Dentre os pontos analisados, destacamos a identificação, a partir de elementos antropológicos, da presença de comunidades com relações baseadas na cooperação e uso coletivo da terra em todos os continentes, compreendida como parte da história humana, e não como uma “particularidade étnica” de uma raça ou de um continente, ou seja, uma forma geral da sociedade humana, em certo momento do desenvolvimento histórico (Luxemburgo, 1985). Assim, inserção da questão da terra, dos indígenas e camponeses é central para pensarmos a superação do modo de produção capitalista, ciente de que em um projeto emancipatório, os saberes do passado são uma raiz imprescindível para nos apoiarmos, ao mesmo tempo em que devem ser dialeticamente confrontados com os aspectos realmente emancipatórios e progressistas do conhecimento contemporâneo (Mariátegui, 2009).

Evidenciamos a cultura do Bem-Viver desenvolvida pelos povos originários latino-americanos. Uma concepção que, alicerçada nas experiências individuais e coletivas, constitui uma forma de se relacionar com a natureza, trabalho e comunidade a partir da complementaridade e da solidariedade. Optamos por apresentar esta cultura devido à hipótese de que ela influenciou a gênese das comunidades pesquisadas.

No terceiro capítulo, *As transformações na apropriação da terra a partir das relações com capital*, apresentamos a construção ideológica sobre a propriedade privada com caráter “universal”, “imutável” e “sagrado”, assim como algumas pesquisas e autores/as que contribuíram na desmistificação do que compreenderam ser os fundamentos da desigualdade social e as diferenças entre as classes sociais. Em seguida, discutimos a combinação entre relações capitalistas e relações não capitalistas de produção como componentes contraditórios do capital, sendo as relações não capitalistas parte do processo de acumulação e forma própria de reprodução que compõe o desenvolvimento desigual e combinado do capital na América Latina.

No segundo item deste capítulo, *Formas de expansão do capital e apropriação da terra de vida: transformações no território*, apresentamos diferentes dimensões do conceito de território. Formados a partir das relações estabelecidas pelos grupos que dele se apropriam, configurando diferentes maneiras de se organizar cultural, econômica, política e geograficamente em suas comunidades. Desses conceitos, salientamos dois: o território capitalista formado pelo latifúndio grilado e que produz para o mercado externo, e o território camponês com seus modos de vida e formas não capitalistas de se relacionar com a terra e com a sua produção.

No item três, *Formação do Território capitalista no Brasil: história e estratégias de transformação da terra em renda capitalizada*, abordamos a história e as estratégias de transformação da terra, bem comum, em renda capitalizada. Processo que tem como principais características a passagem das áreas públicas para o domínio privado, mediado pelas articulações entre os proprietários de terra e o Estado, nomeado como capitalismo rentista. Para finalizar este capítulo, no último item, *Gênese e organização dos Faxinais*, apresentamos os elementos considerados pelos pesquisadores como fundamentais para tratar de tal temática.

No quarto capítulo, *A gênese das práticas de uso comum do território e o desenvolvimento da consciência sobre a necessidade de resistência e luta coletiva*, evidenciaremos os indícios explicativos sobre os elementos constitutivos do modo de vida faxinalense. Ressaltamos que sua gênese está relacionada à história e à cultura dos Povos Originários, contudo, foi apropriado e desenvolvido ativamente por diferentes grupos étnico raciais. Assim, consideramos que esta maneira de organizar a apropriação da natureza, em benefício da comunidade, é uma forma de adaptação ativa às condições disponibilizadas pela natureza e ao acumulado social e cultural destes grupos. Depois, expomos a transformação dos bens naturais em propriedade para exploração e acumulação individual, processo imposto por meio de relações violentas e desiguais mediadas por instituições privadas e públicas. Em seguida, abordamos como as mudanças estruturais, comunitárias e pessoais, a partir da imposição da apropriação privada, mobilizaram a atuação com movimentos e organizações populares, produzindo as condições para diferentes formas de resistência e luta contra a privatização da natureza, realizada pelos camponeses faxinalenses. De mais a mais, por meio da análise deste processo histórico explicitamos as influências, nexos e determinantes da constituição de processos de consciência mediada pelas tradições e costumes e pelas novas relações, desafios, situações e contextos vividos pelos sujeitos pesquisados.

No quinto e último capítulo, *Natureza e ser humano: unidade e interdependência*, buscamos identificar o sistema de princípios orientadores da concepção pessoal de mundo dos camponeses faxinalenses relacionados às práticas e costumes de uso comum. Estes princípios ou regularidades orientam essa tradicional forma de organizar a vida individual e coletiva e nos possibilitaram compreender os vínculos, relações, nexos, sistemas, interpretações, conteúdos e estruturas formadas pela vivência do uso comum. Caminho pelo qual nos aproximamos das características centrais, singulares e de maior atuação na personalidade destes sujeitos.

Considerações

Ressaltamos, por fim, que este trabalho busca contribuir com a construção de uma Psicologia Crítica, alicerçada nas vivências históricas dos Povos que compõe o Brasil e a América Latina. Interessa-nos compreender as experiências e saberes destas comunidades, para que possamos acumular força e conhecimento na construção de outra sociedade, como as comunidades faxinalenses provam ser possível, onde as necessidades do “Nós” seja mais importante do que a de poucos “Eus”.

Além disso, o esforço consiste em colocar a psicologia a serviço da explicação sobre organização social orientada para produzir desenvolvimento cultural e da consciência, ou, das funções psicológicas superiores, personalidade. Visto que, como já afirmava Ignacio Martín Baró “a Psicologia social pode ajudar a desentranhar com espírito crítico, em que o senso comum será substituído por uma ‘nova consciência’ que seja a base de uma convivência mais equitativa e humanizante.” (BARÓ, 1982, p. 248).

Bibliografia

- BEATÓN, G. A. *La persona en el enfoque histórico cultural*. São Paulo. Editora Linear B, 2005.
- FARIÑAS, L. G. *Psicología, Educación y Sociedad: un estudio sobre el desarrollo humano*. Havana: Editorial Félix Varela, 2007.
- HINKELAMMERT, F. J.; MORA H. J. “Pensamiento crítico y crítica de la economía política”. *Pasos*, n. 150, 2017.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. [Trad. Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas]. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARIÁTEGUI, J. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. S. Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2009.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño*. In: MARTÍN-BARÓ, I. (org.), *Psicología social de la guerra*. São Salvador: UCA Editores, 1982.
- VYGOTSKY, L. *Obras escogidas* [Tomo I]. Madri: Editorial Visor, 1991.

MEMÓRIAS DE MEMÓRIA: UM RELATO SOBRE A JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA DE 2018

Yan Victor Leal da Silva ^{41, 42}

Resumo

Relato sobre a Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA), acontecida em Viçosa, na Zona da Mata de MG, no ano de 2018.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Movimento Sem-Terra (MST); massacre; memória.

MEMORIAS DE MEMORIA: UN RELATO SOBRE LA JORNADA UNIVERSITARIA EN DEFENSA DE LA REFORMA AGRARIA DE 2018

Resumen

Relato sobre la Jornada Universitaria en defensa de la Reforma Agraria (JURA), celebrada en Viçosa, en la Zona de la Mata de Minas Gerais, en el año 2018.

Palabras clave: Reforma Agraria; Movimiento Sin Tierra de Brasil (MST); masacre; memoria.

MEMORIES OF MEMORY: A REPORT ON THE UNIVERSITY JOURNEY IN DEFENCE OF AGRARIAN REFORM IN 2018

Abstract

Report on the University Journey in Defence of Agrarian Reform (JURA), held in Viçosa, in the Zona da Mata region of Minas Gerais, in 2018.

Keywords: Agrarian Reform; Brazilian Landless Movement (MST); massacre; memory.

41 Biólogo pela UEMG, pesquisador da área de Antropologia Rural, doutorando pela Unimontes. Militante do MST (Setor de Educação), membro da Comissão Coordenadora da JURA-UFV (2018) e do Núcleo de Agroecologia do Assentamento Dom Orione (Betim-MG). Pesquisador-membro do Núcleo Práxis da Universidade de São Paulo.

42 Texto finalizado em Montes Claros, Minas Gerais, em abril de 2020.

*

Falar da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária (JURA) é uma forma de recordar as lutas por vezes esquecidas e ignoradas nos recintos acadêmicos. A JURA remonta a história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos convidando a lembrar do martírio de Eldorado dos Carajás, fato histórico onde militantes do MST foram massacrados em conflito pelo direito à terra.

Dezessete de abril de 1996. Curva de uma rodovia esburacada do Sudeste do Pará. Data e cenário de um dos capítulos mais selvagens da história da reforma agrária no Brasil, que é o quinto entre os 190 países do mundo em extensão territorial. Enquanto o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) fazia um brinde de saquê na inauguração da segunda unidade da Cenibra, na mineira Belo Oriente, e o governador Almir Gabriel (PSDB) seguia a sua rotina no Palácio dos despachos, um grupo de 156 policiais militares das unidades de Marabá e Paraupabas era encarregado de chocar o mundo disparando seus revólveres, fuzis e metralhadoras em crianças, mulheres e homens do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Pagos pelos contribuintes, os policiais agiram como jagunços. Retiraram as tarjas de identificação das fardas e executaram, oficialmente, 19 e feriram 69 dos manifestantes que interrompiam o tráfego na rodovia PA-150, No Km 96, município de Eldorado dos Carajás. O grupo de 1.200 sem-terra protestava contra a falta de negociação para a desapropriação da Fazenda Macaxeira — um complexo de 42 mil hectares. Um ano depois, as chagas do

massacre permanecem expostas nas famílias dos executados, nos corpos dos feridos e nos traumas dos sobreviventes.

[“Um ano depois, nada mudou”, *Especial Hoje em Dia*, 1997].

Esse fato, que nos é muito caro, impõe o desafio de rememorar as lutas do campo e seu movimento indissociável das lutas indígenas e quilombolas pelo território. Estamos diante de um exercício difícil e prazeroso. Escrever sobre a JURA me traz o sentimento que ao recordar experiências ocorridas durante a jornada é possível ascender a memória e ameaçar o esquecimento. Nos propor a esse exercício significa confrontar a singularidade da memória pessoal com a memória coletiva do Movimento Sem-Terra. Uma tarefa que talvez represente perigo, deixando “rastilhos de pólvora”, como disse certa vez um historiador.



Sobre sentidos e significados da JURA

Em 2018, o MST marca 30 anos de luta em Minas Gerais. Desde a ocupação em Novo Cruzeiro (1988), Vale do Jequitinhonha, que os Sem Terra semeiam no sertão mineiro a luta contra a concentração de terras (Zangelmi, 2014). Com mais de 400 famílias da região, deu-se origem ao Assentamento Aruega, que impulsionou a luta pela terra em toda região das minas e das gerais. Do Nordeste e leste e posteriormente no Noroeste, Triângulo Mineiro e Norte (1990 - 2000) o movimento expressou em Minas Gerais o seu crescimento nacional, conquistando também assentamentos por todo o Brasil (Fernandes, 2000).

A Zona da Mata Mineira foi uma das últimas fronteiras conquistadas pelo movimento. Em um contexto de mudanças políticas na conjuntura nacional o movimento ocupa em 2005 a Fazenda Santa Helena, a primeira ocupação do MST na mata mineira. Esse processo deu origem ao assentamento Olga Benário, ocupação realizada na cidade de Visconde do Rio Branco, onde foram assentadas 30 famílias.

Em 2006, o movimento ocupa a Fazenda da Fumaça em Santana dos Cataguases dando origem ao acampamento Francisco Julião. Em 2010, o acampamento recebe uma reintegração de posse levando uma parte da militância a realizar a terceira ocupação na Zona da Mata Mineira. No mesmo ano é realizada uma ocupação na fazenda Sant'Ana, município de Goianá, dando origem ao acampamento Denis Gonçalves. Essa é uma das maiores conquistas do movimento – na Zona da Mata Mineira – com 150 famílias ocupando o lugar. O assentamento Denis Gonçalves constitui um território importante para o movimento, pois a questão agrária brasileira conforma a espacialidade do assentamento, marcado pelo: trabalho escravo, café e gado.

O MST na Zona da Mata Mineira talvez contrarie a ideia de que durante o período democrático-popular realizaram-se poucas ocupações de terras. Em 2017, os Sem-Terra realizaram a sua quarta ocupação na região, dando

origem ao acampamento Gabriel Pimenta ocupação realizada na fazenda São José em Coronel Pacheco. Essa ocupação contou com a participação de estudantes da Licenciatura em Educação do Campo (LICENA-UFV) e ocorreu durante a I Jornada em Defesa da Reforma Agrária, realizada na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Após essa ocupação que arduamente recebeu uma ofensiva do estado burguês, 30 famílias do acampamento Gabriel Pimenta reocuparam em 2018 uma área improdutiva no pé da Serra da Mantiqueira, município de Antônio Carlos.

Ora, quando olhamos para essa história o que vemos? Os Sem-Terra com suas trajetórias de vida nos ensinam a resistência do campesinato brasileiro que é uma das classes sociais que mais se movimenta (Bartra, 2011; Garcia Jr., 1989). As histórias e trajetórias de vida pessoais que guardam em comum sonhos, gritos e esperanças. Como ressaltou uma militante do MST durante a JURA: “trata-se do rompimento com as cercas da ignorância” enfatizando a negligência das políticas que não consideram as diferenciações das classes sociais. Talvez esteja no encontro entre a memória dos militantes que ocupam latifúndios e a memória coletiva do MST a arma poderosa para romper cegueiras e silêncios. E com essas histórias cotidianas, feitas coletivas em um movimento de baixo para cima, podemos também desconstruir a sociedade constituída pela forma mercadoria e a subjetividade cultural do valor.

É com o sentimento histórico de resistência que a II Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária foi realizada em Viçosa, Minas Gerais. Assumimos nessa jornada a tarefa de trabalhar a unidade dos povos que lutam pela terra e pelo território. Com a insígnia “MST 30 anos em Minas Gerais: memórias e lutas pelo direito à terra e ao território” a jornada retoma na Universidade Federal de Viçosa espaços que têm seu protagonismo em militantes indígenas, camponeses e quilombolas. Povos do campo que atuam na luta pelo território e tem na questão agrária a base de seus modos de vida.

A construção da JURA pelo MST trouxe para o espaço acadêmico de discursos mumificados outras temporalidades enunciadas por homens e mulheres da terra. Foram espaços de partilhas de conhecimentos, análise de conjuntura, debates e diálogos. Dentro das contradições que a instituição UFV nos coloca, sendo uma universidade agrária que não valoriza o *ethos* camponês, mas os fazendeiros e latifundiários do agronegócio, os Sem-Terra ocuparam também o latifúndio do saber.

Como nos ensina Valdinei, membro do setor de produção do MST:

Unificar as lutas significa ampliar o entendimento político do que deve ser uma Reforma Agrária efetivamente popular, protagonizada por todos os povos do campo e da cidade, constituindo assim a unidade na diversidade. (Valdinei Siqueira, da direção do MST na Zona da Mata e morador do Assentamento Olga Benário).

Durante a Jornada essas mesmas pessoas — vindas de seus assentamentos e ocupações — nos exigem bem mais que o estudo de seus saberes e trajetórias de vida. Elas nos convidam à caminhada de lutas e engajamentos fecundos nas suas práticas realizadas naquilo que chamam de território. Assim, não nos cabe apenas descrever o que sabem, mas viver a luta pela terra em seu sentido mais amplo: quantos camponeses assassinados esse ano? Quais estratégias e táticas queremos construir coletivamente para fortalecer os territórios da reforma agrária para além da conquista da terra? Quantas escolas com educação do campo teremos que construir e fortalecer as já existentes para reafirmar a centralidade do trabalho, identidade e cultura local dos sujeitos do campo?

São essas questões velhas e tão atuais para a questão agrária brasileira. Essas mesmas questões não se resolvem dentro da ordem do capital. E, portanto, a JURA nos convida a imaginar outros mundos em que a lógica da

mercadoria e do poder político não rejam e estruturem as relações entre as pessoas e das pessoas com o mundo. Talvez a JURA tenha sido tão simples e tão profunda como os espaços de vida do campesinato Brasileiro. Nela mora a sensação de que tudo está ao alcance de nossas mãos. Entre uma lenha acesa e um fogão de lenha de adobe com a panela no fogo em uma casa de pau a pique. O feijão com toucinho fervendo e no canto Seu Zé picando fumo.

Esse mundo de vida que é a JURA me faz imaginar que aquilo pelo qual a vida do povo se nutre, a terra e a água, como um sonho coletivo de libertação e socialização estão mais próximos do que pensamos. Termino esse texto não com palavras minhas, mas com palavras da Coordenação Nacional do MST (trecho do *Manifesto do MST ao povo brasileiro*):

[...] 5. Queremos denunciar, especialmente, que este governo está enterrando a reforma agrária, acabando com o INCRA e todas as políticas públicas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Há um aparelhamento e subordinação dos órgãos públicos da agricultura aos interesses da bancada ruralista, dos fazendeiros e das empresas transnacionais do agronegócio. Entendemos que estas medidas atingem não apenas os camponeses, os povos indígenas e quilombolas, mas todo o povo, com aumento do desemprego, com a migração forçada, liberação dos agrotóxicos e exclusão dos serviços públicos. Há, no Brasil, em torno de cem mil famílias de sem-terras acampados, esperando pela reforma agrária. E outras 800 mil famílias assentadas, à margem das políticas públicas que foram eliminadas. O que o governo quer? Escondê-las, reprimi-las?

6. A reforma agrária é uma política de Estado, em que a Constituição determina que o governo desapropriar

a todas as grandes propriedades improdutivas que não cumpre função social, que tenham trabalho escravo, crimes ambientais, contrabando e plantas psicotrópicas. E as distribuam aos trabalhadores. Não fazer reforma agrária é descumprir a Lei, que eles dizem defender. Não fazer reforma agrária é aumentar a concentração do latifúndio, a pobreza e a desigualdade na sociedade brasileira.

7. Seguiremos nossa luta em defesa da reforma agrária, da agroecologia e da agricultura camponesa, para que todos tenham acesso a alimentos saudáveis. Em defesa da educação pública com gestão democrática, sem privatizações e mordças. Em defesa das empresas estatais, da soberania nacional e contra a submissão do Brasil aos interesses dos Estados Unidos.

8. Conclamamos o povo brasileiro a seguir em luta pelo direito de todos ao trabalho, aposentadoria, moradia, emprego, educação, saúde e cultura. Por democracia, justiça social e defesa da natureza como bem comum. Lutar, construir Reforma Agrária Popular! [Coordenação Nacional do MST Brasil, abril de 2019].

Bibliografia

- BARTRA, Armando. *Os novos camponeses: leituras a partir do México profundo*. São Paulo: Cultura Acadêmica, Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- GARCIA Jr., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado – estratégia de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero/ EdUnB, 1989.
- ZANGELMI, Arnaldo José. *Traduções e bricolagens: mediações em ocupações de terra no Nordeste mineiro nas décadas de 1980 e 1990*. Rio de Janeiro, 2014. Tese [Doutorado em Ciências Sociais]. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.
- TAKAHASHI, Luciene; MAGALHÃES, Beto. “Escrevendo a história com a própria vida”. *Especial Hoje em Dia*, 13/04/1996.

UMA SOCIEDADE EM GUERRA CONTRA A POLÍTICA: A CRIMINALIDADE E O PROFANO

Argus Romero Abreu de Moraes^{43, 44}

Resumo

A dinâmica política brasileira vem sendo caracterizada por certos analistas como polarizada, o que se manifestaria no confronto entre "nós" e "eles". Este artigo argumenta que essa estrutura dual, típica da polêmica, é essencial ao discurso político democrático. Não obstante, a despeito de a polarização servir como estratégia discursiva capaz de aumentar a coesão grupal e ser necessária ao posicionamento coletivo sobre os temas em discussão na coletividade, no limite, ela pode alimentar o medo e o ódio em relação ao *outro*, levando à radicalização e à violência, como ocorre no discurso da extrema-direita brasileira. Por fim, sustentamos que a persuasividade deste discurso decorre da forte desconfiança da sociedade brasileira nas instituições, assim como da crise da segurança pública e da mudança nos valores ético-morais religiosos dos grupos menos favorecidos ao longo das últimas décadas.

Palavras-chave: Política; Guerra; Polêmica; Violência; Extrema direita brasileira.

UNA SOCIEDAD EN GUERRA CONTRA LA POLÍTICA: LA CRIMINALIDAD Y LO PROFANO

Resumen

La dinámica política brasileña ha sido caracterizada por algunos analistas como

43 Professor colaborador e pós-doutorando (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura da Universidade Federal de São João del-Rei (PROMEL/UFSJ). Pesquisador-membro do Núcleo Práxis da USP.

44 Palestra apresentada em 31/10/2019 na mesa redonda "Governamentabilidade e subjetividade no mundo contemporâneo", da V Jornada de Debates "Engajamento em foco: Língua, Discursos Históricos e Representações Sociais" organizada pelo Programa de Mestrado em Letras da UFSJ, em parceria com o grupo de pesquisa Linguagem e Discursos da História (LIEDH/UFRJ).

polarizada, lo que se manifestaría en el enfrentamiento entre «nosotros» y «ellos». Este artículo sostiene que esta estructura dual, típica de la polémica, es esencial para el discurso político democrático. Sin embargo, a pesar de que la polarización sirve como estrategia discursiva capaz de aumentar la cohesión grupal y es necesaria para la posición colectiva sobre los temas en discusión en la colectividad, en el extremo, puede alimentar el miedo y el odio hacia el otro, llevando a la radicalización y la violencia, como ocurre en el discurso de la extrema derecha brasileña. Por último, sostenemos que la persuasión de este discurso se deriva de la fuerte desconfianza de la sociedad brasileña en las instituciones, así como de la crisis de la seguridad pública y del cambio en los valores éticos y morales religiosos de los grupos menos favorecidos a lo largo de las últimas décadas.

Palabras clave: Política; Guerra; Polémica; Violencia; Extrema derecha brasileña.

A SOCIETY AT WAR AGAINST POLITICS: CRIMINALITY AND THE PROFANE

Abstract

The Brazilian political dynamic has been characterised by certain analysts as polarised, which manifests itself in the confrontation between “us” and “them”. This article argues that this dual structure, typical of polemics, is essential to democratic political discourse. Nevertheless, although polarisation serves as a discursive strategy capable of increasing group cohesion and is necessary for collective positioning on issues under discussion in the community, at its extreme, it can fuel fear and hatred towards the other, leading to radicalisation and violence, as occurs in the discourse of the Brazilian far-right. Finally, it is argued that the persuasiveness of this discourse stems from Brazilian society's strong distrust of institutions, as well as from the public security crisis and the change in the ethical and moral values of disadvantaged groups over the last few decades.

Keywords: Politics; War; Controversy; Violence; Brazilian far right.

Na atualidade, tornou-se comum se deparar, nas análises jornalísticas e acadêmicas, com o argumento de que a atual dinâmica política brasileira está polarizada, resultado da organização simbólica – materializada por signos linguísticos – e imaginária – compartilhada socialmente – do “nós” versus “eles”. De um lado, os grupos que afirmam seguirem os princípios políticos, econômicos e éticos da “direita”, os quais, apesar das suas singularidades, conseguiram hegemonia política no país – via extrema direita – com a eleição, em 27 de outubro de 2018, do presidente Jair Messias Bolsonaro, afiliado ao Partido Social Liberal (PSL), com 57,7 milhões de votos ou 55,15% dos votos válidos, o que equivale a 39,3% do eleitorado total; do outro, as organizações – partidárias ou não – do que se convencionou chamar de “esquerda”.

Pautando-nos nessa problemática, na presente apresentação, entendemos: (i) que a estrutura “nós X eles” é necessária à emergência da subjetividade humana; (ii) apesar disso, que o aprofundamento da polarização funciona como estratégia eficaz para o aumento da coesão grupal em decorrência do fomento ao medo e ao ódio do/ao outro; (iii) que o discurso da extrema-direita brasileira tornou-se mais persuasivo, dentre outros fatores, em decorrência da baixa confiança nas instituições, da difusão da violência na última década e da mudança dos parâmetros ético-morais religiosos dos grupos menos favorecidos no país.

Dinâmica sociopolítica brasileira

Consoante Casimiro (2018), não é possível entender o “refluxo reacionário” vivido no Brasil atualmente se focarmos nossas análises apenas nos últimos anos, a partir das manifestações de junho de 2013 ou das manifestações pró-impeachment da presidenta Dilma Rousseff

(Partido dos Trabalhadores), em 2015. Para o historiador, deve-se entender a atual dinâmica sócio-política brasileira pela reorganização das classes dominantes nacionais ainda na década de 1980, momento no qual, na esteira da abertura política do Regime Militar brasileiro (1964 a 1985), teria emergido uma nova forma de ação político-ideológica nesses grupos, atrelada, principalmente, “à representação política não partidária dos segmentos da direita liberal conservadora, atualizada, militante e, muitas vezes, truculenta” (CASIMIRO, 2018, p. 41). Desde então, acrescenta, suas ações têm se difundido, intensificado e radicalizado.

Para sustentar sua tese, Casimiro (2018) avalia o percurso de abertura e organização dos grupos civis de defesa, debate e difusão – think tanks – de ideários políticos liberais e neoliberais no país, responsáveis por harmonizar o pensamento político das elites nacionais com o das internacionais. O primeiro deles, o Instituto Liberal (IL), foi inaugurado em 1983, no Rio de Janeiro, vinculado institucionalmente à Fundação Getúlio Vargas (RJ) e à Escola Monetarista de Chicago. Em 1984, funda-se em Porto Alegre o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), com forte teor conservador e principal responsável pela elaboração do Fórum da Liberdade, um dos principais eventos de discussão da agenda política da direita nacional, em colaboração com think tanks internacionais como a Sociedade Mont Pelerin e o Atlas Network.

Na década de 1990, fortalece-se aquilo que se poderia chamar de tendência empresarial do Estado brasileiro, o qual passaria, cada vez mais, a ajustar suas funções com base no modelo de mercado. Nesse momento, constituem-se o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, em São Paulo, responsáveis por “articular e definir as diretrizes das chamadas organizações não governamentais (ONGs) e das fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil)” (CASIMIRO, 2018, p. 42). Com isso, expandiram seus

domínios e passaram a sistematizar e controlar melhor seus métodos de atuação coletiva, os quais, em paralelo ao Estado, permitiram difundir e operacionalizar com mais eficiência suas perspectivas político-ideológicas. Ainda de acordo com Casimiro (2018), com a inauguração do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), em São Paulo, em 1989, e do Instituto Atlântico (IA), em 1993, com sede tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, esses grupos econômicos passaram a delinear um projeto político de longo prazo dentro da burocracia do Estado brasileiro. Para o historiador: “Se por um lado seus discursos estão amparados em valores de economia de mercado, por outro seus projetos de nação (dominação de classe) estão essencialmente entranhados na estrutura institucional do Estado” (Casimiro, 2018, p. 42).

Com o tempo, a expansão colaborativa entre tais grupos consolidou uma cadeia interligada de think tanks. O Instituto Atlântico está associado, por exemplo, ao Grupo de Líderes Empresariais (Lide), formado em 2003, e ao Instituto Millenium (IMIL), criado em 2006 durante o XIX Fórum da Liberdade, em Porto Alegre. Para ingressar como membro do Lide, deve-se representar uma empresa nacional ou multinacional com faturamento de, no mínimo, 200 milhões de reais anuais, além de pretender atuar em campanhas político-eleitorais. Em 2004, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), fundado em 2001, tornou-se a primeira Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) brasileira, angariando, de um lado, cadeiras permanentes indicadas pela Casa Civil em quatro ministérios e, de outro, pleiteando a diminuição da estrutura estatal. Logo, tanto se insere na máquina do Estado para difundir o seu modelo privado de gestão, intitulado de “modernizador”, como trabalha para o alinhamento ideológico dos grupos econômicos dominantes nacionais (CASIMIRO, 2018).

Em 2005, nota-se com mais clareza uma guinada radical dos grupos empresariais e o espraiamento do seu discurso na sociedade civil, apontando para um significativo avanço da direita política no país, associado ao

desenvolvimento dos novos meios de comunicação, como as redes sociais. Houve, com isso, o fortalecimento do ideário liberal-conservador, das narrativas revisionistas e do uso sistemático das fake news no país, as quais contribuíram para normalizar os discursos de ódio na cena pública brasileira (Casimiro, 2018).

Mais recentemente, no Fórum da Liberdade de 2010, em coligação com o IL e com o IMIL, organiza-se o Instituto Mises Brasil (IMB), associado à tradição neoliberal austríaca, em especial, ao que ficara conhecido como libertarianismo. Dentre suas pautas políticas, a aversão a qualquer forma de serviço público estatal, a hipertrofia da economia de mercado na gestão da vida social e o foco nas concepções moralistas dos costumes. Por último, no que se refere aos grupos mais expressivos, há o Estudantes pela Liberdade (EPL), concebido no Fórum da Liberdade de 2012 no intuito de representar o público mais jovem e, tendencialmente, universitário. Associado ao Atlas Network, tornou-se uma espécie de versão nacional do grupo norte-americano homônimo: “O EPL organiza, financia e estabelece diretrizes de ação, principalmente, a partir de seu braço de atuação política e ideológica, o Movimento Brasil Livre (MBL)” (Casimiro, 2018, p. 45).

Para Miguel (2018), a extrema-direita brasileira possui três eixos políticos, os quais se atravessam formando novas composições, quais sejam: (1) a ideologia libertariana: associada à ultraliberal “escola econômica austríaca”, defende que o Estado deve ser mínimo e, em contrapartida, que o mercado e seus mecanismos são constitutivamente justos. Desse modo, entende a plenitude das relações sociais por uma visão contratual focada no direito de propriedade, dissolvendo os laços de solidariedade social em prol da competição individual. Para esses grupos, a liberdade – representada pelo mercado – tem como principal inimiga a igualdade – representada pelo Estado –; (2) o fundamentalismo religioso: organizado como força política a partir do início dos anos 1990, tem seu crescimento

associado à expansão de certos setores das igrejas neopentecostais, os quais fundam-se na “percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate” (MIGUEL, 2018, p. 21), opondo-se, principalmente, à legalização do aborto e às políticas de gênero e fomentando o crescimento do poder dos líderes religiosos na estrutura estatal e empresarial. Sua “agenda moral” e capilaridade nas periferias das grandes cidades conquistou parte significativa do eleitorado da esquerda política. Por último, (3) o anticomunismo: presente no período da Guerra Fria, quando Cuba figurava como principal representante das Américas, ganhou novos ares com o “bolivarianismo” venezuelano. Recentemente, o comunismo passou a ser associado ao petismo, expressão vinculada ao Partido dos Trabalhadores (PT), que governou o país de 2003 a 2016.

Consoante Gallego (2019), apesar das diferenças entre os grupos, o eleitorado da extrema-direita brasileira apresentaria as seguintes características: (I) rejeição da política, tendo a corrupção como aspecto argumentativo central; (II) antipetismo e antiesquerdismo, como representantes do comunismo, da negação do trabalho, do aparelhamento do Estado, da agenda LGBT e da defesa dos criminosos; (III) anti-intelectualismo, no sentido de leitores e propagadores de fake news via ferramentas digitais como o Whatsapp; (IV) a política como dogma ou verdade absoluta, comumente confundindo opinião e informação por meio de uma lógica fundamentalista e hiperpersonalista do conhecimento; (V) militarização da vida pública, entendem que os militares seriam os ordenadores sociais frente ao caos atual por representarem valores como hierarquia, disciplina, autoridade, força, masculinidade e carisma; (VI) emoção do ódio, transformam seus adversários em inimigos (Gallego, 2018). Ademais, a socióloga assevera que “As novas direitas se fortalecem no mundo online, nele adquirem sua estética e se apresentam com uma

forma jovial, lúdica, ‘bacana’, divertida, explorando inclusive o ridículo político, fazendo uso de uma linguagem pop, sedutora, leve, no formato da palhaçada” (Gallego, 2018, p. 130/ Itálicos da autora).

Desconfiança nas instituições e violência

A baixa confiança da população brasileira em relação às instituições, principalmente as políticas, tem potencializado o desejo por soluções simples/ imediatas, absolutas/totais/finais e diretas/pessoais/não representativas por parte significativa do eleitorado. Em 2017, 3% da população confiava muito na *Presidência da República*, 31% confiavam um pouco e 65% não confiavam; no *Congresso Nacional*, 3% confiavam muito, 31% confiavam um pouco e 65% não confiavam; nos *Partidos Políticos*, 2% confiavam muito, 28% confiavam um pouco e 69% não confiavam; na *Imprensa*, 22% confiavam muito, 49% confiavam um pouco e 28% não confiavam; no *Poder Judiciário*, 20% confiavam muito, 53% confiavam um pouco e 25% não confiavam; nas *Forças Armadas*, 40% confiavam muito, 43% confiavam um pouco e 15% não confiavam (Datafolha, 2017).

Somando-se a esse quadro, a violência urbana tomou proporções semelhantes à de uma guerra civil. Em 2017, houve no Brasil 65.602 homicídios, sendo 72,4% por armas de fogo. Isso significa uma taxa de 31,6 mortes por 100 mil habitantes, a maior da história brasileira. Se considerado o período de 2007 a 2017, são 618 mil homicídios no país (FBSP, 2019). Para fins de comparação, são aproximadamente 300 mil mortos em decorrência das bombas de Hiroshima e Nagasaki no Japão, em 1945, (EFE, 2005) e aproximadamente 511 mil mortos em sete anos de guerra na Síria (2011 a 2018) (O Globo, 2018).

Essa epidemia social afeta, principalmente, os setores mais fragilizados no país, aprofundando a experiência do medo e do ódio na sociedade brasileira e reduzindo, por conseguinte, a empatia a qualquer argumento

que possa ser considerado favorável ao inimigo. Do total de assassinados, 92% das vítimas são homens, sendo que 74,6% dos homens e 66,8% das mulheres possuíam até 7 anos de estudos, marcando um corte de classe e de educação; 75,5% das vítimas eram negras, sendo que a taxa de homicídios de negros é de 43,1 para 100 mil habitantes, enquanto que a de não-negros é de 16,0. Isto é, para cada não negro vítima de homicídio, houve 2,7 negros mortos, marcando um corte étnico (FBSP, 2019).

No que concerne à violência contra o gênero feminino, 4.936 mulheres foram assassinadas em 2017, o que equivale a 13 homicídios por dia, o maior número em 10 anos. Se cruzarmos com os dados de raça e etnia, 66% das vítimas eram negras, tendo um crescimento de 29,9% desde 2007, enquanto que a cifra de mulheres não negras cresceu 4,5% no mesmo período. Além disso, em 2017, ocorreram 35.783 homicídios de jovens, chegando à impressionante taxa de 69,9 por 100 mil habitantes, marcando um corte etário/geracional. Por fim, se consideradas as notificações de violência – física, psicológica e tortura – contra homossexuais e bissexuais (LGBTI+), em 2016, foram 5.930 notificações de violência, sendo que 64,8% dos agressores de homossexuais e bissexuais eram homens, 59,5% das vítimas eram mulheres e 92,1% das vítimas residiam em áreas urbanas (FBSP, 2019).

Essa situação cria um cenário de guerra no sentido físico e simbólico, de modo que tende a adensar a polarização entre grupos considerados perigosos e grupos considerados vítimas, facilitando a “personalização do mal”. Nessas situações, potencializados pelos discursos extremistas, o medo e o ódio, as emoções básicas do autoritarismo (CASTORIADIS, 2004), tendem a se aprofundar na dinâmica social. A vivência pessoal da violência, a circulação de informações a seu respeito via experiências coletivas, mídia e discursos políticos ajudam a romper com a empatia social em relação aos grupos minoritários, costumeiramente associados à propensão ao crime ou à desordem.

Composição moral religiosa

Há, ainda, outro aspecto fundamental para o entendimento da atual dinâmica sócio-política brasileira, a composição ético-moral religiosa. De acordo com o *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE, 2010), o Brasil ainda figura como a maior nação católica do mundo, embora tenha demonstrado uma tendência à queda no seu número de fiéis. Se, em 1970, 91,8% dos brasileiros se consideravam católicos, em 2010, 64,6% se autodeclaravam nesse grupo. No mesmo período, os grupos evangélicos cresceram de 5,2% para 22,2% (IBGE, 2010).

Em decorrência do vácuo deixado pelo Estado brasileiro e pela Igreja Católica, o segmento evangélico que mais cresceu foram os pentecostais, principalmente, nas regiões metropolitanas. Esses grupos religiosos, com rígidos valores morais, passaram a atuar sobretudo na demanda por guias espirituais e por um certo “assistencialismo”, como é o caso da Assembleia de Deus. Essa denominação evangélica é a maior do país, com cerca de 12 milhões de fiéis, atrás apenas da Igreja Católica. Em terceiro lugar, o grupo neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus, com cerca de 1,8 milhão de seguidores (IBGE, 2010).

O crescimento evangélico pentecostal e neopentecostal decorre, portanto, do processo de favelização e ocupação das periferias desde a década de 1980. Caracterizados pela baixa renda, pela baixa escolaridade, pela pouca idade, pela composição étnico-racial não branca, tais grupos veem na “família” a célula estruturante das relações políticas, econômicas e morais, melhorando as chances de inserção social e diminuindo sua fragilidade social. Em paralelo, houve a expressiva conversão evangélica de parcelas da classe média brasileira. Diferentemente da tradição católica, o eleitorado evangélico demanda uma representatividade mais direta dos seus valores na política, não sendo incomum a entrada de pastores e outros líderes religiosos na cena eleitoral, local ou nacional. A “teologia da prosperidade”

apresenta um caminho de ascensão social pela associação direta entre crescimento espiritual e crescimento financeiro, aprofundando o diálogo entre a ética religiosa e a ética de mercado, especialmente, a neoliberal (MORAIS, 2019).

Comparemos, então, algumas das opiniões de grupos católicos e evangélicos em relação à ética religiosa e à postura político-econômica: 81% dos católicos, 50% dos evangélicos concordaram com a afirmação *todas as religiões têm o mesmo valor porque todas levam ao mesmo Deus*”; 94% dos católicos e 98% dos evangélicos concordaram com a afirmação *O homem é uma criação de Deus, que o construiu à sua imagem e semelhança*; 91% dos católicos e 97% dos evangélicos concordaram com a afirmação *todo o sucesso financeiro da minha vida eu devo, em primeiro lugar, a Deus*; 80% dos católicos e 87% dos evangélicos concordaram com a afirmação *Aqueles que creem em Deus, quando morrerem, irão para o céu e terão uma vida eterna*; 68% dos católicos e 83% dos evangélicos concordaram com a afirmação *O fim está próximo e somente aqueles que acreditam em Deus irão se salvar*; 23% dos católicos e 28% dos evangélicos concordaram com a afirmação *As pessoas pobres, em geral, não têm fé em Deus, e por isso não conseguem sair dessa situação* (DATAFOLHA, 2016).

Sobre o aborto, o ensino religioso e a homossexualidade, 58% dos católicos e 64% dos evangélicos concordaram com a afirmação *A mulher que interrompe uma gravidez deveria ser processada e ir para a cadeia*; 85% dos católicos e 85% dos evangélicos concordaram com a afirmação *As escolas deveriam ensinar as crianças a rezar e a acreditar em Deus*; por fim, 77% dos católicos e 71% dos evangélicos concordaram com a afirmação *Deveria haver uma lei para punir quem constranger ou ofender homossexuais* (DATAFOLHA, 2016).

Em julho de 2019, parte significativa da população afirmou estar preocupada, principalmente, com três aspectos da vida social: a violência (47%), o atendimento de saúde (46%) e o desemprego (39%). A corrupção foi citada por 38% dos entrevistados; em setembro de 2018, 42% haviam

manifestado preocupação com esse tema. A pesquisa revela que o Brasil é o país que mais demonstrou preocupação com o acesso à educação (36%) e que apenas 28% se mostraram preocupados com a pobreza e a desigualdade social, justamente em um dos países que mais apresentam assimetrias sociais e concentração de renda no mundo. Temas considerados mais abstratos recebem pouquíssima atenção, como: ameaças ao meio ambiente (8%); extremismo político e religioso (7%); declínio moral (7%); manutenção dos programas sociais (3%), terrorismo (2%); controle da imigração (2%); mudança climática (2%), mais pontuadas em países desenvolvidos (BBC, 2019).

Ademais, a relação entre religião e política é positiva em um país em que 28% consideram a fé religiosa como principal fator para a melhoria de vida; estudar ficou com 21%, o acesso à saúde, 19%, crescer no trabalho, 11%, ganhar mais dinheiro, 8%, ter acesso à aposentadoria, 6%, apoio financeiro da família, 5%, e cultura e lazer, 2% (FERREIRA, 2019).

Considerações finais

Esses dados permitem compreender o auditório da extrema-direita brasileira contemporânea a partir de três macrofatores, a saber: a desconfiança nas instituições, a crise da segurança pública e o paradigma ético-moral religioso.

Entende-se que os três favorecem a organização social das razões e emoções pela metáfora da guerra, sendo que a desconfiança nas instituições, comumente tidas como corruptas, ineficientes e corporativas, enseja o aumento da negação e personalização da política; a massificação da violência sedimenta a ideia de inimigo comum em relação aos grupos excluídos, associando-os à indisciplina, ao imoral e ao mal; por fim, o aprofundamento da rigidez moral religiosa contribui para a diminuição da distância entre o sagrado e o profano na compreensão do mundo, pautada em uma verdade

dogmática e na explicação metafísica de fenômenos sociais, significando o bem/mal, o certo/errado, o excluído/incluído e o moral/imoral em termos absolutos, maniqueístas e dicotômicos.

Bibliografia

- BBC. “Pesquisa Ipsos: 59% dos brasileiros pensam que país está na direção errada, e violência é maior preocupação”. *BBC News Brasil*, São Paulo, 26 de jul. 2019. Disp.: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49123165>.
- CASIMIRO, F. H. C. “As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo”. In: GALLEGU, E. S. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- CASTORIADIS, C. “As raízes psíquicas e sociais do ódio”. In: CASTORIADIS, C. *Figuras do pensável: as encruzilhadas do labirinto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. IV.
- CERQUEIRA, D. (coord.). *Atlas da violência*. Rio de Janeiro: IPEA: FBSP, 2019.
- DATAFOLHA. “44% dos evangélicos são ex-católicos”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Notícias, 28 dez. 2016. Disp.: <https://datafolha.folha.uol.com.br>.
- DATAFOLHA. “Forças Armadas lideram confiança da população, Congresso tem descrédito”. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Notícias, 24 de jun. de 2017. Disp.: <https://www1.folha.uol.com.br>.
- EFE. “Hiroshima homenageia mais de 300 mil mortos por bomba atômica”. *EFE*, 05/08/2005. Disp.: <https://imirante.com>.
- FERREIRA, A. “Pessoas valorizam fé, em vez de estudo e trabalho, para melhorar de vida”. *UOL São Paulo*, 08/04/2019. Disp.: <https://economia.uol.com.br>.
- GALLEGU, E. S. “Eu voto no Bolsonaro porque ele vai mudar o Brasil: escutando os eleitores de Bolsonaro”. In: AVRITZER, L. et al. *Pensando a democracia, a república e o estado de direito no Brasil*. Belo Horizonte: Projeto República, 2019.
- IBGE. “Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião”. *IBGE*, Rio de Janeiro, Editoria: Estatísticas Sociais, 29/06/2012. Disp.: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>.
- MIGUEL, L. F. “A reemergência da direita brasileira”. In: GALLEGU, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MORAIS, A. R. A. de. “O discurso político da extrema-direita brasileira na atualidade”. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 20(1), 2019.
- O GLOBO. “Em sete anos, guerra da Síria já tem mais de 511 mil mortos”. *O Globo* [e agências internacionais], 12/03/2018. Disp.: <https://oglobo.globo.com>.

A GUERRA NO “LONGO SÉCULO XIX”: TEORIAS DA GUERRA E ANÁLISE HISTÓRICA

Maurício Orestes Parisi ^{45, 46}

Resumo

Em 1789, explode a Revolução Francesa como resultado das contradições próprias do Antigo Regime francês. Em dez longos e violentos anos, o processo revolucionário porá abaixo o edifício do absolutismo monárquico francês e criará condições propícias ao desenvolvimento sem peias do capitalismo. Vivenciada como uma vitória dos princípios da Ilustração e da Modernidade a Revolução extravasou as fronteiras da história francesa e tornou-se um evento de caráter europeu e mundial. A Queda da Bastilha e a execução de Luís XVI tornaram-se senhas para os interessados em substituir a Velha Ordem, substituindo absolutismos por monarquias constitucionais ou repúblicas. De qualquer modo, emerge o novo soberano, o povo. Princípios de fundo iluminista guiarão a entrada dos europeus na Modernidade (quer no sentido weberiano como marxista). Nesta perspectiva, a Revolução é o marco de uma nova era histórica.

Palavras chaves: Revolução; Monarquia; República; Povo.

LA GUERRA EN EL “LARGO SIGLO XIX”: TEORÍAS DE LA GUERRA Y ANÁLISIS HISTÓRICO

Resumen

En 1789, estalla la Revolución Francesa como resultado de las contradicciones propias del Antiguo Régimen francés. En diez largos y violentos años, el proceso revolucionario derribará el edificio del absolutismo monárquico francés y creará condiciones propicias para el desarrollo sin trabas del capitalismo. Vivida como una

⁴⁵ Historiador, professor e militante político. Pesquisador-membro do Núcleo Práxis-USP.

⁴⁶ Texto escrito em 2017.

victoria de los principios de la Ilustración y la Modernidad, la Revolución traspasó las fronteras de la historia francesa y se convirtió en un evento de carácter europeo y mundial. La Toma de la Bastilla y la ejecución de Luis XVI se convirtieron en consignas para aquellos interesados en sustituir el Antiguo Orden, reemplazando los absolutismos por monarquías constitucionales o repúblicas. En cualquier caso, emerge el nuevo soberano: el pueblo. Principios de base ilustrada guiarán la entrada de los europeos en la Modernidad (tanto en el sentido weberiano como marxista). En esta perspectiva, la Revolución es el hito de una nueva era histórica.

Palabras claves: Revolución; Monarquía; República; Pueblo.

WAR IN THE “LONG NINETEENTH CENTURY”: THEORIES OF WAR AND HISTORICAL ANALYSIS

Abstract

In 1789, the French Revolution erupted as a result of the inherent contradictions of the French Ancien Régime. Over ten long and violent years, the revolutionary process would tear down the edifice of French monarchical absolutism and create conditions favorable for the unhindered development of capitalism. Experienced as a victory of the principles of the Enlightenment and Modernity, the Revolution transcended the borders of French history and became an event of European and global significance. The Fall of the Bastille and the execution of Louis XVI became watchwords for those interested in replacing the Old Order, substituting absolutisms with constitutional monarchies or republics. In any case, a new sovereign emerged: the people. Principles rooted in the Enlightenment would guide Europeans' entry into Modernity (in both the Weberian and Marxist senses). From this perspective, the Revolution is the landmark of a new historical era.

Keywords: Revolution; Monarchy; Republic; People.

*

Segundo o historiador britânico Eric Hobsbawm (1986), o mundo contemporâneo é resultante de uma dupla revolução, os efeitos combinados da *Revolução Francesa* e da *Revolução Industrial*. Em relação a primeira, teríamos o advento e desenvolvimento do vocabulário político moderno (direita e esquerda), a linguagem e prática da cidadania, da política de massas, da constituição do campo dos direitos civis, enfim, o mundo das ideologias e, principalmente, o desenvolvimento da idealização/realização da *Nação* e do *Nacionalismo*. Entendida como momento histórico do fortalecimento e expansão do Estado Nacional Moderno, a Revolução Francesa transforma todos os antigos súditos em “filhos da pátria” (como expresso nos versos da *Marselhesa*, o verdadeiro hino do longo século XIX). Desponta, o Nacionalismo militante, que para virar beligerante não necessita mais do que poucos passos de marcha acelerada.

Quanto à *Revolução Industrial*, temos finalmente o coroamento do longo processo de transição de feudalismo para o capitalismo. Mais que isto, o modo de produção capitalista aparece com o seu perfil específico de produção e circulação, bem como é garantido seu processo de reprodução ampliada. Formas anteriores de produção e grupos sociais a elas ligados tendem ao desaparecimento e fica nítido o papel que o crescimento exponencial da tecnologia passa a ter no crescimento econômico do novo modo de produção que tende para o triunfo histórico. Como assinalaram testemunhas da própria época, o capitalismo tende a revolucionar constantemente as bases materiais de sustentação da sociedade. Entramos, portanto, na Era das Massas, da tecnologia e da Economia.

Neste processo de constituição, do mundo contemporâneo, não pode ser esquecida a *Revolução Estadunidense*. A independência da Treze Colônias britânicas constituiu acontecimento tão expressivo para o dito mundo atlântico ou ocidental quanto as duas outras revoluções. Também calcada em princípios iluministas e numa vigorosa prática econômica capitalista,

os colonos da América do Norte derrotaram a maior potência militar do século XVIII. Não ignorando a ajuda recebida pelos colonos das potências inimigas da Grã-Bretanha, é claro o papel desempenhado pelo radicalismo popular e o extremismo ideológico nesta guerra *revolucionária*. Verdadeira arma-surpresa, para qual os “casacos-vermelhos” — hábeis na guerra codificada por manuais — não estavam preparados. Cavalheiros derrotados por milicianos, isto é, granjeiros e fazendeiros ideologicamente motivados. Se lenda ou não, é ilustrativo que na rendição do general britânico Lorde Cornwallis⁴⁷, em Yorktown em 1781, a banda militar tocasse “The world turned upside down” (“O mundo virado de cabeça para baixo”).

Portanto, para a Velha Ordem as coisas estavam de “cabeça para baixo” e tudo que era sólido estava se desmanchando no ar. Mas, os *gentlemen* do Antigo Regime não aceitariam tão gentilmente sua derrocada. Partiriam para destruir *manu militari* as ameaças revolucionárias. O que não se esperava é que o próprio modo de fazer a guerra acabou revolucionado.

A guerra “revolucionária”

“A experiência prova que os exércitos nem sempre bastam para salvar uma nação; uma nação defendida pelo povo é sempre invencível”.

[Napoleão Bonaparte, 1996]⁴⁸

Em 1792, uma coalizão de monarquias absolutistas ataca a França revolucionária. O objetivo é que Luís XVI reassuma suas prerrogativas de

47 O episódio da rendição de Cornwallis é citado em LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”, Revista Brasileira de História, n. 6, 1987. O fato é criticado como um dos mitos da Revolução Estadunidense por RAPHAEL, Ray. Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos. R. J: Civilização Brasileira, 2006. O mesmo autor aponta para um fato bastante ignorado, o caráter de guerra civil presente na Revolução dos EUA, principalmente nas colônias do Sul. RAPHAEL, Ray. Op. cit..

48 Para a descrição da Grande Bateria de Napoleão (concentração excepcional de fogo de artilharia com o objetivos de desarmonizar as manobras do exército adversário), ver ROBERTS, Andrew. A Batalha de Waterloo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006. Como curiosidade Roberts aponta os feitos napoleônicos como criador de um mito de uma suposta superioridade do exército francês que seria posta a prova no século XX com resultados negativos.

soberano de direito divino e por fim a exasperação políticas das exaltadas patuleias. Esperava-se uma vitória fácil, visto que parte substancial do exército francês era de aristocratas que não compactuavam com a Revolução. Muitos desertaram ou entregaram vitais praças-fortes. Sem o comando aristocrático, supunha-se que um decapitado exército sucumbisse e com ele a Revolução.

O contrário ocorreu. Fortalecido pelo entrelaçamento com a *Garde Nationale* e pelo afluxo de milhares de voluntários, o exército francês segura as fronteiras e contra-ataca. Papel destacado coube a um grupo de novos oficiais, jovens de origem burguesa ou pequeno-burguesa, especialmente das armas da artilharia e engenharia. Alçados às posições de comando, estes homens – entre eles, um jovem oficial de artilharia da Córsega – representavam a mobilidade social e consequente meritocracia, colocadas em prática pela ascensão de uma sociedade baseada em valores do indivíduo e da nação.

Associados a eles, milhares de camponeses e cidadãos passaram a usar o uniforme do exército *nacional* (não mais *real*) e prestar serviço militar tornou-se sinônimo de servir à Pátria. Com as convocações de 1794-95, os governos revolucionários instituem os *levée en masse*, ou seja, o recrutamento obrigatório. Nascia a *conscrição* moderna, um exército de cidadãos-soldados. Diferente da convocação feudal vigente nos exércitos austríaco ou russo, a conscrição moderna passa pela lealdade à Nação e seus valores e torna o soldado um indivíduo – mesmo que submetido a disciplina – que precisa ser motivado e estimulado a lutar, não mais uma engrenagem acéfala das coreografias militares do século XVIII. Paralelo à substituição no plano cultural do Mecanicismo iluminista pelo Romantismo, os exércitos transmutaram-se em máquinas de passionalidade política e seu comando necessitava de oficias providos de um carisma marcado pela simultaneamente pela eficácia técnica e liderança política, não mais a simples prerrogativa do nascimento. O exército da França revolucionária passou a ser a encarnação deste novo titã bélico. Nas palavras de Jean-Paul Bertaud:

Esse exército, que passou de 150000 homens em 1789 para quase 400000 em 1792 e mais de 800000 em 1793, recebeu missões diversas, conforme as épocas. Sob a Convenção girondina, a guerra foi uma guerra de expansão e libertação dos povos. Sob a Convenção Montagnarde⁴⁹, “os missionários da Revolução” foram inicialmente convidados à defesa da pátria. Sob o Diretório, a “libertação dos povos” foi pretexto para uma guerra de conquistas, que devia permitir, em larga medida, que a Grande Nação vivesse dela.

Da defesa das fronteiras francesas, a Armada revolucionária atravessa o Reno, os Pirineus e os Alpes, cruza o Mediterrâneo. As águias republicanas francesas varrem os estandartes monárquicos. A derrota cala fundo as monarquias, especialmente, a Prússia, destronada na liderança militar do continente. Nos anos subsequentes, a França amplia suas vantagens militares com a ascensão de Napoleão Bonaparte, o herdeiro da guerra revolucionária.

Quais seriam as bases da genialidade militar de Bonaparte? Descontado o seu carisma político – um governante burguês que sabia ser popular e também fomentar o crescimento do capitalismo. Bonaparte organizou a máquina militar francesa na combinação de um *hardware* alimentado cada vez mais pelos frutos da Revolução Industrial e um *software* inspirado pela ideologia revolucionária, se esta foi perdendo seu caráter popular e radical e virando um patriotismo de cunho conservador, não importa para os propósitos da análise.

A arte da guerra napoleônica consistia em ignorar soberbamente as regras clássicas de guerra, ampliando teatro de operações, valendo-

⁴⁹ É importante lembrar que a dissolução do Estado-Maior-Geral alemão foi imposto pelo Tratado de Versalhes, já que seu papel na formação da colossal máquina de guerra alemã era nítido e os nazistas ganharam o apoio reticente do establishment militar a proposta de seu ressurgimento. Promessa cumprida, a OKW e OKH desempenharam papel crucial na estratégia da Segunda Guerra Mundial, embora freqüentemente se chocaram com as concepções estratégicas de Hitler.

se da velocidade e maneabilidade das tropas, da combinação das diversas armas, padronizando e homogeneizando recrutamento, treinamento, equipamentos e logística⁵⁰. Tudo isto sendo condensado na revolução da arte militar que foi a instituição do *corpo de exército*. Uma combinação singular das diferentes armas (cavalaria, artilharia, infantaria, engenharia e intendência), garantindo a autonomia de uma fração do exército combatente e, ao mesmo tempo, sua combinação com outros corpos para criar exércitos com maiores raios de operação. A organização de um exército em corpos e suas subdivisões (divisões e brigadas) implicava num golpe potente no Antigo Regime militar, pressupondo uma *burocracia* nacional organizando a logísticas e reservas deste grande exército e, principalmente, um corpo de oficiais *profissional*, em ação no campo em estados-maiores que produziriam a estratégia adequada de uso para esta máquina de guerra. Mais que isto, o Estado-Maior como interface entre o Exército e a Nação.

Os caducos conselhos de guerra (não estados — maiores reais), Guardas pessoais, destacamentos de mercenários, regimentos recrutados por aristocratas, disposições geométricas de tropas são varridos do mapa em Valmy, Jena e Austerlitz. Qual o caminho de sobrevivência para as velhas monarquias?

O nacionalismo foi uma herança contraditória da Revolução Francesa. Contraditória no sentido de que voltou-se contra os próprios franceses. No período do Diretório e Napoleônico era nítido que a expansão da Revolução era apenas o pretexto para a França ampliar o seu poder de potência capitalista emergente disposta a disputar a hegemonia mundial coma pérfida Albion. Coroas — e seus respectivos súditos eram entregues a parentes de Napoleão. Contudo, estes súditos aprenderam com a própria França, que eles eram cidadãos providos de direitos e que viviam em Nações.

50 MESSENGER, Charles. A Guerra de Trincheiras. França e Flandres, 1914- 1918. Rio de Janeiro. Rennes. 1978. Mesenger, aluno de Keegan em Sandhurst, aponta a Guerra Civil Americana como precursora explícita da Primeira Guerra Mundial, especialmente, a guerra de trincheiras.

A face oculta da história militar do período napoleônico é o enfrentamento do exército francês com forças irregulares e guerrilheiras nas Penínsulas Ibéricas e Itálica, no Tiro austríaco, em territórios da Confederação Germânica. Estas forças populares lutavam por sua Nação ultrajada, por tabela, acabavam defendendo reis depostos. Reacionário ou radical, o nacionalismo voltou-se contra o *Grand Armée* da Revolução e do Império. E os mais abalados – os prussianos – trataram de agir.

Uma nova arte da guerra

No seio dos oficiais do exército prussiano – herdeiro das tradições de Frederico, o Grande – preparava-se a reação. O primeiro passo seria canalizar as massas populares agora ideologizadas pelo nacionalismo e canalizá-las para a ação militar, mais que isso, organizar a mobilização da Nação prussiana. Portanto criar uma interface que igualasse ou superasse o congênere francês. Para isto surgiu o Estado-Maior Geral prussiano (posteriormente alemão), encabeçando outros estados-maiores em nível de exército, corpo, divisão, etc. Estas organizações reuniam a nata dos alunos das academias militares, principalmente, os capazes de compreender o novo caráter. Os fundadores e aprimoradores foram Gerhardt Johann Scharnhorst e August Wilhelm von Gneisenau (6), artífices da participação prussiana no processo de derrota de Napoleão de 1812 a 1815. Homens de planejamento e ação – Scharnhorst morreu de ferimentos de combate – coube ao discípulo de ambos codificar a experiência bélica prussiana, Carl von Clausewitz.

Como resultado, quando Karl von Clausewitz, discípulo e colega de Scharnhorst e Gneisenau, veio a formular as lições bélicas em sua obra *Vom Krieg* (“Da Guerra”), reconheceu que a Revolução Francesa e Napoleão haviam iniciado uma nova era, era que exigia uma forma de

guerra mais implacável. A política dinástica, a diplomacia do equilíbrio de poderes e a estratégia tipo tabuleiro de xadrez já eram coisas ultrapassadas. A grande questão prendia-se á sobrevivência dos estados-nação. Como seu contemporâneo, Hegel, o filósofo da Corte prussiana, Clausewitz via no Estado a corporificação da suprema realização do Homem na terra. Ele acreditava que somente através do Estado é que o indivíduo conseguiria a verdadeira liberdade e que só a serviço do Estado é que o cidadão afirmaria individualmente o seu valor. E como a defesa do Estado era o seu dever precípua, o exército corporificava o que havia de melhor e mais verdadeiro no Estado. Clausewitz defendia a tese de que a existência do exército tinha precedência sobre a do Estado, porque o Estado não sobrevive indefeso. Esses pontos de vista constituíram a base da filosofia que orientou a formação dos Corpos de Estado-Maior-Geral prussiano (e depois alemão) nos séculos XIX e XX. É essencial que nos lembremos disto se quisermos compreender o comportamento dos líderes do Exército Alemão nos tempos da República de Weimar e do Terceiro Reich, para quem os interesses do exército eram mais importantes do que os do Estado ou dos seus cidadãos⁵¹.

Portanto, Clausewitz sistematiza toda a experiência referente a herança napoleônica e da mobilização prussiana, constituindo-se no melhor teórico da guerra do século XIX, pois sua teoria é expressão da consciência

51 Como assinala José Luís Fiori, a evolução do capitalismo não dependeu da expansão do “capital em geral” e sim foi resultado da competição de Estados capitalistas concretos. Neste sentido, Clausewitz tematiza como os Estados capitalistas devem travar suas guerras específicas, dentro de um sistema interestatal.

das transformações materiais e ideológicas por quais passou a sociedade europeia. Não um filósofo da guerra – como corretamente apontam Domício Proença et al – pois não busca explicações ou determinantes para uma “guerra em geral”, cujas leis e princípios podem ser registrados desde a Antigüidade.

Como síntese das principais formulações de Clausewitz, poderíamos arrolar:

1. A guerra é a *continuação da política* por outros meios (especificamente, os meios de força)
2. A guerra é a província da *incerteza e do acaso*.
3. A guerra é dominada pela presença dos *fatores morais*.
4. A guerra é constituída por uma *trindade paradoxal*, composta por governo, forças armadas e povo.
5. O *combate*, mesmo “virtual” é a atividade *essencial* da guerra..
6. A *defesa* é a forma mais forte da guerra.
7. A onipresença do fenômeno da *frição*.
8. O *ponto culminante do ataque*.
9. As guerras podem ser *limitadas* ou *ilimitadas*.

Porém Clausewitz só encontrará prestígio no último terço do século XIX. O autor militar mais valorizado na primeira parte do século foi o suíço Antoine-Henri Jomini, que ganhou notoriedade ao supostamente explicar os segredos das vitórias napoleônicas e codificar a nova arte militar em princípios de validade perene e universal.

Jomini se manteve fiel ao mundo militar tradicional, aos escritos e práticas do final do século XVIII [...] Mais do que isso, o mundo bélico em Jomini era marcado por uma grande continuidade de valores tradicionais, em que um grande líder inspirava os valores locais de um

povo e os fazia transcender sua rotina bélica num grande pulso heroico.

Jomini não tinha realmente interesse pelas questões mais mundanas do abastecimento, da produção de armamentos ou treinamento das tropas. As forças Armadas de Jomini surgiam prontas e aprestadas para serem utilizadas nas guerras. Treinamento, suprimento e armamento eram expressões menores, inteiramente sujeitas à vontade, desígnios e persistência do camandante-em-chefe. Jomini entendia que todo o mundo militar era expressão de uma vontade articulada de um grande líder, aplicada num mundo militar distante e separado do mundo em geral. A vitória era possível a qualquer um com esta grandeza, desde que suas ações fossem consistentemente apoiadas nos *princípios universais da guerra*. Este enfoque determinava uma preeminência absoluta da estratégia nas guerras e nos seus resultados.

O que explicaria o prestígio de Jomini, se claramente o autor não conseguia fazer a leitura das transformações econômicas e tecnológicas que o capitalismo impunha à sociedade europeia. Tradicionalmente, a historiografia marxista retrata o século XIX como século do triunfo do capitalismo e da classe burguesa. Esta visão não é errônea, mas merece reparos. O século XIX é o século da burguesia enquanto resultado de uma complexa soma vetorial de forças antagônicas. Arno Mayer – no registro marxista – sustenta a persistência do Antigo Regime na sociedade europeia.

Para o autor, a aristocracia continua a ser o elemento básico da *sociedade política* e a principal fornecedora de quadro para a *elite dirigente*, enfim se a sociedade e a economia movem-se ao ritmo (lentamente) de 1789. O

Estado, enquadra-se no plano das políticas restauradoras da Tradição, do Sangue e da Religião, do qual o Congresso de Viena e a Santa Aliança são momentos exemplares. A valorização da liderança aristocrática propugnada por Jomini encontra nesta sociedade o caldo de cultura ideal para vicejar.

Contudo, se Clausewitz possuía a melhor *weltschaung* (visão de mundo) sobre a guerra numa sociedade capitalista em expansão, como a liderança incontestada de Jomini no plano militar foi superada.

Novas tecnologias e um parêntesis (a Guerra Civil dos EUA)

Assim como a Revolução Estadunidense é subestimada na constituição do mundo contemporâneo. Os EUA são ignorados como elemento essencial para desvelar a trajetória da sociedade burguesa e capitalista ocidental. Para muitos aparece na história mundial apenas com a Primeira Guerra Mundial. Contudo, haveria muito mais esclarecimento sobre o capitalismo do século XXI e sobre o Liberalismo presente com um exame atento dos processos históricos da América do Norte. E foram nos EUA, que as teorias da guerra do século XIX puderam ser “testadas”.

A Guerra Civil Estadunidense (1861-1865) foi o maior confronto bélico do século XIX, superando em número de combatentes e baixas, qualquer guerra anterior. Os exércitos foram liderados por oficiais profundamente embebidos nas teorias jominianas. Esperava-se a vitória por intermédio de batalhas decisivas. Pelo menos, esta era a esperança do Sul, possuía os melhores generais (Robert, Lee, “Stonewall” Jackson, Jeb Stuart, Albert Johnstone outros mais), seus soldados possuíam o espírito de homens da fronteira, ao contrário dos “materialistas ianques”, etc. Contudo vitória após vitória – decisivas segundo os princípios jominianos – dos sulistas, o Norte não demonstrava a honrada conduta de aceitar a derrota no campo de batalha. Porém, os nortistas se fortaleciam nos mesmos princípios

desprezados por Jomini – treinamento, suprimento e armamento – perdiam no campo de batalha, mas não na mobilização. Quanto ao Sul caminhava para a exaustão dos seus recursos econômicos. O Norte captou a essência de uma guerra marcada pelo crescimento exponencial da tecnologia. Como assinala Charles Messenger:

O desenvolvimento do fuzil Minié e do cartucho auto vedador, que dava à bala maior propulsão e, portanto, maior alcance, alterou radicalmente as táticas até então adotadas no campo de batalha. Logo se evidenciou, na Guerra Civil Estadunidense, que o tradicional ataque frontal perdera o seu significado. O maior alcance do fuzil indicava que era possível dar combate aos atacantes num alcance muito maior e, por conseguinte, infligir-lhes maiores baixas. Ao mesmo tempo, o canhão tornou-se estriado, o que também aumentou seu alcance, e tudo isto combinou-se para levar à compreensão de que, muito mais que anteriormente, era mais fácil defender do que atacar. A defesa também se tornava ainda mais fácil se cavassem trincheiras protetoras para impedir baixas provocadas pelo fogo do inimigo. O Coronel Theodore Lyman, oficial do Estado-Maior do General Meade, escreveu: ‘ Coloque um homem num buraco e uma boa bateria numa colina atrás dele, e ele repelirá três vezes o seu número mesmo que não seja um soldado muito bom.’ Isto, combinado com a introdução de metralhadoras, a de Requa e a Gatling, bem como o fuzil Spencer alimentado pela culatra com estojo, além do uso de observação aérea por meio de balões, a utilização de

trens blindados, sinalização luminosa e com bandeirolas, bem como do telégrafo de campanha, fizeram da Guerra Civil Estadunidense, a primeira das Guerras Modernas.

Em 1863, Robert Lee atacou o exército nortista em Gettysburg, Pensilvânia. Foi uma batalha de atrito que resultou numa fragorosa derrota para a Confederação sulista. Lee aplicou corretamente o princípio jominiano de concentração de forças no ataque ao ponto decisivo, mas certo vagar na reunião de suas tropas, a resistência inesperada de certas tropas federais; seu maior poder de fogo e o fato da União vislumbrar o teatro de operações como algo maior que o campo de batalha, ou seja, fatores apontados pela obra de Clausewitz levaram a sua derrota e selaram o destino da Confederação.

Outra guerra deu ressonância ao pensamento clausewitiano – a Guerra Franco- Prussiana de 1870-71 – depois do rápido esmagamento dos franceses, o chefe do Estado-Maior Geral General Moltke, o Velho comentou seus débitos com a obra de Clausewitz. Não era à toa, a Alemanha que então se unificava, passava a ser a potência europeia de crescimento econômico acelerado, um dos epicentros da Segunda Revolução Industrial. O Estado prussiano – agora alemão – atingia ao seu ápice. O Império Alemão passou a ter plenas condições de mobilização como foram preconizadas pelos fundadores do Estado-Maior-Geral.

No último quartel do século XIX, a industrialização até então um fenômeno franco- britânico espalha-se pelo continente. Surgem poderosos exércitos baseados no serviço militar obrigatório, usando dezenas de milhares de conscritos e formando centenas de milhares de reservistas. Linhas férreas incorporam-se à logística militar, indústrias adaptam-se a produção de armamentos e suprimentos. Nacionalismos belicosos excitam as populações civis. Quartéis enraízam-se na vida cidadina. Surge uma

nova cultura militar ou vida social militar. Clausewitz incorpora-se a este patrimônio⁵².

Todos esperavam uma nova guerra que daria o veredicto sobre as disputas imperialistas e contendas nacionalistas. Só que desta vez – ao contrário de 1789 – os exércitos seriam muito parecidos na sua estruturação e motivação, clauswitzianamente tenderiam ao empate e impasse. Armava-se o cenário da carnificina futura. No dizer de Hobsbawm (1988):

O momento os surpreenderá, mas não mais pelo fato da guerra, ao qual a Europa se habituaria, como alguém que vê uma tempestade se aproximando. De certo modo sua chegada foi amplamente sentida como uma libertação e um alívio, sobretudo pelos jovens da classe média – homens, muito mais que mulheres – embora menos pelos operários e menos ainda pelos camponeses.

Uma crítica a John Keegan e algumas hipóteses à guisa de conclusão

O britânico John Keegan é um dos principais historiadores militares da atualidade. Dono de uma vasta obra destaca-se por introduzir nos estudos dos fatos e fenômenos militares a discussão de valores e análise dos homens em guerra. Valoriza o contexto sócio-político e introduz instrumentais sociológicos e antropológicos. Estuda a “cultura” da guerra.

No seu portentoso livro “Uma história da Guerra” (1995), Keegan procura fundamentar uma teoria cultural da guerra, muito próxima de uma filosofia da guerra e elege como alvo de suas principais críticas, o pensamento de Clausewitz. Nas suas próprias palavras:

52 Para caracterização deste ambiente militar e sua inter-relação com a sociedade, ver KEEGAN, John. *The Second World War*. London: Pimlico. 1989.

A guerra não é a continuação da política por outros meios. O mundo seria mais fácil de compreender se esta frase de Clausewitz fosse verdade. Clausewitz [...] na verdade escreveu que a guerra era a ‘continuação das relações políticas’ (*des politischen Verkehrs*) ‘com entremistura de outros meios’ (*mit Einmischung anderer Mittel*). O original alemão expressa uma idéia mais complexa e sutil que a tradução mais freqüentemente citada. Nas duas formas, no entanto, o pensamento de Clausewitz está incompleto. Ele implica a existência de Estados, de interesses de Estados e de cálculos racionais sobre como eles podem ser atingidos. Contudo, a guerra é quase tão antiga quanto o próprio homem e atinge os lugares mais secretos do coração humano, lugares em que o ego dissolve os propósitos racionais, onde reina o orgulho, onde a emoção é suprema, onde o instinto é rei. ‘O homem é um animal político’, disse Aristóteles. Clausewitz, herdeiro de Aristóteles, disse apenas que um animal político é um animal que guerreia. Nenhum dos dois ousou enfrentar o pensamento de que o homem é um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar.

Mais ainda, Clausewitz é criticado por ser o criador de um paradigma que o aproxima de Karl Marx, também considerado um redutor da realidade, pois ambos defendiam visões simplificadas do processo social. Ambos são considerados progenitores de catástrofes, o militar prussiano da Primeira Guerra Mundial; o filósofo renano da Revolução Russa. Tragédias para os espíritos liberais.

Contudo, acredito que Keegan se equivoca e confunde diferentes pensamentos apenas pela essência. Seu discurso rememora o historicismo liberal de fundo empiricista predominante nos ambientes acadêmicos britânicos do século XIX. Ao optar pelo “cultural” como eixo de análise do fenômeno guerra, constrói uma Guerra que é uma extensão dos instintos humanos, uma Guerra atemporal e por isto mesmo, a-histórica. Beligerâncias ocorreram em diversas fases da história da Humanidade, mas será que significaram a mesma coisa? Havia mercado na Roma Imperial, bem como nos burgos medievais e os mercados são onipresentes na nossa sociedade neoliberal, são a mesma coisa? Não, o que são dependem das articulações *concretas* dos homens entre si, gerando configurações sociais específicas. Por isto, não existe o Mercado, entidade abstrata.

A Guerra de Keegan é um universal abstrato — a guerra em geral — e só existe numa narrativa histórica que desconhece a práxis humana. Se Keegan se incomoda com os efeitos da teorização clausewitziana, deveria também se incomoda com o capitalismo do “longo século XIX”. Capitalismo este que talvez gostasse de expressar seus antagonismos através da Guerra culturalizada de Keegan, cuja ritualização impediria os excessos, e não a superação de suas contradições.

Nesta perspectiva, Clausewitz emerge não como um teórico da Guerra em geral, mas como o teórico da guerra capitalista ou mais propriamente da *guerra entre Estados capitalistas*. Este aristocrata prussiano, pertencente a um Antigo Regime que se modernizava pelo impacto da Revolução Francesa, exteriorizou a consciência possível do que seria o poder militar na nova ordem capitalista emergente.

Bibliografia

- BERTAUD, Jean-Paul. “O Exército: cidadãos soldados”. In: VOVILLE, Michel (org.) *França Revolucionária (1789-1799)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções(1789-1848)*. R. Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HOBBSBAWN, Eric J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KEEGAN, John. *The Second World War*. Londres: Pimlico, 1989.
- KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEACH, Barry. *Estado-Maior Alemão*. Rio de Janeiro: Rennes, 1975.
- LINEBAUGH, Peter. “Todas as montanhas atlânticas estremeceram”. *Revista Brasileira de História*. n. 6, 1987.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MESSINGER, Charles. *A guerra de trincheiras: França e Flandres, 1914-1918*. Rio de Janeiro: Rennes, 1978.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- NAPOLÊÃO. *Aforismos, máximas e pensamentos*. Rio de Janeiro: Clássicos Econômicos Newton, 1996.
- PROENÇA JR, Domício; DINIZ, Eugenio; GHELFI RAZA, Salvador. *Guia de Estudos de Estratégia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- RAPHAEL, Ray. *Mitos sobre a fundação dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ROBERTS, Andrew. *A Batalha de Waterloo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

